CPAD

A IGREJA ELEITA

Redimida pelo Sangue de Cristo e Selada com o Espírito Santo da Promessa



Douglas Baptista

A IGREJA ELEITA

Redimida pelo Sangue de Cristo e Selada
com o Espírito Santo da Promessa

Douglas Baptista

A IGREJA ELEITA

Redimida pelo Sangue de Cristo e Selada
com o Espírito Santo da Promessa

1ª Edição

CPAD

Rio de Janeiro
2020

Todos os direitos reservados. Copyright © 2020 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Miquéias Nascimento
Capa: Elisangela Santos
Projeto gráfico e Editoração: Anderson Lopes
Conversão para ePub: Cumbuca Studio

CDD: 240 – Moral cristã e teologia devocional
ISBN: 978-85-263-2029-1
ISBN digital: 978-85-263-2020-8

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 2009, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso *site*: https://www.cpad.com.br

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ
CEP 21.852-002
1ª edição: 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, a presente obra destina-se como meio auxiliar para as *Lições Bíblicas* da Escola Dominical (ED). Não se trata, portanto, de um comentário aos Efésios, mas, sim, da exposição de fragmentos da Epístola para servir como subsídio aos alunos, professores e líderes da ED. Desse modo, convém ressaltar que os assuntos aqui tratados não abrangem todos os pormenores contidos na Epístola.

Os temas abordados, porém, são de relevada importância para os dias de hoje, assim como o foram na época em que foram escritos pelo apóstolo Paulo. O aspecto doutrinário, como não poderia deixar de ser, está fundamentado na Bíblia Sagrada, que é a única e infalível regra de fé, conduta e prática para o viver diário do cristão. As afirmações dogmáticas escudam-se na *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* no Brasil, e a interpretação soteriológica coaduna-se com a doutrina arminiana.

A fonte de consulta bibliográfica baseia-se em renomados autores da teologia pentecostal. A obra, contudo, não ignora os bons intérpretes da teologia romanista e/ou reformada, cuja abordagem identifica-se, ao menos nos pontos tratados no livro, com a confissão de fé das Assembleias de Deus. Quanto aos temas que são alvo de controvérsias, esse autor posiciona-se tendo como pressuposto o método histórico gramatical e os princípios hermenêuticos da revelação, inspiração e iluminação.

Aproveito o ensejo desse espaço para registrar minha gratidão ao nosso bom Deus pela dádiva da vida e da salvação, por meio da graça, em Cristo Jesus. Agradeço a honra da oportunidade que me é concedida pelos nossos nobres pastores e líderes José Wellington da Costa Júnior e José Wellington Bezerra da Costa, respectivamente presidentes da CGADB e do Conselho Administrativo da CPAD.

Externo também minha gratidão ao Dr. Ronaldo Rodrigues de Souza, diretor executivo da CPAD, e ao pastor Alexandre Claudino Coelho, Gerente de Publicações, pelo apoio que me tem sido dispensado. Ainda, meus sinceros agradecimentos ao pastor Elienai Cabral, Consultor teológico e doutrinário da CPAD, pela gentileza em prefaciar essa obra. Agradeço também aos membros da Assembleia de Deus de Missão no Distrito Federal pelas orações e incentivo. Por fim, dedico este livro ao Deus Eterno, santo e verdadeiro, a minha amada esposa, Missionária Dirley, a meus filhos Priscila, Jéssica e Matheus.

Desejo-lhe uma abençoada leitura!

Pastor Douglas Roberto de Almeida Baptista

Comentarista de Lições Bíblicas da CPAD

PREFÁCIO

Tenho uma paixão especial com a Epístola aos Efésios. Quando me deparei com mais uma obra exegética dessa obra feita pelo ilustre pastor Douglas Baptista, meu coração vibrou pela qualidade literária e teológica do autor. Aprendi a amar esse ilustre autor pela capacidade de pensar teologia e pela fidelidade exegética demonstrada no comentário da Carta aos Efésios.

O pastor Douglas Baptista foi uma das grandes revelações dos últimos anos nas lides assembleianas, especialmente no campo da teologia apologética, com uma visão de mundo diferenciada sem perder o vínculo com o pensamento pentecostal.

A formação acadêmica e militar do autor não lhe tirou a simplicidade de produzir um comentário de fácil compreensão. Certamente, esse modo de tratar com um texto bíblico tem a ver com a sua experiência pastoral.

Citei em meu Comentário dessa Carta que o apóstolo Paulo conduz o leitor às regiões celestiais, para que o mesmo tenha uma visão nítida do plano de salvação em Cristo alcançando todo aquele que aceita e crê no evangelho. Nesta Carta, o autor dessa obra deixa derramar de sua alma toda a inspiração para entender o plano divino da salvação.

Com lucidez e compromisso com a teologia pentecostal, o autor tratou dos temas polêmicos sobre eleição, predestinação, livre-arbítrio, graça e soberania de Deus, desenvolvendo esses temas com clareza teológica.

É interessante notar que, no texto do capítulo 1 e versículo 11, a Escritura diz: “[...] havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas”; então, escrevi em meu *Comentário Bíblico – Efésios*:

> A colocação da palavra “predestinação” nesse texto tem dado margem a uma interpretação errada sobre a questão da soberania de Deus. O fato da soberania de Deus é incontestável, mas o resultado proposto por muitos intérpretes é injusto, pois torna este Deus, soberano em sua vontade, injusto e incoerente com sua própria palavra. Deus é soberano e faz o que lhe apraz, mas Ele é justo e imparcial, dando a todos os homens a mesma oportunidade. Entretanto, Deus conhece aqueles que lhe servem e os que não querem servi-lo (CABRAL, 1999, 3ª ed., pp. 23,24).

O autor escreveu no seu comentário que “a dádiva da eleição precede a nossa existência. Deus planejou salvar e capacitar para uma vida nova àqueles que de antemão elegeu”. Diz mais o autor que “o conceito de eleição entre os pentecostais inclui a previsão de Deus quanto àquilo que o homem irá fazer com a sua própria liberdade, mas depende, para a sua realização, da graça soberana de Deus”.

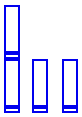
Creio que a excelente obra do pastor Douglas Baptista irá fortalecer ainda mais o pensamento pentecostal e ajudará os leitores na compreensão das verdades cristãs explanadas pelo autor.

Com graça e lucidez, o autor soube tratar essa Epístola com firmeza teológica sem deixar-se influenciar pelo empirismo de algumas teologias modernas, sendo, portanto, capaz de conduzir o leitor às dimensões das “regiões celestiais”.

Pastor Elienai Cabral
Consultor Teológico e Doutrinário da CPAD

SUMÁRIO

1. Capa
2. Folha de Rosto
3. Créditos
4. Apresentação
5. Prefácio
6. CAPÍTULO 1 Carta aos Efésios – Saudação aos Destinatários
7. CAPÍTULO 2 A Sublimidade das Bênçãos Espirituais em Cristo
8. CAPÍTULO 3 Eleição e Predestinação
9. CAPÍTULO 4 Iluminação Espiritual do Crente
10. CAPÍTULO 5 Libertos do Pecado para uma Nova Vida em Cristo
11. CAPÍTULO 6 A Condição dos Gentios sem Deus
12. CAPÍTULO 7 Cristo É nossa Reconciliação com Deus
13. CAPÍTULO 8 Edificados sobre o Fundamento dos Apóstolos e dos Profetas
14. CAPÍTULO 9 O Mistério da Unidade Revelado
15. CAPÍTULO 10 A Intercessão de Paulo pelos Efésios
16. CAPÍTULO 11 Atributos da Unidade da Fé: Humildade, Mansidão, Longanimidade
17. CAPÍTULO 12 A Conduta do Crente em Relação à Família
18. CAPÍTULO 13 A Batalha Espiritual e as Armas Espirituais
19. Referências Bibliográficas



CAPÍTULO 1

CARTA AOS EFÉSIOS – SAUDAÇÃO AOS DESTINATÁRIOS

“A vós graça e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e da do Senhor Jesus Cristo”
(Ef 1.2)

A Epístola aos Efésios é chamada de “a coroa dos escritos de Paulo” e ainda de “a rainha das epístolas”.[1] Essa designação está relacionada com a excelência das revelações bíblicas que a fazem sobrepujar as demais cartas de Paulo. Nela, está revelado o propósito eterno de Deus, por meio de Cristo, para a Igreja. A Epístola apresenta um resumo da pregação de Paulo e de todo o Evangelho do Senhor Jesus Cristo. O teólogo e filósofo humanista Erasmo de Roterdã (1466–1536) considerou que, por meio de Efésios, Paulo ensinou que, “embora a graça do evangelho tenha sido prometida aos judeus, ela foi, subsequente e corretamente, estendida aos gentios pelo decreto eterno de Deus e era seu dever levar até eles essa mensagem”.[2]

Nesse aspecto, a mensagem da carta aos Efésios é tão necessária hoje quanto foi no passado. Não se trata apenas de um documento teológico importante, mas também de um compêndio de revelações espirituais que devem conduzir-nos à verdadeira adoração, gratidão e à melhoria de nossa vida cristã. Portanto, no propósito de melhor compreender essa majestosa epístola, vamos discorrer nesse capítulo sobre os aspectos introdutórios, tais como a autoria, a data e os destinatários, bem como as principais abordagens doutrinárias.

I. AUTORIA E DATA

1. Autoria

A primeira evidência da autoria paulina é textual, isto é, conforme costume da época, o autor começa a escrever declarando a sua identidade: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo” (1.1a); e, uma segunda vez nessa epístola, o autor torna a apresentar-se como: “Paulo, [...] o prisioneiro de Jesus Cristo” (3.1). O livro de Atos dos Apóstolos informa que o seu nome judeu era Saulo e que também era conhecido como Paulo (At 13.9). O nome próprio Saulo significa “solicitado” em hebraico, sendo uma provável homenagem a Saul, o primeiro rei de Israel (At 13.21), pertencente à tribo de Benjamim, que, inclusive, é a mesma tribo do apóstolo (Fp 3.5).

Saulo era um israelita que “falava a língua aramaica em sua casa, herdeiro da tradição do farisaísmo, estrito observador das exigências da Torá, e mais avançado em judaísmo do que seus contemporâneos”.[3] Por outro lado, ele era um judeu da dispersão nascido em Tarso da Cilícia, uma metrópole com governo autônomo (At 21.39). O imperador Júlio Cesar (100–44 a.C) dera aos moradores de Tarso os direitos e privilégios da cidadania romana. Desse modo, Paulo, que significa “pequeno”, era o seu nome romano (At 22.3). Convertido ao cristianismo, ele foi preso por causa de sua fé em Jesus Cristo, sendo constituído “pregador, e apóstolo, e doutor dos gentios” (2 Tm 1.8,11).

Não obstante, o polêmico clérigo inglês Edward Evanson (1731–1805) questionou a autoria de Paulo por não conseguir harmonizar os destinatários da carta com o seu conteúdo. A partir de então, surgiram dúvidas quanto ao estilo e vocabulário que, supostamente, não eram paulinos, além de conceitos teológicos “pós-paulinos”.[4] Em resposta a esses argumentos, o *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* assim se expressa:

> Dois cabeçalhos principais desta carta (1.1 e 3.1) mostram que esta epístola foi escrita por Paulo, o Apóstolo. Esta reivindicação é confirmada por muitos patriarcas da igreja, entre eles Policarpo, Orígenes, Irineu, Clemente de Alexandria

> e Tertuliano. Muitos estudiosos, ao longo de toda história da igreja, afirmaram a mesma coisa [...].[5]

Diante desses consistentes pressupostos textuais e históricos, não existe razão admissível para negar a característica paulina na Epístola. É, portanto, satisfatoriamente plausível reivindicar a autoria de Efésios ao apóstolo dos gentios:

2. A assinatura apostólica

Das vinte e uma epístolas que contém o Novo Testamento, Paulo é o autor de 13 dessas cartas. Elas são geralmente divididas em quatro grupos: 1) As escatológicas, que compreendem 1 e 2 Tessalonicenses; 2) As soteriológicas, que abrangem Romanos, 1 e 2 Coríntios e Gálatas; 3) As da prisão, compostas por Efésios, Filipenses, Colossenses e Filemon; e 4) As pastorais, que integram 1 e 2 Timóteo e Tito. Esse grupo de epístolas é conhecido como "*corpus* epistolar paulino" ou, simplesmente, de "epístolas paulinas".

Uma curiosidade nas saudações iniciais nas 13 cartas é a identificação pelo seu nome romano Paulo e nunca pelo nome judeu Saulo, provavelmente por considerar que Paulo era mais apropriado para evangelizar o mundo gentílico (Rm 11.13). Outro detalhe relevante é que, em sete das suas cartas (1 Co; 2 Co; Gl; Ef; Cl; 1 Tm e 2 Tm), Paulo reivindica explicitamente a sua autoridade apostólica com a ressalva: "pela vontade de Deus". Isso significa que o seu chamado e apostolado "não [era] da parte dos homens, nem por homem algum, mas por Jesus Cristo e por Deus Pai, que o ressuscitou dos mortos" (Gl 1.1).

3. Uma epístola da prisão

O livro de Atos dos Apóstolos registra duas longas prisões de Paulo: dois anos em Cesareia (At 24.1-27) e dois anos em Roma (At 28.16-31). Outra notável prisão anotada pelo historiador e evangelista Lucas aconteceu em Filipos por ocasião da segunda viagem missionária (At 16.19-26). Escrevendo aos Coríntios, o apóstolo testemunhou que fora feito prisioneiro diversas vezes (2 Co 11.23). Na Epístola aos Efésios, ele próprio identifica-se como

sendo o “prisioneiro de Jesus Cristo” (3.1), “o preso do Senhor” (4.1) e o “embaixador em cadeias” (6.20), o que indica claramente que era uma missiva enviada do cárcere. Portanto, não restam dúvidas quanto à situação de prisioneiro por ocasião da escrita aos Efésios. A discussão entre alguns eruditos refere-se à identificação do local em que se encontrava preso.

O debate concentra-se na historiografia de Atos entre a capital da Judeia, Cesareia, e a capital do Império, Roma. Nesses locais, Paulo esteve aprisionado em um total de quatro anos — dois anos em cada cidade. Outros ainda argumentam a possibilidade de uma prisão não registrada na própria cidade de Éfeso (1 Co 15.32). Essa última conjectura, no entanto, é descartada pela ausência de documentos probatórios e de testemunho irrefutável.

Assim, em relação ao aprisionamento em Cesareia, sabe-se que, à época, Antônio Félix era o procurador da Judeia (At 24.22-27). Félix desempenhou a função durante os governos de Cláudio e Nero entre os anos 52 e 60 d.C. Após esse período, o procurador foi substituído no governo por Pórcio Festo no ano 60 d.C. Desse modo, essa prisão de Paulo ocorreu nos últimos dois anos[6] do governo Félix, a saber, entre 58 e 60 d.C. Após a posse de Festo, em virtude de uma trama para assassinarem-no, o apóstolo apelou para o tribunal de César em Roma (At 25.3,10). Mas, apesar de ter tido muito tempo livre para escrever na prisão em Cesareia, a maior parte dos estudiosos do “*corpus* epistolar paulino” afirma que ele escreveu aos Efésios em Roma, e não em Cesareia.

4. Data

A definição do local da prisão de Paulo, por ocasião da escrita da carta aos Efésios, também indica a provável data em que o documento foi redigido. Em conformidade com o livro de Atos, depois de realizado três viagens missionárias e implantado Igrejas na região do Mediterrâneo, Paulo esteve preso em Cesareia por um período de dois anos entre 58 e 60 d.C. (At 24.27). Após apelar para o tribunal de César, o apóstolo foi conduzido a Roma, onde permaneceu em prisão domiciliar por dois anos inteiros (At 28.30). A

julgar pelas condições favoráveis na casa alugada para esse fim, tais como: ausência de restrições para receber visitas e o não cerceamento da liberdade para ensinar (At 28.31), ratifica-se isso, como já observado que a prisão em Roma é o local de redação das “Epístolas da Prisão”.

Em razão de as datas serem aproximadas, a estimativa da chegada de Paulo em Roma fica entre 60 e 62 d.C. Partindo dessa premissa, a data provável da escrita aos Efésios ocorreu por volta dos anos 61 e 62 d.C. Tíquico foi o portador das Epístolas aos Efésios e aos Colossenses, que, possivelmente, foram despachadas na mesma ocasião que a carta a Filemom (6.21; Cl 4.7-9).

II. DESTINATÁRIOS

1. A cidade de Éfeso

Por volta de 1050 a.C., invasores gregos expulsaram os habitantes da costa oeste da Ásia Menor e estabeleceram-se na cidade de Éfeso, que significa “desejável”. Ela ficava localizada no território da Lídia entre as cidades antigas de Esmirna e Mileto. Em 133 a.C., Éfeso foi anexada à província romana e tornou-se um centro político, comercial e religioso da Ásia Menor, atual país da Turquia. Era uma cidade portuária cujo Porto desaguava no mar Egeu. Por causa dessas boas instalações portuárias e das várias estradas que ligavam a cidade ao vasto Império Romano, Éfeso alcançou a posição de grande metrópole com cerca de 500 mil habitantes. Era a sede do procônsul romano e da confederação de cidades da Ásia Menor.

2. A religiosidade em Éfeso

A cidade abrigava o templo de Ártemis, que, na mitologia grega, era irmã gêmea do deus-sol Apolo, filha de Leto e Zeus, equivalente a Diana para os romanos. Ártemis ou Diana era a deusa pagã da fertilidade e protetora do parto — representada pela imagem de uma mulher com o tórax coberto de três ou quatro fileiras de seios. Ela personificava os poderes reprodutivos de homens e de animais. Associada aos rituais de fertilidade, tornou-se protetora da

prostituição cerimonial, que fazia parte do culto sensual e da adoração idólatra em Éfeso.[7]

O templo era considerado uma das sete maravilhas do mundo antigo. Construído em 550 a.C., de arquitetura jônica formada de cedro, cipreste e mármore, era o principal centro religioso de Éfeso. O templo foi saqueado diversas vezes, incendiado e reconstruído pelo menos duas vezes. Apesar desses ataques de vandalismo e sucessivas reformas, após a metade do século I d.C., no período apostólico, a imponência do templo ainda impressionava.

O livro de Atos informa que a imagem adorada no templo havia "caído do céu" (At 19.35). Significa que algum meteorito fora recolhido e talhado para moldar a imagem. Essa crendice sinaliza que a religiosidade dos efésios era permeada de superstições. O cortejo do templo que abrangia sacerdotes, sacerdotisas, assistentes e escravos eunucos que cultuavam por meio de atos sexuais indica o nível de depravação e imoralidade daquela cidade.

O culto idólatra também era estimulado pela crença e pela prática do ocultismo referendado por inúmeros livros de artes mágicas, encantamentos, amuletos, poções, sacrilégios e feitiços. O temor dos fenômenos sobrenaturais ou supranormais mantinha a cidade espiritualmente cega e escravizada. Com a mensagem do Evangelho, muitos dos que receberam a Cristo "trouxeram os seus livros e os queimaram na presença de todos" (At 19.18,19).

Para os efésios, o templo, a prostituição cultual e o ocultismo representavam uma oportunidade ímpar de aquecer a economia da cidade. Éfeso devia a sua prosperidade financeira aos milhares de turistas e peregrinos que visitavam a capital. A maior fonte de renda era o comércio de nichos de prata da deusa, que eram comercializados no templo. A prostituição, a pornografia e as artes mágicas também auferiam lucros financeiros. Sendo o centro de vários outros cultos pagãos, inclusive o culto aos imperadores romanos deificados, a cidade era conhecida como *arch paganismi*, que quer dizer "o cúmulo do paganismo".

Avalia-se que a exploração comercial e as questões econômicas em Éfeso trouxeram maiores dificuldades para Paulo do que as

questões religiosas. O alvoroço por causa da pregação do apóstolo contra a idolatria foi motivado pelo medo de a profissão de ourives cair em descrédito (At 19.23-28). De fato, a defesa do templo e do culto a Diana foi apenas um pretexto religioso; a verdadeira intenção era afastar o perigo da queda e até mesmo a suspensão das vendas de imagens que “dava não pouco lucro aos artífices” (At 19.24).

3. A igreja de Éfeso

Paulo chegou a Éfeso por ocasião da sua terceira viagem missionária realizada no período aproximado de 53 a 57 d.C. (At 19.1). O apóstolo evangelizou a cidade e os seus arredores durante três anos (At 20.31). Durante a sua permanência em Éfeso, Paulo escreveu a primeira epístola aos Coríntios e, pelo menos, a maior parte da segunda. Por meio das epístolas aos Coríntios, é possível desvendar a gravidade e as agruras da batalha enfrentada por Paulo na capital da Ásia Menor: “Porque não queremos, irmãos, que ignoreis a tribulação que nos sobreveio na Ásia, pois que fomos sobremaneira agravados mais do que podíamos suportar, de modo tal que até da vida desesperamos” (2 Co 1.8).

Quando desembarcou na cidade, o apóstolo encontrou 12 discípulos, os quais foram batizados nas águas e conduzidos a receber o batismo no Espírito Santo (At 19.5-7). Nesse registro, convém enfatizar a validação da experiência do batismo no Espírito Santo, ou seja, a evidência inicial de falar em línguas (At 19.6). Paulo, em seguida, evangelizou os judeus na sinagoga por um espaço de três meses, “disputando e persuadindo-os acerca do Reino de Deus” (At 19.8). E, como alguns resistiram fortemente ao Evangelho “falando mal do Caminho”, voltou-se para os gentios pregando em um salão alugado na escola de Tirano (At 19.9). Nesse contexto, ressalta-se o uso da expressão “caminho”. O termo é empregado sete vezes no livro de Atos (9.2, ARA; 18.25; 19.9,23; 22.4; e 24.14,22) sempre para identificar os seguidores de Cristo; provavelmente, uma alusão ao texto messiânico “preparai o caminho do SENHOR” (Is 40.3) e ao próprio Cristo, que se apresentou como sendo “o caminho” (Jo 14.6).

Durante três anos de muita dedicação e árduo trabalho missionário, a igreja cresceu e multiplicou-se. Feitos miraculosos e extraordinários foram operados naquela cidade imoral, supersticiosa, escravizada e refém de poderes ocultos. O poder de Deus sobrepujou a todo tipo de encantamentos e poções mágicas ao ponto de até os lenços e aventais do apóstolo serem levados para curar enfermidades e expulsar demônios (At 19.12). Nesse aspecto, é salutar entender o propósito da narrativa desses milagres incomuns, pois não se trata de texto normativo a ser seguido pela igreja, mas, sim, o registro da sobre-excelência e grandeza do poder de Deus "acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio [...]" (Ef 1.21).

4. A saudação epistolar

A saudação é a mais breve dentre todos os escritos de Paulo. Ele dirige-se "aos santos que estão em Éfeso e fiéis em Cristo Jesus" (1.1b), isto é, aqueles que foram separados e consagrados para ser propriedade peculiar de Deus (ver 1 Pe 2.9). Ao analisar essa saudação, o Doutor Russel Shedd (1929–2016) corrobora com a assertiva acima afirmando que "a palavra *santo* não significa uma pessoa que não peca. Pelo contrário [...], no Antigo Testamento, *santo* quer dizer 'pessoa separada por Deus'; e no Novo Testamento [...] 'alguém separado para pertencer exclusivamente a Deus'".[8] Desse modo, o pressuposto paulino é que os seus leitores eram realmente pessoas separadas e que estavam vivendo para Cristo. Quanto ao uso do termo grego *pistoi*, o teólogo Francis Foulkes enfatiza que "pode significar aqueles que têm fé, ou aqueles que são fiéis. Ambas as ideias podem ser aqui incluídas; eles são crentes e sua chamada é a fidelidade".[9] Isso quer dizer que os leitores não apenas criam, como também viviam a fé em obediência a Cristo.

Paulo cumprimenta os seus destinatários com as palavras "graça e paz" (1.2), uma expressão que lembra o favor gratuito e imerecido proveniente de Deus. Essa era uma saudação padrão do apóstolo em todas as suas cartas. Lembra também, em parte, a saudação

favorita que um judeu fazia a outro: “Paz, paz seja com você”.[10] Paulo, porém, vai além e eleva a expressão judaica à esfera cristã, acrescentando o termo graça. Ao comentar esse cumprimento, Matthew Henry (1662–1714) considera que a frase “expressa a boa vontade do apóstolo em relação aos seus amigos e é um desejo real pelo bem-estar deles. [...] Não há paz sem graça [...]. Essas bênçãos peculiares procedem de Deus, não como criador, mas como Pai”.[11]

Em relação à área geográfica dos destinatários, no primeiro e segundo séculos do cristianismo, a epístola era aceita quase que universalmente sob o título de “Aos Efésios”. Entretanto, mais tarde, a veracidade do título original ocasionou controvérsias, e a designação passou a ser considerada incorreta.

Diante dessas constatações, variadas propostas de conciliação surgiram para elucidar a questão. Contudo, a posição adotada pela maioria dos intérpretes considera que a epístola era uma encíclica (uma circular) destinada aos cristãos de maioria gentílica das muitas igrejas da Ásia, tendo a sua origem em Éfeso, a metrópole mais importante da região. Sob essa perspectiva, cada uma das igrejas daquela região podia inserir o seu próprio nome na saudação original, “testemunhando a relevância de sua profunda mensagem pra todas as verdadeiras igrejas de Jesus Cristo”.[12] E, como Éfeso tornou-se um dos grandes centros do movimento cristão primitivo a partir da igreja-mãe da populosa província romana na Ásia Menor, o título “aos Efésios” passou a identificar essa majestosa epístola.

III. PROPÓSITO E MENSAGEM

1. O propósito

Aparentemente, a epístola não aborda nenhum problema específico como acontece em outros escritos. Percebe-se, porém, que Paulo escreveu para “fortalecer e amadurecer os seus irmãos e irmãs cristãos na sua fé, explicando o objetivo e o poder da igreja [...] convocando os crentes à sã doutrina e a uma vida santificada”.[13]

Outra questão relevante nessa análise é a constante preocupação do apóstolo com as igrejas que ele fundara (2 Co 11.28).

No caso específico de Éfeso, é preciso olhar com atenção as suas palavras de despedida aos anciãos. Na ocasião, Paulo exortou-os à vigilância permanente alertando que, depois da sua partida, lobos cruéis entrariam na igreja para destruírem o rebanho (At 20.28-31). Diante dessa revelação e sabendo que não mais retornaria àquela cidade (At 20.38), quando as suas inquietações foram confirmadas anos depois, Paulo foi inspirado a escrever esse verdadeiro tratado teológico acerca do propósito eterno de Deus para com a Igreja de Cristo.

Ainda são perceptíveis nos capítulos iniciais algumas ênfases que sinalizam a solução de algumas questões comuns na Ásia Menor. Por exemplo, muitos dos novos convertidos vinham do mundo helênico, de religiões de mistério e magia, e, outrora, as suas vidas foram aprisionadas pelo misticismo. Agora, porém, libertos em Cristo, Paulo lembra-os de que a cabeça da Igreja controla o Universo inteiro (1.20-22), e esse mesmo tema retorna no capítulo final para reafirmar a vitória contra as hostes do mal com o uso de toda a armadura de Deus (6.10-18).

Também se infere no conteúdo da epístola que, no passado, a vida daqueles cristãos tinha sido de imoralidade, depravação, desobediência e bebedeiras, mas, agora, salvos pela graça divina, deveriam adotar uma nova vida em Cristo (2.1-10). Destaca-se, ainda, uma preocupação com a unidade e a paz entre judeus e gentios cristãos, enfatizada pelo plano universal da redenção (2.11-18). Sob essas premissas das intenções do autor, considera-se que, de maneira pastoral, a carta busca atender as múltiplas necessidades da igreja; por isso, é possível reafirmar ser a epístola em apreço “um tratado sobre a igreja, o corpo de Cristo”.

2. A mensagem

Como já descrito, a mensagem dessa epístola que é avaliada como o “clímax da teologia paulina” é ao mesmo tempo múltipla, abrangente e gratificante. Diversos estudiosos têm sugerido que o

seu conteúdo pode ser resumido em três palavras: *assentado*, *andando* e *firmado*. A justificativa dessa proposta é assim explicada:

> Pela posição, o crente está **assentado** com Cristo nos lugares celestiais (2.6); sua responsabilidade é **andar** condignamente ao chamado que lhe foi feito (4.1); e este andar é mais amplamente apresentado como uma guerra na qual ele está empenhado contra satanás e todas as suas hostes e na qual ele é exortado a permanecer **firme** contra as ciladas do diabo (6.11).[14]

Isso significa que o ponto de vista da mensagem em Efésios é mais amplo e maior do que em outras epístolas. Nesse sentido, a carta é reputada como "uma combinação magnífica da doutrina cristã e do dever cristão, da fé cristã e da vida cristã, daquilo que Deus fez através de Cristo e do que nós devemos ser e fazer em decorrência".[15]

A partir desses pressupostos, observam-se dois polos em torno dos quais gira a mensagem de Efésios: Jesus Cristo e a Igreja — ambos representados pela imagem simétrica de "Cristo, a cabeça" (1.22; 4.15; 5.23) e "Igreja, o corpo" (1.23; 4.12; 5.30). Alguns avaliam que nela aparecem temas doutrinários que não são encontrados nos demais escritos paulinos. Apesar de essa afirmação ter parcela de verdade, não devemos estudar o seu conteúdo sob essa perspectiva.

Nesse eixo interpretativo, a ênfase da mensagem recai sobre a doutrina da Igreja, que é a consumação do plano eterno de Deus na pessoa de Jesus Cristo (1.3-5). Isso significa muito para os cristãos, pois, "de acordo com o plano eterno e amoroso de Deus, Ele conduz, executa e sustenta a nossa salvação. [...] Em amor, Ele escolheu muitas pessoas para participarem da sua 'filiação' — não pelos próprios méritos delas, mas em virtude de estarem no Filho".[16]

Embora a Igreja de Cristo e o plano de redenção sejam o foco da epístola, a atuação da Terceira Pessoa da Trindade também recebe proeminência. Dentre vários aspectos, destaca-se nos versículos iniciais a descrição do Espírito Santo da promessa (1.13) como

garantia e penhor da experiência de salvação (1.14), o seu desempenho em capacitar o crente a ter intimidade com o Pai (2.18,22) e a revelação do mistério da Igreja que estava oculto (3.4,5).

Outro aspecto importante é a reconciliação dos povos por intermédio da cruz de Cristo (1.7; 2.13; 2.16). Aqui, a obra da cruz é ratificada como suficiente para nossa salvação. Esse tema também é encontrado nas demais cartas paulinas (Rm 5.6-10; 1 Co 15.3-28; Cl 1.14-20). A salvação por meio da graça é outro tema muito caro na epístola (2.8,9). Essa doutrina da justificação pela fé é um tema tipicamente paulino e, desse modo, abordado em outras das suas cartas (Rm 3.21-26; Gl 2.16; 3.11,24). Em termos gerais, assevera que o pecador é justificado (absolvido da punição e da condenação do pecado) unicamente pela fé na graça divina.

Por fim, a mensagem de Efésios requer um novo padrão de conduta para a igreja cristã, tais como manter a unidade, adorar a Deus e viver no Espírito (4.3,30; 5.9,18,19; 6.18) e encerra com orientações de como se portar nos relacionamentos conjugais e na vida social, bem como proceder na luta contra o Diabo (5.21-6.24). A epístola, portanto, contém uma combinação de doutrina e vida cristã, daquilo que Deus fez e daquilo que se espera da Igreja.

---

[1] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 1.

[2] BRAY, G. (Org.) **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 261.

[3] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1.473.

[4] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.190.

[5] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 309.

[6] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 782, 783.

[7] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 554.

[8] SHEDD, Russel. **Epístolas da Prisão: uma análise**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005, p. 15.

[9] FOULKES, Francis. **Efésios – Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 38.

[10] JONES, Lloyd. **O Supremo Propósito de Deus**. São Paulo: PES, 1996, p. 34.

[11] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico. Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 578.

[12] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.191.

[13] FOULKES, Francis. **Efésios – Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 16.

[14] HARRISON, Eveett (Ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010, p. 531.

[15] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 9.

[16] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio: CPAD, 2009, vol. 2, p. 312.

CAPÍTULO 2

A SUBLIMIDADE DAS BÊNÇÃOS ESPIRITUAIS EM CRISTO

"Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo,
o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais
nos lugares celestiais em Cristo"
(Ef 1.3)

Na sentença de Efésios 1.3-14, o apóstolo introduziu a maioria dos temas que ele desenvolve nessa epístola. No texto grego, esses 12 versículos formam uma única sentença gramatical complexa de 202 palavras. O *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* informa que "esta seção forma uma bênção, chamada *berakah*, em hebraico, frequentemente utilizada na liturgia judaica. É um tributo a Deus e a todas as bênçãos que Ele dá a seu povo".[17] Essa assertiva ratifica que toda a boa dádiva procede de Deus e que somente Ele deve ser glorificado.

Em virtude da extensão da perícope referenciada (1.3-14), para fins exclusivamente didáticos, abordaremos nesse capítulo a grandeza, a excelência e a perfeição do projeto divino em conceder bênçãos espirituais aos seus escolhidos. A compreensão desses aspectos passa pela firme convicção paulina que aprouve a Deus desde a eternidade projetar um plano de restauração e reconciliação à humanidade caída.

I. A NOVA POSIÇÃO EM CRISTO

1. A Doxologia

Ao descrever a sublimidade dessas dádivas, Paulo inicia com a doxologia: “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (Ef 1.3a). Mercê desse verdadeiro tributo ao Deus-Pai, é preciso estudar e tomar essas bênçãos na ordem em que se apresentam:

> A ordem é de extrema importância. Por causa do nosso miserável subjetivismo, sempre temos a tendência de concentrar-nos logo nas bênçãos; sempre queremos algo para nós mesmos. Contudo, o apóstolo insiste em que comecemos com Deus, e com o culto que Lhe devemos. Não devemos precipitar-nos à presença de Deus na oração nem em qualquer outro aspecto; sempre devemos começar pela compreensão de quem Deus é [...] o apóstolo insiste na ordem certa e apropriada; e devemos considerar a natureza das bênçãos só depois que tivermos cultuado a Deus e louvado Seu nome, e depois que tivermos compreendido o que Deus fez a fim de que nos possibilitasse recebermos bênçãos.[18]

Nessa perspectiva, logo após os versículos de abertura (1.1-2), percebe-se uma longa sequência de um hino de louvor em gratidão pela bondade ativa de Deus (1.3-14). Ao constatarem que essa sentença de 202 palavras não estava dividida em versículos no texto original, mas que formavam uma única frase, os comentaristas consideram essa extraordinária doxologia como uma das passagens mais profundas da Bíblia e, provavelmente, a frase mais magnífica de toda a literatura.[19]

Outro aspecto de suma importância presente nessa doxologia é o seu caráter trinitário. Nas concepções formuladas nas três estrofes da perícope, o apóstolo faz notável referência à Santíssima Trindade. Ao apresentar cada novo argumento, Paulo realça a contribuição de cada uma das três pessoas — o Pai, o Filho e o Espírito Santo:

> O Pai decidiu redimir as pessoas para si próprio (1.3-6); o Filho, pelo preço de sua morte sacrificial, também é o Redentor, e aquEle através do qual a Igreja é a escolhida (1.7-

12), e o Espírito Santo aplica a presença viva e a obra de Cristo à Igreja e à experiência humana (1.13-14).[20]

Essa admirável sentença tem início com o adjetivo grego "Bendito". Uma expressão rabínica dirigida especialmente para Deus e que significa "digno de louvor". O termo hebraico correspondente é *barukh* e aparece no Salmo 68.19: "Bendito seja o Senhor, que de dia em dia nos cumula de benefícios; o Deus que é a nossa salvação". Na versão grega da Septuaginta, o termo "bendito" foi traduzido por *eulogetos*, que é a mesma palavra usada por Paulo em Efésios. O sentido aqui, portanto, é "Deus seja louvado ou exaltado!".

Esse ser divino digno de ser adorado é identificado na elocução como "Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (1.3a). Além de apontar para a Santíssima Trindade, com ênfase na natureza divina do Filho, a frase também assevera que Deus-Pai é a fonte de toda a sorte de bênçãos.

A partir dessa explosão inicial de adoração, Paulo segue até o versículo 14 com esse maravilhoso tributo ao Eterno e as suas muitas bênçãos concedidas aos homens. Trata-se, portanto, de um hino teológico de gratidão, com a repetição do refrão ao final de cada uma das três estrofes dessa admirável doxologia "para louvor e glória da sua graça" (1.6) e outra vez "para louvor da sua glória" (1.12) e, novamente, "para louvor da sua glória" (1.14).

2. As bênçãos espirituais

Na sequência do texto, Paulo assevera que Deus "nos abençoou com todas as bênçãos espirituais" (1.3b). Aqui, o verbo "abençoar" está conjugado no particípio, no tempo aoristo e voz ativa.[21] O tempo do verbo aoristo indica uma ação acabada, o que sinaliza que fomos completamente "abençoados". Obviamente que as bênçãos aqui não são dádivas materiais, e sim algo imaterial proveniente dos "lugares celestiais em Cristo" (1.3c), isto é, vindo do reino espiritual. A discussão empreendida por alguns para identificar uma possível localização geográfica dos lugares celestiais é inócua e sem propósito. Paulo usa essa expressão cinco vezes nessa epístola

sempre indicando o mundo invisível da realidade espiritual (1.2,20; 2.6; 3.10; 6.12). Isso significa que, no versículo em apreço, “essas bênçãos espirituais são celestiais em sua origem, e que do céu vieram para os santos e crentes que se acham na terra”.[22] Diante dessa realidade, Matthew Henry (1662–1714) alerta que “deveríamos aprender a reconhecer as coisas espirituais e celestiais como as coisas principais, as bênçãos espirituais e celestiais como as melhores bênçãos”.[23]

Essas bênçãos são mencionadas na longa sentença (1.3-14). A lista das inúmeras e copiosas bênçãos pelas quais Deus deve ser louvado é descrita “como uma bola de neve que vai saltando morro abaixo, aumentando de volume à medida que desce”.[24] Com o coração inflamado pelo ardor das revelações, o apóstolo descreve que Deus elegeu-nos para sermos santos (1.4), predestinou-nos para sermos filhos (1.5), fez-nos agradáveis para si (1.6), remiu-nos por meio do sangue de Cristo (1.7), acolheu-nos pela sua vontade redentora (1.8-12), revelou-nos a Palavra da verdade (1.13a), selou-nos com o Espírito Santo da promessa (1.13b) e ainda garantiu a validade dessa promessa (1.14). E, nesse conjunto de dádivas espirituais, outra vez é possível notar o caráter trinitário da epístola, ou seja, todas as bênçãos provêm de Deus, que planejou a redenção, do Filho, que a realizou, e do Espírito Santo, que a garante. Essas bênçãos conduzem-nos a exclamar como Paulo: “Bendito seja Deus e Pai!”.

3. A nova condição em Cristo

A expressão “em Cristo” ou o seu equivalente “Nele”, “no Senhor”, “em quem”, etc., ocorre dez vezes na longa sentença já citada (1.1,3,4,5,6,7,9,10,12 e 13); isso significa que é exclusivamente em conexão com Cristo que somos abençoados com todas as bênçãos espirituais. Nesse sentido, o enunciado refere-se à pessoa de Cristo e à obra que Ele realizou no calvário (Jo 1.3; Hb 5.9; 9.12); também se relaciona com nossa experiência de união com Ele por meio da conversão (Gl 3.26-29). Em termos gerais, revela que nenhuma dessas maravilhosas dádivas seria possível sem Cristo. O apóstolo

João, no seu Evangelho, antecipara essa verdade quando assegurou que “todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez” (Jo 1.3).

Esses dois vocábulos “em Cristo” aparecem 164 vezes nas epístolas paulinas. A maioria dos intérpretes concorda que a expressão também indica “comunhão espiritual” e “nova vida” *com* Cristo e *em* Cristo. Escrevendo aos Coríntios, Paulo afirmou: “[...] se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (2 Co 5.17). Essa assertiva quer dizer que uma “nova condição” é conferida para quem está “em Cristo”, sendo, portanto, o oposto da antiga vida “em Adão” condenada pela prática do pecado (Rm 5.11-15). Desse modo, “em Cristo” estamos libertos das concupiscências do engano de nossa vida passada (Ef 4.22). Não andamos mais em trevas, mas agora somos filhos da luz (5.8). NEle passamos da morte para a vida (2.1). Assim, essa nossa nova posição é caracterizada pela salvação “em Cristo” e por todos os benefícios advindos dessa redenção.

II. UMA VIDA CRISTOCÊNTRICA NESTE MUNDO

1. A revelação do mistério

O substantivo grego *mysterion* (mistério) ocorre periodicamente em Efésios com referência a alguma coisa previamente desconhecida, mas agora revelada (1.9; 3.3,4,9; 5.32; 6.19).[25] Desse modo, a sentença “descobrindo-nos o mistério da sua vontade” (1.9a) sinaliza que a verdade que estivera oculta foi desvendada “aos seus santos” (Cl 1.26). Em contraste com o pensamento corrente da sua época, o apóstolo é categórico ao declarar que o propósito divino anteriormente mantido em segredo por meio de Cristo tornou-se conhecido.

O mistério revelado diz respeito aos decretos eternos que Deus planejara pela sua soberana vontade, com o propósito de salvar os pecadores e de restaurar todas as coisas. O impacto dessa revelação refere-se à abrangência da salvação estendida também aos gentios. Porém, apesar de isso ser verdade, a extensão das dádivas aos gentios não era totalmente desconhecida no Antigo

Testamento (Gn 12.3; 22.18). Assim, a grande surpresa foi a descoberta que, no plano divino, tanto judeus quanto gentios desfrutam das mesmas bênçãos celestiais (Ef 3.6), e o impacto mais surpreendente foi saber que Deus projetara reconciliar ambos os povos — judeus e gentios formando um único povo, a Igreja (2.1-22).

Essa vontade divina foi revelada “segundo o seu beneplácito” (1.9b). A expressão “beneplácito” significa que tudo se fez conforme aquilo que Deus agradou-se em fazer, isto é, a decisão de incluir judeus e gentios no plano da salvação e o tempo para desvendar esse mistério aconteceu conforme o seu querer. Porque “lhe pareceu bom” fazer assim, e os seus atributos divinos indicam que Ele agiu movido por amor, bondade e misericórdia (Rm 9.15-16; 11.32). Dessa forma, a sua soberana vontade foi executada conforme o seu desígnio por intermédio de Cristo para que o Filho em tudo tivesse a preeminência (Cl 1.16-20).

2. A plenitude dos tempos

Paulo revela que, no plano estabelecido, Deus fará “tornar a congregar em Cristo todas as coisas” (1.10a). A versão Almeida Revista e Atualizada (ARA) traduz como “fazer convergir nele”. O verbo grego empregado aqui é *anakephalaiõ* e tem o significado geral de “reunir as coisas” ou “resumir as coisas”. Ele é usado duas vezes em todo o Novo Testamento. Aos Romanos, o sentido é de *resumo* da Lei: “se há algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo” (Rm 13.9). Aos Efésios, o sentido é de *congregar* e *convergir*, ou mesmo *reunir* todas as coisas em Cristo (1.10a). Logo mais adiante, no versículo 22, Paulo ratifica esse conceito ao afirmar que “esta convergência para Cristo acontecerá com a submissão do mundo a Ele como o Cabeça”.[26] Implica dizer que, a começar pela redenção da Igreja, todo o Universo, céus e terra estarão submissos à autoridade de Cristo (Rm 14.11; 2 Co 10.5). Isso inclui tudo o que foi criado por Cristo e para Cristo e que subsiste em Cristo (Jo 1.1-3; Hb 1.2-3). Indica que a ruptura provocada pelo pecado em Adão é

completamente restaurada em Cristo. Essa declaração não tem a conotação universalista de que todos serão salvos no fim, mas que finalmente tudo estará como Deus projetou: Cristo, a cabeça da Igreja e também a cabeça do Universo (Ef 1.21-23).

A consumação desse plano divino será "na dispensação da plenitude dos tempos" (1.10b). O conceito de "dispensação" refere-se ao modo divino de o Senhor Deus relacionar-se com a humanidade em diferentes períodos da História. De acordo com essa doutrina, essa atividade divina acha-se dividida em sete dispensações: (1) inocência; (2) consciência; (3) governo humano; (4) promessa; (5) lei; (6) graça e (7) Reino.[27] Entretanto, embora esse conceito seja possível nessa passagem, o foco aqui está no "tempo" em que finalmente se dará o pleno cumprimento do plano divino. A palavra grega empregada para "tempo" não é *chronos*, com a ideia de cronologia, mas *kairos*, que é o tempo divino previamente determinado para quando todas as coisas estarão sob o domínio de Cristo (At 1.7). Desse modo, entende-se que a dispensação da plenitude dos tempos deve ser identificada com a *hora certa*, onde "toda a criação será como Deus a criou para ser — perfeita, eterna e cumprindo a sua função pretendida para louvar a Deus".[28]

Certamente que esse conceito aponta para a consumação completa da redenção, só que não podemos ser extremados em nosso entendimento escatológico da expressão "plenitude dos tempos". O *Comentário Bíblico Beacon* salienta que "o tempo de Jesus Cristo não é somente o cumprimento do tempo messiânico profético [...] é também o cumprimento de todos os tempos".[29] Portanto, embora o termo sinalize o que Deus irá fazer na segunda vinda do seu Filho, deve-se também levar em conta a redenção que teve começo na primeira vinda. No presente, Cristo já é a Cabeça da Igreja; e, no porvir, também será a Cabeça do Universo (Ef 1.21-23). Aos Colossenses, Paulo corrobora com essa ideia e acrescenta que foi em Cristo, a cabeça da Igreja, que Deus deu início ao seu plano de recuperar o Universo para si (Cl 1.18-20).

3. Louvor da sua glória

O apóstolo enfatiza que todas as bênçãos espirituais, sem exceção alguma, são destinadas aos crentes judeus e gentios — a Igreja de Cristo. Na redação do texto, Paulo muda do pronome “nós [os judeus], os que primeiro esperamos em Cristo” (Ef 1.12) para o “também vós [os gentios], depois que ouvistes a palavra da verdade” (1.13), indicando que os crentes de ambos os povos são herdeiros da mesma promessa em Cristo conforme o propósito divinamente estabelecido (1.11). Nesses versículos, temos uma breve introdução ao tema da reconciliação, que será mais adiante desenvolvido detalhadamente (2.11-22).

O texto também ratifica que o propósito das bênçãos, tais como a eleição e a predestinação, não tem outro alvo senão louvar e glorificar a Deus (1.6,12,14). Essa verdade já tinha sido declarada no final da primeira estrofe da doxologia (1.3-6). Nessa estrofe, inicialmente aparece o desígnio primário “para que fôssemos santos e irrepreensíveis” (1.4) e para que recebêssemos “a adoção de filhos” (1.5, ARA). Em seguida, o desígnio último é mencionado: “para louvor e glória da sua graça” (1.6). Essa sentença direciona-nos para “o reconhecimento adorativo (louvor) da excelência manifestada (glória) em favor dos indignos (graça) daquele a quem se denomina o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”.[30]

Na estrofe seguinte, Paulo apresenta diversas razões pelas quais Deus deveria ser glorificado por aqueles que esperaram em Cristo de antemão (1.12b). A narrativa faz referência aos judeus que tiveram conhecimento da esperança messiânica antes dos gentios (At 28.20, Rm 1.16). Essa esperança abrange, entre outros, a redenção e a remissão dos pecados (Ef 1.7); a revelação do mistério oculto (1.9); e o direito à herança prometida (1.11). Essas dádivas tinham como propósito final servir “para louvor da sua glória” (1.12a).

Na última estrofe, a doxologia enfatiza que os gentios que creem em Cristo também são herdeiros das promessas realizadas aos judeus (1.13a). Assim, no último versículo, assim como em cada

estágio da revelação, o propósito do plano divino é reafirmado: “para louvor da sua glória” (1.14).

III. ESPÍRITO SANTO: O PENHOR DE NOSSA HERANÇA

1. O selo do Espírito Santo

Nessa última estrofe da doxologia de Efésios, o Espírito Santo recebe três designações: uma promessa, um selo e uma garantia (Ef 1.13,14). A Terceira Pessoa da Trindade é primeiramente denominada por Paulo como “o Espírito Santo da promessa” (1.13). O enunciado implica dizer, em outras palavras, o “Santo Espírito prometido, a saber, aquele que foi outorgado em cumprimento das promessas divinas”.[31] Além de ser prometido no Novo Testamento por Jesus aos seus discípulos (Jo 14.16-17; 15.26; 16.13; At 1.4), o Espírito Santo também era promessa presente no Antigo Testamento (Is 32.15; 44.3; Jl 2.28). O cumprimento dessa promessa e o seu objetivo são assim definidos:

> O Espírito Santo veio para que Deus estivesse em seus seguidores, após o retorno de Cristo para o céu [...]. Os crentes recebiam o Espírito Santo quando recebiam a Jesus Cristo. A transformação que o Espírito Santo realiza na vida de um crente (conforme descrito em Gálatas 5.22,23) inegavelmente marca a presença e a posse de Deus naquela vida.[32]

Na segunda designação, o apóstolo faz uso da linguagem figurada do “selo” para enfatizar o papel do Espírito Santo na Obra da redenção (Ef 1.13b). O selo era utilizado como sinal de autoridade, autenticidade, propriedade e posse pessoal. Ele poderia ser gravado e empregado de várias formas. O instrumento usado para esse fim era esculpido para reproduzir algum padrão-distinto em argila, cera e outros. Os animais, por exemplo, e até mesmo os escravos tinham os corpos marcados para identificar os seus proprietários. Nas religiões pagãs entre os gentios, os devotos

recebiam marcas no corpo que assinalavam a divindade a que pertenciam.

Nesses exemplos, o uso do selo sempre é uma marca exterior e visível ao olho humano. O selo do Espírito Santo, porém, é uma marca interior e espiritual não perceptível ao homem carnal. Os que recebem o Espírito Santo são identificados por Deus como pertencentes a Cristo. Esses crentes são assinalados como propriedade particular de Cristo, a Cabeça da Igreja. Desse modo, o Espírito Santo testifica quem são os filhos de Deus (Rm 8.9,15-16), e o maligno não lhes toca (1 Jo 5.18). Assim, ao habitar no crente, a Terceira Pessoa da Trindade possui o papel de regenerar, purificar e santificar (1 Co 6.11). Ele é quem convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.7-8) e que também produz no crente o fruto do verdadeiro relacionamento com Deus (Gl 5.22-23).

Acerca dessa dádiva especial, Paulo ensina que aquele que ouve a Palavra de Deus — o Evangelho da salvação — e que se rende a Cristo por meio da fé recebe o selo do Espírito Santo no momento da conversão (Ef 1.13). Nesse sentido, a Escritura assevera que "ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo" (1 Co 12.3, ARA). Assim, na doutrina pentecostal, "a regeneração é a ação decisiva e instantânea do Espírito Santo, mediante a qual Ele cria de novo a natureza interior".[33] Nesse sentido, a fim de dirimir dúvidas, convém destacar a distinção doutrinária entre a experiência da salvação, ocasião em que o crente é "selado", e o batismo no Espírito Santo, ocasião em que o crente recebe o revestimento de poder:

> Na experiência da salvação, o Espírito Santo passa a habitar no novo crente. Todos os crentes em Jesus já têm o Espírito Santo, pois Ele mesmo é quem conduz o pecador a Cristo. O batismo no Espírito Santo é algo distinto do novo nascimento; significa o recebimento de poder espiritual para realizar a obra da expansão do Evangelho em todo o mundo, para uma vida cristã vitoriosa e também uma adoração mais profunda.[34]

Desse modo, na doutrina pentecostal, a experiência da salvação é distinta da experiência do batismo no Espírito Santo. Os pentecostais creem que, após o recebimento do "selo" por ocasião do novo nascimento, os crentes devem buscar revestimento de poder que os capacita ao trabalho cristão (Jl 2.8; At 2.4,17; At 10.44; At 11.15; At 19.6). Esse revestimento é denominado de "Batismo no Espírito Santo", que também pode ocorrer simultaneamente à conversão — conforme o relato na casa de Cornélio (At 10.1-48). O falar em línguas estranhas é a evidência bíblica do recebimento do batismo no Espírito Santo. Essa evidência inicial de "falar línguas estranhas como batismo ou renovação no Espírito Santo é compreendido como o agir de Deus que visa a edificação pessoal do crente, e nesse caso não se requer interpretação nem mesmo repreensão".[35]

2. O penhor de nossa herança

A terceira designação do Espírito Santo nesse capítulo de Efésios vem do termo grego *arrabon*, que pode ser traduzido como "depósito", "penhor", "garantia" ou, ainda, "primeira parcela" (1.14a). A palavra tem origem semítica com o sentido de "fiança" e era usada nas transações comerciais para assegurar o preço ou para garantir o pagamento de algo. Era uma espécie de adiantamento realizado nas negociações comerciais, "criando a promessa de que o comprador completaria a transação e pagaria a quantia total".[36] As expressões "sinal" e "caução" como princípio de pagamento têm origem nesse conceito e ainda é utilizado em transações financeiras diversas que envolvem a aquisição de bens móveis ou imóveis.

Nessa concepção, Paulo ensina que o Espírito Santo é "o penhor da nossa herança, para redenção da possessão de Deus" (Ef 1.14). Em outras palavras, o Espírito Santo é o depósito que garante nossa herança em Cristo (2 Co 1.21-22; 5.5). Trata-se do pagamento da primeira parcela de todas as promessas que Deus fez ao seu povo. A presença do Espírito Santo em nós não apenas assegura-nos a vida eterna, como também nos faz experimentar, no

tempo presente, uma amostra do gozo que desfrutaremos com Cristo na eternidade.

A garantia da salvação e das bênçãos que a acompanham é assegurada pelo Espírito Santo “até ao resgate da sua propriedade” (1.14b, ARA). As palavras resgate (*apolutrõsis*) e propriedade (*peripoiesis*) devem ser aqui interpretadas conforme o seu uso no Antigo Testamento. Resgate tem a conotação de libertação de algum tipo de cativeiro por meio do pagamento de certo preço.[37] Nesse caso, a referência é a libertação de nossa condição de escravos do pecado para ser “povo de propriedade exclusiva de Deus” (1 Pe 2.9, ARA).

Essa declaração, contudo, não quer dizer que, independentemente da sua conduta, o crente está salvo para sempre, mas o contrário, isto é, enquanto o Espírito Santo habitar no cristão, a redenção está assegurada. Cristo disse aos seus discípulos que continuaria cuidando da Igreja e que enviaria o Espírito Santo, o Paracleto, um como Ele, que teria o mesmo poder para preservar o seu povo (Jo 14.16). Esse é o conceito bíblico de segurança da salvação; isso quer dizer que, “uma vez salvo, o crente é auxiliado pelo Senhor de modo a conseguir continuar crendo e confiando em Cristo”.[38] Nossa *Declaração de Fé* assim professa:

> Rejeitamos a afirmação segundo a qual “uma vez salvo, salvo para sempre”, pois entendemos à luz das Sagradas Escrituras que, depois de experimentar o milagre do novo nascimento, o crente tem a responsabilidade de zelar pela manutenção da salvação a ele oferecida gratuitamente [...] (Hb 3.12). Não há dúvidas quanto à possibilidade do salvo perder a salvação, seja temporariamente ou eternamente. Mediante o mau uso do livre arbítrio, o crente pode apostatar da fé, perdendo, então, a sua salvação [...] (Ez 18.24). Finalmente temos a advertência de Paulo aos coríntios: “Aquele, pois, que cuida estar em pé, olhe não caia” (1 Co 10.12). Aqui temos mencionada a real possibilidade de uma queda da graça. Assim, cremos que,

> embora a salvação seja oferecida gratuitamente a todos os homens, uma vez adquirida, deve ser zelada e confirmada.[39]

Essa doutrina bíblica é facilmente percebida na experiência humana. A queda da graça pode ser momentânea ou definitiva. Essa possibilidade é conhecida respectivamente como “desviar-se” ou “apostatar” da fé; por isso somos exortados a perseverar até o fim (Mt 24.13).

---

17 RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 316.

18 JONES, Lloyd. **O Supremo Propósito de Deus**. São Paulo: PES, 1996, p. 55.

19 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.197.

20 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.197.

21⁵ FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 588.

22⁶ HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 89.

23⁷ HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 578.

24 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 87.

25 GINGRICH, Wilbur; DANKER, Frederick. **Léxico do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1993, p. 138.

26 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 21.

27 PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 566.

28 RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 319.

29 HARPER, A. F. (Ed). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, vol. 9, p. 126.

30 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 96.

31 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 110.

[32] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 320.

[33] HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 371.

[34] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 166.

[35] HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 476.

[36] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 320.

[37] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1.668.

[38] OLIVEIRA, Jamierson. **Arminianismo Puro & Simples**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p. 46.

[39] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 114.

CAPÍTULO 3

Eleição e Predestinação

"Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor, e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade"
(Ef 1.3-4).

Eleição e predestinação são termos importantes na compreensão da doutrina da salvação. Esses termos às vezes são usados por alguns teólogos de modo intercambiável.[40] Em contrapartida, a maioria dos intérpretes arminianos faz distinção entre os termos.[41] O teólogo pentecostal Severino Pedro da Silva avalia que a eleição e a predestinação "segue quase que paralelamente os mesmos ditames [...] e que alguns já chegaram até a sugerir que uma é a consequência da outra".[42] De qualquer modo, esses vocábulos ligados entre si elucidam o plano divino de salvar os pecadores. Um equívoco bem comum é confundir essas palavras como sinônimas. Além disso, essas expressões têm provocado divergências entre pelagianos, semipelagianos, arminianos e calvinistas[43], especialmente no campo da "mecânica da salvação".[44]

Nesse aspecto da controvérsia, sumariamente se pode catalogar quatro visões soteriológicas: (1) os pelagianos, que afirmam ser o homem o único agente da salvação; (2) os semipelagianos, que defendem ser o homem aquele que dá início ao processo da salvação e que Deus responde ao homem; (3) os arminianos, que ensinam ser Deus quem inicia o processo da salvação e que o homem responde a Deus; e (4) os calvinistas, que argumentam ser

Deus o único agente na salvação, predestinando uns para serem salvos e outros à condenação. Nesse capítulo, abordaremos os conceitos bíblicos e a posição pentecostal referente a esses pontos.

I. ELEITOS EM CRISTO

1. A Eleição divina

Paulo faz uso de dois termos que revelam a soberana vontade divina: “como também nos elegeu [...] e nos predestinou” (1.4-5). A expressão eleição significa “escolha”, e predestinação tem o sentido de “determinar antes”. Esses vocábulos ligados entre si explicam que, pela presciência divina, Deus soube quem iria crer e perseverar em Cristo desde a eternidade e elegeu-os conforme a sua vontade e, para esses eleitos, determinou propósitos específicos (1 Pe 1.2). O teólogo arminiano Henry Clarence Thiessen menciona três pontos importantes dessa doutrina bíblica da eleição divina:

> Primeiramente, a eleição é um “ato soberano de Deus em graça”. Deus não tem a obrigação de escolher ninguém, visto que todos são igualmente pecadores, merecendo assim a condenação. Em segundo lugar [...], a eleição é Cristocêntrica — “pelo qual escolheu em Jesus Cristo”. A eleição do indivíduo ocorre somente em união com Jesus Cristo pela fé. Não existe eleição fora de Cristo […] a eleição contempla “aqueles que de antemão sabia que O aceitariam”. A compreensão da relação entre a eleição e a presciência de Deus é sumamente importante para o entendimento adequado da doutrina.[45]

Essa conceituação fundamenta-se nas Escrituras Sagradas, e tal interpretação foi defendida por grande parcela dos Pais da Igreja[46] e, no período da Reforma Protestante, foi sustentada por Jacó Armínio e boa parcela dos primeiros reformadores do século XVI.[47] Mais tarde, em 1619, essa compreensão foi condenada pelos calvinistas por ocasião do Sínodo de Dort.[48] E, apesar de a interpretação de Armínio ter sido ferozmente combatida pelo

calvinismo, atualmente cerca de 80% dos evangélicos são de confissão soteriológica arminiana.[49]

Esse entendimento da maioria dos cristãos também é a compreensão do pentecostalismo clássico.[50] Além disso, o conceito de eleição entre os pentecostais "inclui a previsão de Deus quanto àquilo que o homem irá fazer com a sua própria liberdade, mas depende, para sua realização, da graça soberana de Deus".[51] Nesse sentido, não há nenhum conflito entre a soberania de Deus e a liberdade humana. Outro detalhe a ser considerado na eleição é o seu aspecto corporativo, que inclui os indivíduos em associação com o corpo de Cristo, a Igreja. Eis a posição da *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*:

> Deus elegeu a Igreja desde a eternidade, antes da fundação do mundo [Ef 1.4], segundo a sua presciência [1 Pe 1.2; 2 Ts 2.13]. O Senhor estabeleceu um plano de salvação para toda a humanidade [...] (Tt 1; 2); pois essa é a sua vontade [1 Tm 2.3-4]. Assim como Deus não elegeu uma nação já existente, mas preferiu criar uma nova a partir do patriarca Abraão [Gn 12.2], o Senhor Jesus Cristo, da mesma forma, criou um novo povo formado por judeus e gentios (Ef 2.14 [1 Co 12.13]).[52]

Esse enunciado atesta que a eleição é corporativa. Significa que a eleição em Cristo é, primeiramente, coletiva, ou seja, trata-se da eleição de um povo, a Igreja (1.4,5,7,9; 1 Pe 1.1; 2.9). Efésios menciona a eleição no plural: "nos elegeu" (1.4). Em toda a Epístola, os eleitos são tratados em conjunto: um corpo (1.23), um povo (2.14), uma família (2.19), um edifício (2.20-22) e a Igreja (3.10, 5.23ss). A Epístola assinala que Deus elegeu de antemão um conjunto de pessoas para a salvação, a Igreja. Nesse caso, "o foco da eleição não é o indivíduo, mas o grupo, o corpo, a Igreja, formada por todos aqueles que creram em Cristo e permanecerão até o fim".[53]

Desse modo, ratifica-se que a eleição é corporativa (coletiva) e também cristocêntrica — pois somente "é eleito" quem estiver em Cristo. Esse também é o parecer de Donald Stamps, editor geral da

Bíblia de Estudo Pentecostal: “[...] a eleição é coletiva e abrange o ser humano como indivíduo, somente à medida que este se identifica e se une ao corpo de Cristo, a igreja verdadeira”.[54]

2. As condições da eleição

Deus oferece a salvação para todos, pois “quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4). Essa doutrina é conhecida como “expiação ilimitada”, também chamada de “expiação universal qualificada”. Trata-se de uma das doutrinas mais claras de toda a Bíblia Sagrada. É a resposta para a pergunta: “Por quem Jesus Cristo morreu? Somente por alguns poucos ou pelos pecadores do mundo todo?”.

A declaração arminiana afirma que “Cristo, o Salvador do mundo, morreu por todos e por cada um dos homens, de modo que obteve reconciliação e remissão dos pecados por sua morte na cruz, porém, ninguém é realmente feito participante dessa remissão, exceto os crentes”.[55] Esse entendimento equivale acreditar na revelação contida na Bíblia Sagrada, isto é, que Deus amou o mundo e enviou o seu Filho “para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). A *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* corrobora com esse ensino bíblico:

> Por isso, o Pai enviou o seu amado Filho Jesus Cristo [1 Jo 4.9] para morrer em nosso lugar [1 Co 5.7], providenciando-nos uma salvação eterna, completa e eficaz [Hb 5.9]. O Evangelho contempla a todos e a ninguém exclui: “Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11). Por conseguinte, a salvação está disponível a todos os que creem [Jo 3.15-16]. Sim, todos nós, sem exceção, podemos ser salvos através dos méritos de Jesus Cristo, pois todos nós fomos criados à imagem de Deus.[56]

A doutrina calvinista, no entanto, discorda que Cristo morreu por todos. Para os seguidores de Calvino, “a expiação é limitada”, ou seja, Cristo morreu somente por alguns — apenas para os eleitos.

Nessa visão, o sacrifício de Cristo é diminuído, e o calvário torna-se mera formalidade, uma vez que a salvação não está disponível a todos. A partir desse pressuposto, os calvinistas defendem que a eleição é “incondicional”. Conforme Calvino asseverou, significa acreditar que Deus elegeu uns para a salvação e outros para a perdição.[57]

Contrariando esse ensino calvinista, a Bíblia Sagrada apresenta cerca de 80 textos comprobatórios que apontam para a “expiação ilimitada” — a morte de Cristo em favor da salvação de todos os homens, e não somente para alguns (Is 53.6; Mt 11.28-30; 18.14; Jo 1.7; 1.29; 3.16,17; 6.51; 12.47; Rm 3,23-24; 5.6; 5.15; 10.13; 1 Tm 2.3-6; 4.10; Tt 2.11; Hb 2.9; 2 Pe 3.9; 1 Jo 2.2; 4.14, etc.). Outro aspecto doutrinário refere-se ao ensino em que a eleição para salvação é “condicional”, e não “incondicional”. Eleição condicional significa que Deus escolhe por meio das condições que Ele próprio estabeleceu. Por isso, são eleitos somente aqueles que preenchem essas condições, e não de um modo arbitrário (incondicional). John Wesley (1703–1791), pregador anglicano, discordava do sistema calvinista, que transformava a eleição do Deus de amor em eleição de um Deus tirano e insensível para com os pecadores.

O ensino arminiano explica, como já dito, que, “por meio da presciência divina, Deus sabe, desde a eternidade, quais indivíduos creriam e perseverariam na fé, e a essas pessoas Deus elegeu”.[58] Isso, portanto, não implica entender como Calvino, ou seja, que Deus tenha elegido uns para a vida e outros para danação, porque, segundo as Escrituras, Ele não quer “que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se” (2 Pe 3.9). Desse modo, ratifica-se que tanto a expiação ilimitada como a eleição condicional foram estabelecidas pelo próprio Deus.

Assim, a condição mais elementar para a salvação é estar em Cristo (Ef 1.1-4). Isso implica em ratificar que a eleição é cristocêntrica, isto é, ninguém é eleito sem estar unido a Cristo. A eleição torna-se uma realidade para cada pessoa consoante o seu prévio arrependimento e fé (2.8; 3.17).[59] Entretanto, esse meio não é meritório, e ninguém pode cumpri-lo sem a graça de Deus. Desse

modo, fomos eleitos por iniciativa divina por causa da graciosa obra de Cristo, e não pelas nossas obras (2.8-9).

3. Vida santa e irrepreensível

Paulo primeiramente enfatiza que a finalidade da eleição é propiciar uma vida nova aos eleitos, isto é, para sermos "santos e irrepreensíveis diante dEle" (Ef 1.4b). O vocábulo grego *hagios* (santo), no aspecto espiritual, significa "separado do pecado" (1 Pe 1.15-16). O adjetivo grego *amõmos* (irrepreensível) expressa algo "sem defeito" ou "inculpável" (Fp 2.15). Os termos apontam para a santificação, isto é, o mais alto padrão ético e moral de vida a fim de agradar a Deus, que nos elegeu (Ef 5.1-3).

Nesse sentido, a eleição condicional (daqueles que atendem ao chamado divino) predestina (o destino desses escolhidos) para uma vida afastada do pecado e de conduta ilibada. O uso paulino dos termos "santo e irrepreensível" evidencia que as palavras mutuamente se correspondem e complementam-se. O ser santo denota um estado de pureza interior que reflete no ser irrepreensível — uma condição de pureza externa.[60] O apóstolo reitera que fomos "criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (2.10 NAA). Portanto, não se pode conceber que os salvos em Cristo ainda possam viver na prática do pecado (1 Jo 3.6; 5.18).

4. A nova vida dos eleitos

Deus elegeu-nos e predestinou-nos a viver em santidade. Em consequência, os cristãos são exortados quanto ao trato passado: a despojar-se do velho homem (Ef 4.22), a renovar a mentalidade (4.23) e a revestir-se do novo homem, "que segundo Deus é criado em verdadeira justiça e santidade" (4.24). Essa orientação aponta para a necessidade de uma radical transformação. Despir-se do "velho homem" exige abandonar a velha natureza com as suas paixões, adotar uma nova perspectiva mental e uma nova forma de vida (Cl 3.9-10; Rm 6.6-9). O tema é apresentado com exortações

contra a velha conduta, tais como a mentira, o furto, as palavras torpes, a amargura, a ira e a cólera (4.25,28,29,31).

Nessa nova vida, segundo a revelação das Escrituras, o crente salvo deve pautar as suas atitudes segundo a moral bíblica, baseado na integridade, e não de acordo com o contexto social em que se está inserido. Foi nesse diapasão que Paulo apresentou o primeiro contraste entre a nova e a velha vida: “Pelo que deixai a mentira e falai a verdade cada um com o seu próximo” (4.25). Esse ponto é nevrálgico para o autêntico cristão que sempre dirá a verdade, ainda que a mentira possa trazer-lhe alguma vantagem pessoal ou favorecer a coletividade.

Na sequência de orientações para o viver em Cristo, Paulo faz severas advertências contra a prostituição, a impureza, a avareza e a embriaguez (5.3,15,18). O propósito é apresentar a Deus uma “igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga [...], mas santa e irrepreensível” (5.27). Não obstante, ratifica-se que somente o Espírito Santo capacita o crente para esse viver (Gl 5.16-25). Trata-se de um processo contínuo até a glorificação final no dia de Cristo (2 Co 3.18).

Desse modo, um crente fiel não só deve fazer a diferença, como também o seu comportamento deve ser referencial para a sociedade.[61] Como resultado, velhos hábitos são abandonados, condutas reprováveis são descartadas, e nítidas mudanças comportamentais são percebidas. Assim, aqueles que desenvolvem “a nova natureza de Cristo adquirem caráter que não somente perdura, como também transforma”.[62]

II. PREDESTINADOS PARA SANTIDADE E FILIAÇÃO

1. A predestinação

O termo grego *prooridzo*, traduzido como predestinação (Ef 1.5a), é formado pelo vocábulo *oridzo*, que significa “determinar”, e pela preposição *pro*, que indica algo feito “antes”; ou seja, predestinação literalmente significa “determinar antes”. A *Bíblia de Estudo Pentecostal* esclarece que a predestinação aplica-se aos propósitos de Deus inclusos na eleição, que a eleição é a escolha feita por

Deus, “em Cristo”, de um povo para si mesmo (1.4), e que a predestinação abrange o que acontecerá ao povo escolhido por Deus (1.5).[63] Por conseguinte, nossa *Declaração de Fé* ensina que a predestinação dos salvos é precedida pelo conhecimento prévio de Deus daqueles que, diante do chamamento do evangelho, recebem a Cristo como o seu Salvador pessoal e perseveram até o fim (Rm 8.29,30).[64]

Esse conceito ratifica que a predestinação não se refere à escolha de alguns para a salvação e de outros para a perdição. Não significa que Deus predestinou alguns para amá-lo e outros para desprezá-lo, ou, na melhor das hipóteses, a ser indiferente a Ele.[65] O ensino onde Deus aleatoriamente salva uns e condena os demais não é coerente com o testemunho bíblico. Nas Escrituras, a salvação — como já enfatizado — é um chamado universal a toda a humanidade (Is 45.21ss; Jo 7.37ss; Ap 22.17).

Não se trata de uma dádiva concedida arbitrariamente para alguns e negada para outros. A salvação é uma bênção disponível a todos que cumprirem a condição de crer em Cristo (Mc 16.16; Jo 17.20; Rm 9.33; 10.11; Fp 1.29; 1 Tm 1.16; 1 Pe 2.6). Isso indica que Cristo morreu por todos e por cada um, todavia nem todos serão salvos, não por um ato arbitrário de Deus, mas por não preencherem as condições divinamente estabelecidas. Deus concedeu ao ser humano o livre-arbítrio; logo, a oferta da salvação pode ser recusada (Jo 7.16,17).

Apesar de sobejarem textos bíblicos acerca dessa verdade, João Calvino, em uma interpretação particular na sua obra *A Instituição da Religião Cristã* — conhecida também como *Institutas* — define predestinação de forma absolutamente determinista:

> Chamamos predestinação ao decreto eterno de Deus pelo qual determinou o que fazer de cada um dos homens. Porque Ele não os cria com a mesma condição, mas antes ordena a uns para a vida eterna, e a outros, para a condenação perpétua. Portanto, segundo o fim para o qual o homem é criado, dizemos que está predestinado à vida ou à morte.[66]

Na Bíblia Sagrada, ao contrário da teologia de Calvino[67], a predestinação não abrange a condenação eterna de ninguém (2 Pe 3.9). Conquanto eleição e predestinação sejam intrinsecamente ligadas, elas não são a mesma coisa. Outro equívoco da teologia determinista é tratar a predestinação como sendo dupla, isto é, tendo dois lados: a salvação e a condenação. Reiteramos que a Bíblia somente se refere à predestinação em relação aos salvos em Cristo. Conforme assevera Donald Stamps, "a predestinação abrange o que acontecerá ao povo de Deus — todos os crentes genuínos em Cristo.[68]

Na eleição, Deus definiu como condição o crer em Cristo (eleição condicional); já na predestinação, Deus planejou o destino e as benesses dos crentes em Cristo que atenderam o chamamento divino. No plano divino, a predestinação dos escolhidos, dentre outros, possui três objetivos específicos: (1) Serem filhos por adoção em Jesus Cristo (Ef 1.5); (2) Serem herdeiros com Cristo (1.11); e (3) Serem conforme a imagem de Cristo (Rm 8.29).

2. Filhos por adoção

Paulo é o único escritor do Novo Testamento que emprega o termo "adoção" (Rm 8.15,23; 9.4; Gl 4.5; Ef 1.5). A prática da adoção não fazia parte do sistema legal judaico, porém era comum entre os romanos e perfeitamente conhecida entre os gentios. Assim, o apóstolo enfatiza que foi do agrado de Deus predestinar os eleitos a ser adotados como filhos "segundo o beneplácito de sua vontade" (1.5b). Nossa posição é imerecida, contudo aprouve ao Pai fazê-lo assim conforme o seu querer (Mt 11.26). Nessa perspectiva, Matthew Henry apresenta a seguinte compreensão:

> A predestinação se refere às bênçãos para as quais estão destinados [os eleitos], especialmente a benção que nos predestinou para filhos de adoção. Era o propósito de Deus que no devido tempo chegássemos a ser seus filhos adotivos, e dessa forma tivéssemos o direito a todos os privilégios e à herança de filhos [...] O que enaltece essas bênçãos é o fato de serem produto do desígnio eterno.[69]

Essa constatação exalta a misericórdia divina e assinala que a adoção foi motivada pelo “muito amor com que nos amou” (2.4). Assim, noutro tempo, éramos estranhos e inimigos, mas agora somos filhos reconciliados em Cristo (Cl 1.21; Rm 8.17). A respeito desse imensurável benefício espiritual, o *Comentário Bíblico Beacon* expressa o seguinte:

> O termo filho (*uios*), que forma parte da palavra adoção, deve ser distinguido do termo criança (*teknon*). O primeiro dá a ideia de privilégio não de natureza. Para Paulo, nossa filiação não se baseia na relação natural, na qual os homens estão diante de Deus por terem sido criados por ele, mas numa nova relação pela graça efetivada na obra de Cristo. Neste sentido espiritual, adoção para Paulo significa a aceitação na família daqueles que, por natureza, não lhe pertencem.[70]

A diferença destacada acima realça o benefício e a regalia desfrutada pelos eleitos, pois Deus não tinha obrigação alguma em adotar pecadores. Assim, a ênfase da adoção para fazer parte da família de Deus repousa no ato de puríssimo amor, boa vontade e desejo divino.

3. Os privilégios da adoção

Deus criou a humanidade para viver em comunhão com Ele (Gn 1.26). Como o pecado rompeu com essa dádiva, o Pai restaurou-a em Cristo determinando a adoção dos escolhidos (Ef 1.5). Na cultura grega e romana, a adoção civil era um ato voluntário que abrangia os privilégios da herança e obediência ao pai adotivo; por exemplo, “quando uma criança era adotada, o pai natural perdia toda a autoridade sobre ela, enquanto o pai adotivo adquiria controle total sobre o seu novo filho”.[71] No sentido espiritual, Paulo faz analogia ao filho adotado (cristão), que, sob a autoridade do pai adotivo (Deus Pai), recebe o direito de pertencer à família de Deus, bem como as “riquezas da glória da sua herança” (1.18).

Aprofundando a comparação com a adoção civil, os adotados em Cristo tornam-se “povo de propriedade exclusiva de Deus” (1 Pe 2.9,

ARA), eleitos segundo a presciência de Deus Pai para a obediência a Cristo (Rm 6.16; 16.26; 2 Co 10.5; 1 Pe 1.2). Prosseguindo nessa simetria, Deus predestinou aos eleitos às bênçãos de um novo nome e uma nova imagem — a imagem de Cristo (Rm 8.29; Ap 2.17). A redenção e a remissão de pecados são concedidas (1.7,8), e a comunhão é restabelecida com a intimidade de clamar "Aba, Pai" (Gl 4.6). Passamos a ser herdeiros de Deus e coerdeiros de Cristo (Rm 8.17) das promessas a Abraão (Gl 3.29) e da vida eterna (Tt 3.7; Ef 3.6). E, tendo sido aceitos por Deus, fomos transformados em filhos para o seu louvor e glória (Ef 1.6). Nesse aspecto, a abrangência da filiação tem uma dimensão simultaneamente presente e futura:

Essa maravilhosa filiação em Cristo, bem como os benefícios que dela advém, já pode ser desfrutada no tempo presente e será plena por ocasião da segunda vinda do Senhor.[72] A condição para fazer parte desse glorioso evento é estar em Cristo. A filiação também abrange deveres com o Pai e com a família de Cristo — a Igreja (Hb 12.7-16).

III. A SUBLIMIDADE DO PROPÓSITO NA PREDESTINAÇÃO

1. Predestinação e salvação

O termo "predestinação" aparece seis vezes no Novo Testamento (At 4.28; Rm 8.29-30; 1 Co 2.7; Ef 1.5,11). Em nenhuma dessas vezes, a expressão faz referência a pecadores sendo destinados à condenação eterna. Conforme anota o teólogo Titillo, "tal observação deveria ser suficiente para desmontar a compreensão calvinista da predestinação como a escolha de uns indivíduos para a salvação e de outros para a perdição".[73] John Wesley, na sua obra *Predestinação Calmamente Considerada*, faz objeção à ideia de Calvino da predestinação arbitrária de alguns para a perdição:

> A respeito daquele que, sendo capaz de livrar milhões da morte apenas com um sopro de sua boca, se recusasse a salvar mais do que um dentre cem e dissesse: "Eu não faço

> porque não o quero", como exaltaremos a misericórdia de Deus se lhe atribuirmos tal procedimento?[74]

Como Deus pode ser considerado um justo juiz se Ele condena o réu previamente? Como pode ser considerado benigno se Ele julga com parcialidade, permitindo que, pelo mesmo erro, uns sejam absolvidos e outros condenados? Dessarte, se existe uma predestinação para condenação, então de que adianta a pregação? Nesse sistema, os que não são escolhidos estão fadados à danação, quer a Palavra seja pregada, quer não. A única resposta plausível, em conformidade com os atributos divinos, está em perceber o equívoco na interpretação de João Calvino e considerar a presença de equidade e igualdade no julgamento dos pecadores.[75]

Por conseguinte — novamente —, reafirmamos pedagogicamente que predestinação não pode ser considerada dupla, isto é, não está relacionada com a condenação, mas diz respeito somente àqueles que são salvos, sendo condicionada à fé em Cristo Jesus e à presciência divina (1.4,5; 1 Pe 1.2). Essa interpretação está assim expressa no *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento*: "A questão da predestinação não significa Deus decidindo antecipadamente quem será salvo ou não, mas decidindo antecipadamente o que planeja que os eleitos, em Cristo, sejam ou venham a ser".[76] Esse também é o parecer da *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*:

> O Soberano Deus não predestinou incondicionalmente pessoa alguma à condenação eterna, mas, sim, almeja que todos, arrependendo-se, convertam-se de seus maus caminhos: "Mas Deus, não tendo em conta os tempos da ignorância, anuncia agora a todos os homens, em todo lugar, que se arrependam" (At 17.30). A predestinação genuinamente bíblica diz respeito apenas à salvação […] A predestinação do crente leva-o a ser conforme a imagem de Cristo (Rm 8.29-30), assim sendo, todos somos exortados a perseverar até o fim: "aquele que perseverar até ao fim será salvo" (Mt 24.13).[77]

Diante dessas exaustivas citações e reiteradas afirmações quanto ao conceito bíblico da eleição e da predestinação, os salvos em Cristo devem resistir e fazer objeção a qualquer ensino contrário à revelação contida nas Escrituras Sagradas. Os dogmas elaborados pelo pensamento humano não podem sobrepor-se, em hipótese alguma, à autoridade da Palavra de Deus.

2. A predestinação e o amor

Antes da criação de qualquer coisa, o plano divino de redimir a humanidade e definir o destino dos crentes já estava estabelecido (1.4,5). Por conseguinte, a redenção não foi uma medida emergencial; pelo contrário, esse era o plano imutável do amor de Deus desde sempre (2 Ts 2.13; 2 Tm 1.9). Por conseguinte, a sublimidade dos propósitos eternos em prover a salvação está no amor de Deus (Jo 3.16; 1 Jo 4.10,19). Acerca desse amor presente tanto na eleição quanto na predestinação, o *Comentário do Novo Testamento — Aplicação Pessoal* registra o seguinte:

> A generosidade de Deus para conosco é concretizada pela nossa união com o seu muito amado Filho. Podemos dizer que o amor de Deus por seu único Filho o motivou a ter muito mais filhos — cada um dos quais seria igual a seu Filho (Rm 8.28-30), por estarem em seu Filho e por serem moldados à sua imagem.[78]

Foi por amor que fomos eleitos por Deus e predestinados em Cristo (Rm 8.29; Ef 1.4,5). Isso implica dizer que o “favor imerecido”, a fé necessária para crer e o uso do livre-arbítrio para responder ao chamado, tudo isso provém do amor de Deus (2.4,8). Não obstante, os que se achegam a Cristo não são coagidos, mas atraídos a Ele (Jo 12.32).

---

40 Os teólogos Roger Olson e Jack Cottrell consideram essas palavras como sinônimas (OLSON, Roger. **Contra o Calvinismo**. São Paulo: Reflexão, 2011, p. 69).

41 Os que fazem distinção entre os termos são: Robert Shank, Orton Wiley, Paul Culbertson, Donald Stamps, Stanley Horton, Daniel Pecota e Henry C. Thiessen (DANIEL,

Silas. **Arminianismo: a Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 424). Acrescenta-se a lista Roger Stronstad e French Arrington (ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.199–1201).

42 SILVA, Severino Pedro da. **A Doutrina da Predestinação**. Rio de Janeiro: CPAD, 1989, p. 39.

43 Os pelagianos são seguidores da doutrina de Pelágio, monge britânico (400 d.C) que considerava o pecado original como algo restrito a Adão e que, portanto, o homem não herdara a natureza pecaminosa. Os semipelagianos são aqueles que discordam parcialmente de Pelágio, e, assim, os seus adeptos reconhecem a natureza pecaminosa, mas consideram que o homem é plenamente capaz de voltar-se para Deus por iniciativa própria. Os arminianos são os que se identificam com os ensinos do teólogo holandês Jacó Armínio (1560–1609 d.C.), e os calvinistas são aqueles que seguem os ensinos do teólogo francês João Calvino (1509–1564 d.C.). Acerca desses dois últimos e os seus ensinos, novas informações serão fornecidas no decorrer deste capítulo. No calvinismo, existe diferença entre infralapsarianos e supralapsarianos, compatibilistas e fatalistas. Para melhor compreensão desses conceitos, basta consultar a obra *Arminianismo: A Mecânica da Salvação*, editada pela CPAD.

44 A expressão “mecânica da salvação” indica que, apesar da concordância quanto à mensagem e ao método da salvação, os intérpretes divergem na conceituação de termos como eleição, predestinação, livre-arbítrio e outros temas soteriológicos (DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 9).

45[6] TITILLO, Thiago. **Eleição Condicional**. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 18.

46 Consultar referência aos Pais da Igreja no capítulo 1 dessa obra (nota de rodapé número 19).

47[8] Consultar a “seção história” da obra **Arminianismo: a Mecânica da Salvação**, editada pela CPAD.

48[9] O Sínodo de Dort (1618–1619) reuniu calvinistas da Holanda e de oito países da Europa com o propósito de condenar o arminianismo. O Sínodo foi presidido pelo calvinista John Bogerman (DANIEL, Silas. **Arminianismo: a Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 272–273).

49 OLIVEIRA, Jamierson. **Arminianismo Puro & Simples**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p. 13.

50 O pentecostalismo clássico é considerado academicamente como sendo o da *primeira onda*, isto é, que se desenvolveu de 1910 até 1950 no Brasil com a fundação da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) (FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios. Interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 70.). Porém, também é possível incluir na compreensão do pentecostalismo clássico as igrejas da dita *segunda onda* (1950–1975), como as igrejas O Brasil para Cristo (1955) e a Deus é amor (1962).

51 PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 623.

[52] SOARES, Esequias (Org). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 121.

[53] DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 429.

[54] STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 1808.

[55] DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 443.

[56] SOARES, Esequias (Org). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 110.

[57] SHANK, Robert. **Eleitos no Filho: sobre a doutrina da eleição**. São Paulo: Reflexão, 2015, p. 47.

[58] ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol. 1, p. 227.

[59] STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 1.808.

[60] JONES, Lloyd. **O Supremo Próposito de Deus**. São Paulo: PES, 1996, p. 94.

[61] LIMA, Elinaldo Renovato. **O Caráter do Cristão**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 9-10.

[62] HENRY, Carl (Org). **Dicionário de Ética Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p. 92.

[63] STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 1.808.

[64] SOARES, Esequias (Org). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 110.

[65] SHANK, Robert. **Eleitos no Filho: sobre a doutrina da eleição**. São Paulo: Reflexão, 2015, p. 168.

[66] CALVINO, João. **A Instituição da Religião Cristã**. São Paulo: UNESP, 2009, Tomo 2, p. 380.

[67] Para melhor compreender a refutação à teologia calvinista, recomenda-se a leitura das *Obras de Armínio*, editadas em três volumes pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD).

[68] STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 1.809.

[69] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 578.

[70] HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 123.

[71] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 29.

[72] A segunda vinda é um evento a ser realizado em duas fases. A primeira é o arrebatamento da Igreja ***antes*** da Grande Tribulação (1 Ts 4.17) e presenciada apenas pelos salvos; a segunda fase é a sua vinda em glória ***depois*** da Grande Tribulação e visível a todo olho humano (Ap 1.7). Nessa vinda gloriosa, Jesus retornará com os santos arrebatados da terra (1 Ts 3.13).

[73] TITILLO, Thiago. **Eleição Condicional**. São Paulo: Reflexão, 2015, p. 19.

[74] OLIVEIRA, Jamierson. **Arminianismo Puro & Simples**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p. 50.

[75] DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 426.

[76] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1201.

[77] SOARES, Esequias (Org). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 110.

[78] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio: CPAD, 2009, vol. 2, p. 318.

CAPÍTULO 4

ILUMINAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE

"Para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos dê em seu conhecimento o espírito de sabedoria e de revelação"
(Ef 1.17).

Ao término da maravilhosa doxologia presente na perícope 1.3-14, onde Deus é profundamente louvado por todas as bênçãos espirituais concedidas em Cristo, Paulo dá início à outra longa sentença que pode ser assim dividida: *ação de graças* (Ef 1.15-16); *oração intercessória* (1.17-19) e *confissão de louvor e exaltação* (1.20-23). A doxologia dos versos 1.3-14 foi escrita em tom mais contemplativo, mas agora a escrita do apóstolo torna-se mais pessoal. Ele passa a agradecer a Deus pela fé e o amor na vida dos seus leitores e a orar por eles para que sejam iluminados a fim de compreender a dimensão da chamada e herança divina, bem como entender a grandeza do poder de nosso Deus (1.18-19).

Após registrar a sua alegria e gratidão pelas boas notícias das quais estava informado acerca deles (1.15), o apóstolo demonstra sincera preocupação com o crescimento e amadurecimento espiritual dos seus destinatários. Esse sentimento é característico de Paulo em relação aos seus filhos na fé. Aos Gálatas, ele escreveu que sentia dores de parto, até que Cristo fosse formado na vida dos fiéis (Gl 4.19). Essa postura deve nortear a vida da Igreja hodierna: não devemos apenas agradecer pelos que estão sendo salvos, mas também interceder para que todos alcancem a estatura de Cristo e perseverem na fé até o fim.

O *Comentário Bíblico Pentecostal* afirma que, nesse contexto, a expressão “lembrando-me de vós” significa “pedindo em seu nome”, sendo esse o sentido da intercessão, ou seja, pedir em favor de outro. A tradução literal, “fazendo menção de vós”, sugere que, na sua intercessão, Paulo trouxe realmente os seus leitores à presença de Deus mencionando os seus nomes.[79] Desse modo, aprendemos aqui a importância, a necessidade e o propósito da oração intercessória.

I. A ESPERANÇA DA VOCAÇÃO E AS RIQUEZAS DA GLÓRIA

1. Ação de graças e intercessão

Como já afirmado, o apóstolo rende graças a Deus pela vida dos santos (Ef 1.15-16) e por todas as bênçãos espirituais recebidas, tais como a eleição, a filiação e o dom do Espírito Santo (1.3-14). Paulo tinha recebido informações acerca da genuína conversão e do bom testemunho dos cristãos na região da Ásia Menor: “Pelo que, ouvindo eu também a fé que entre vós há no Senhor Jesus e o vosso amor para com todos os santos” (1.15). Provavelmente, Epafras ou Tíquico tinham sido os portadores de tão alvissareira notícia.

O versículo chama atenção para as expressões “fé em Jesus” e “amor para com os santos”, que formam um exato paralelo com Colossenses 1.4. Stott avalia que “todo cristão crê quando ama. A fé e o amor são graças cristãs básicas, como também é a esperança [...]. É impossível estar em Cristo e não se achar atraído tanto a Ele na fé como ao seu povo em amor”.[80] Nesse mesmo entendimento, Russell Shedd expressa: “É impossível separar a fé e o amor, pois esse versículo nos mostra que eles são dois lados da mesma moeda. Quem se compromete com Cristo, compromete-se com os seus irmãos e com o mundo perdido”.[81]

Imediatamente após a nota de gratidão e adoração a Deus pela vida dos eleitos, Paulo intercede ao Pai da glória para que seja concedido aos seus leitores “o espírito de sabedoria e de revelação”

(1.17). O vocábulo *espírito* é usado por Paulo com significados distintos. Por isso, para evitar equívocos de interpretação, é preciso observar que, “com o artigo, na maioria das vezes a palavra indica a pessoa do Espírito Santo; ao passo que, sem ele, indica alguma manifestação ou concessão especial do Espírito Santo”.[82] Nesse caso, devemos entender “espírito de sabedoria e de revelação” como um dom do Espírito Santo capaz de tornar alguém sábio para compreender o plano divino revelado. Nessa questão, o *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* confirma que “um espírito de sabedoria e revelação somente poderia ser concedido através dEle, que é pessoalmente o espírito da sabedoria e da revelação”.[83]

Paulo era consciente dessa verdade e, por conseguinte, da impossibilidade de alguém perceber a glória dessas boas novas se elas não fossem ensinadas por Deus (1 Co 2.14-15). Desse modo, a compreensão da “esperança da sua vocação” (1.18b), “as riquezas da glória da sua herança” (1.18c) e a “grandeza do poder de Deus” (1.19) não são possíveis separadamente do Espírito Santo, sobre quem Isaías descreve como: “o Espírito de sabedoria e de entendimento, o Espírito de conselho e de fortaleza, o Espírito de conhecimento e de temor do Senhor” (Is 11.2, ARA).

2. A esperança da vocação

Na sequência da intercessão, o apóstolo ratifica a necessidade de os cristãos na Ásia Menor terem “iluminados os olhos do vosso entendimento” (1.18a). A expressão tem paralelo ao versículo anterior referente ao espírito de sabedoria e de revelação. Segundo Beacon, trata-se de outro meio de descrever o dom, que resulta em “iluminação interior”.[84] Ter os olhos iluminados implica em ver melhor, ter um conhecimento mais claro das bênçãos divinamente recebidas. Também inclui uma compreensão plena, não somente clareza intelectual, mas também a clareza espiritual e experimental.

O vocábulo “entendimento” é a tradução do grego *kardia* (coração). Na linguagem bíblica, o coração não se refere meramente às emoções ou à vontade, mas também ao centro de toda a personalidade. Para os judeus, “o coração era o núcleo da

personalidade, a pessoa interior completa, o centro do pensamento e do julgamento moral".[85] Isso denota que a compreensão do chamamento divino não pode ser superficial e que, por conseguinte, o cristão não deve viver uma espiritualidade mediana, mas ser transformado pela renovação do entendimento, devendo experimentar sempre "qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2b).

Nesse sentido, Paulo intercede para que o Espírito Santo ilumine os crentes a fim de saberem "qual seja a esperança da vocação" (1.18b); em outras palavras, para que fossem capazes de experimentar e conhecer profunda e espiritualmente os privilégios de serem vocacionados. Essa esperança e essa chamada têm uma dimensão passada, presente e futura e está centrada em Cristo: a) Deus chamou a Igreja no passado (ver 2 Tm 1.9). Essa chamada foi iniciativa de Deus e deu-se a partir da eleição da qual fazemos parte (1.3-14); b) a chamada abrange serviço e santificação no presente (ver Fp 3.13,14). Inclui ser irrepreensível, viver em comunhão e andar de modo digno (1.4; 2.11-18; 4.1); c) a participação gloriosa no futuro (5.27), que compreende a vida eterna e a esperança de conhecer Deus face a face (1 Co 13.12).

Nesse aspecto, pode-se afirmar que "existe esperança nessa vocação". Consiste na firme convicção e absoluta confiança em Cristo de que cada uma das suas promessas será cabalmente cumprida. Essa compreensão conduz o crente a uma entrega total, obediência irrestrita e verdadeira fidelidade a Cristo durante todos os dias da caminhada cristã. Aleluia!

3. As riquezas da glória da sua herança

O apóstolo insere na oração o pedido para que os crentes também entendessem "as riquezas da glória da sua herança" (Ef 1.18c). A expressão "sua herança" enfatiza tudo o que está prometido e assegurado por Deus aos seus eleitos (Cl 1.12). Alguns comentaristas sugerem que se refere à herança que Deus possui entre o seu povo, mas o texto correlato em Colossenses 1.12 ("dando graças ao Pai, que nos fez idôneos para participar da

herança dos santos na luz”) sinaliza outra interpretação; ou seja, a herança de Deus refere-se àquilo que Ele planejou conceder aos fiéis.

Nesse pressuposto, a herança abrange as muitas “riquezas da glória”. Refere-se, então, às maravilhosas bênçãos que acompanham o plano da salvação. Aquelas que já usufruímos, tais como o perdão, a adoção de filhos, o selo do Espírito Santo e as que serão desfrutadas no porvir (Cl 1.27; 1 Pe 1.4-5). Em relação àquelas que ainda aguardamos, Paulo assevera que está muito além de nossa capacidade de imaginar e ainda sobrepuja nossas maiores expectativas. São coisas que o olho não viu e o ouvido não ouviu e sequer “subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam” (1 Co 2.9).

Também Pedro, ao dissertar acerca de nossa herança celestial, apresenta uma terminologia farta de profundos significados, a saber, “uma herança incorruptível, incontaminável e que se não pode murchar, guardada nos céus” (1 Pe 1.4). Aleluia! Quantas riquezas! Quanta glória! Não é possível mensurar o seu valor, e nosso escasso e finito vocabulário não consegue descrever.

Porque fomos adotados como filhos, logo passamos a ser herdeiros de Deus e coerdeiros de Cristo (Rm 8.17). O selo do Espírito Santo é o penhor dessa herança (1.14). No tempo presente, já desfrutamos parte dela e, finalmente e em definitivo, pela sua graça, todos os salvos tomarão posse da herança preparada desde a fundação do mundo (Mt 25.34).

II. A SOBREEXCELENTE GRANDEZA

E FORÇA DO PODER DIVINO

1. Sobreexcelente grandeza do seu poder

Paulo também intercede para que os salvos possam entender a “sobre-excelente grandeza do [poder de Deus] sobre nós” (1.19a). Aqui, o apóstolo faz uso de pleonasmo (redundância de termos e excesso de palavras) com o propósito de conferir maior vigor ao que está sendo expresso. Trata-se de um artifício linguístico empregado

por Paulo na tentativa de descrever o imensurável poder de Deus. A palavra “sobre-excelente” é tradução do grego *uperballõ*, que, na forma adjetivada, significa “supremacia ou extraordinário” (2 Co 4.7). Segundo Roger Stronstad, “somente Paulo faz uso dessa palavra em todo o Novo Testamento (cf. 2.7; 3.19) e reflete seu desejo, quase irrealizado, de manifestar através das palavras a inexprimível grandeza do poder de Deus”.[86]

Outra expressão utilizada é *megethos* (grandeza), que objetiva especificamente enaltecer a magnitude do poder de Deus que a tudo sobrepuja (Mt 26.64). O próximo termo na construção da frase é *dunamis*, aqui traduzido por “poder”. Essa palavra grega originou os termos “dinâmico”, “dínamo” e “dinamite” e representa a potência desse poder, apontando para os feitos miraculosos que requerem força fora de medida (ver At 8.13).

A repetição desses termos enfatiza que apenas o maior de todos os poderes é capaz de realizar a transformação e a salvação na vida do homem (2 Pe 1.4). Salienta que somente um poder tão grande assim pode operar e concretizar as bênçãos inclusas na “esperança da vocação” dos eleitos e as “riquezas da herança” prometida aos crentes (Ef 1.18).

Convém ressaltar que essa afirmação não implica em assegurar a salvação independentemente do que façamos de errado.[87] Ao contrário, sinaliza que a fé dos eleitos na suficiência do poder de Deus é absolutamente necessária para uma caminhada de fidelidade e firmeza, tomando todo o “cuidado até ao fim, para completa certeza da esperança” (Hb 6.11).

2. A força do poder divino

Nessa sentença “segundo a operação da força do seu poder” (Ef 1.19b), o apóstolo faz uso de três vocábulos gregos concordes entre si: “operação, força e poder”. A palavra “operação” é tradução do grego *energeia* (em português, “energia”), que também significa “eficácia” e que sinaliza “poder em atividade” (Cl 1.29).

A segunda expressão é “força”, que vem do termo grego *kratos* com a ideia de “intensidade”. Denota poder como força magistral —

aquele que vence as resistências. Refere-se "aquele tributo distintivo da natureza divina tão louvado nas doxologias do Novo Testamento (1 Tm 6.16; 1 Pe 4.11; 5.11; Jd 25; Ap 1.6; 5.13)".[88] O terceiro termo grego aqui empregado é "*ischus*", que indica o "poder inerente" de Deus (Jo 1.12; 2 Pe 2.11). Stronstad faz analogia ao "poder do braço de um homem; poder que está disponível sempre que for necessário".[89] O uso reiterado desses sinônimos indica a plenitude do poder de Deus. Esse incomensurável poder realiza qualquer coisa, tudo o que lhe apraz. Está acima de tudo e de todos e não depende de nada, nem de ninguém.

Em síntese, todo esse esforço gramatical do apóstolo visa deixar claro aos seus leitores a supremacia do poder de Deus. Acontece que muitos desses novos cristãos vieram do paganismo e da prática das artes mágicas (At 19.9). Desse modo, existia a probabilidade de que alguns dos conversos ainda vivessem com temor de tais poderes das trevas. Essa ideia recebe reforços quando, mais adiante, Paulo afirma que o nome de Cristo está muito acima de quaisquer outros poderes (Ef 1.21), tema que abordaremos com mais detalhes nas páginas seguintes.

De fato, a associação desses conceitos assinala que o potencial poder de Deus, inerente à natureza divina, opera em favor daqueles que creem. Após essa impressionante e insistente descrição, Paulo apresenta três exemplos irrefutáveis da força desse poder: (1) a ressurreição de Cristo, (2) a sua ascensão à direita de Deus nos céus (1.20) e (3) a sua elevação acima de todo o domínio (1.21-22). No ponto a seguir, veremos a demonstração desse incalculável poder.

III. CRISTO: NOSSO EXEMPLO DE EXALTAÇÃO

1. Cristo, as primícias dos que dormem

Paulo enfatiza que a primeira grande evidência do poder de Deus manifestou-se em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos (ver Ef 1.20a). Verdadeiramente, o Novo Testamento descreve a ressurreição de Cristo como obra do poder de Deus Pai. No discurso de Pedro no dia de Pentecostes, o apóstolo da circuncisão

afirmou acerca de Cristo: “Deus o ressuscitou dos mortos, rompendo os laços da morte” (At 2.24, NVI) e acrescentou à mensagem o testemunho ocular dos demais discípulos: “Deus ressuscitou a este Jesus, do que todos nós somos testemunhas” (At 2.32). Tempos depois, por ocasião da cura do coxo de nascença, Pedro declarou, diante do povo maravilhado, que o poder de Deus ressuscitara a seu Filho Jesus (ver At 3.26). E, quando da segunda viagem missionária, no Areópago em Atenas, Paulo descreveu o poder de Deus aos atenienses dizendo: “E [Deus] deu provas disso a todos, ressuscitando-o [Cristo] dentre os mortos” (At 17.31, NVI).

O túmulo vazio testemunhado pelas mulheres (Mt 28.6,11), presenciado pelos soldados da guarda do sepulcro (Mt 28.11) e constatado por Pedro e João (Jo 20.3-8), bem como o aparecimento a Saulo de Tarso, e a Tiago, e ainda a mais de 500 pessoas (1 Co 15.5-8) eram provas irrefutáveis tanto do poder de Deus como do evento da ressurreição. Anos depois, ao escrever aos Coríntios, Paulo precisou combater a heresia daqueles que não criam na ressurreição dos mortos (1 Co 12). A reprimenda do apóstolo e o argumento utilizado demonstram que a morte e a ressurreição de Cristo são a viga mestra e o pilar da fé cristã, pois, “se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação” (1 Co 15.13-14).

A ressurreição de Cristo não é meramente a recuperação da fé de amedrontados discípulos diante da crucificação do seu líder ou, simplesmente, o *Kérigma*[90] da Igreja anunciando a vitória do Messias sobre a morte. A ressurreição de Jesus é um evento histórico. Ela foi real e corporal (física), conforme profetizado no Antigo Testamento (Sl 16.8-10) e previamente anunciada pelo próprio Senhor Jesus Cristo (Jo 2.20-22). Ao contrário daqueles que a consideram um mito, a ressurreição de Cristo é doutrina elementar na Bíblia Sagrada (1 Co 15.3-4), sendo mencionada 104 vezes no Novo Testamento.[91]

Por conseguinte, segundo as Escrituras, ao ressurgir dentre os mortos, Cristo foi feito as primícias dos que dormem (1 Co 15.20-22). Isso significa que Cristo foi o primeiro a ressuscitar e permanecer vivo. No registro das outras ressurreições, as pessoas

tornaram a morrer. Isso indica que, a começar por Cristo, muitos outros desfrutarão dessa dádiva. Essa é a mesma ideia presente em Colossenses 1.18: “[Cristo] é o princípio e o primogênito dentre os mortos”.

Quanto à abrangência dessa declaração, John Stott escreveu que Deus “levantou Jesus para uma vida totalmente nova (imortal, gloriosa e livre), que ninguém experimentara antes, e que ninguém experimentou depois, pelo menos por enquanto”.[92] A ressurreição de Jesus, portanto, é a garantia de que igualmente seremos ressuscitados (1 Ts 4.14). De sorte que o mesmo poder que ressuscitou a Cristo está disponível também aos salvos (ver Ef 2.6).

Desse modo, os crentes em Cristo vencerão a morte e erguer-se-ão gloriosamente dos seus sepulcros para reinarem eternamente com Cristo (Jo 5.28,29; Fp 3.20,21). E, por ocasião do ressoar da trombeta de Deus (1 Ts 4.16), aqueles que ainda estiverem vivos por ocasião da sua vinda serão arrebatados para juntamente com os ressuscitados encontrar a Cristo “e assim estaremos sempre com o Senhor” (1 Ts 4.17). Nesse dia, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e todos serão transformados e revestidos da imortalidade (1 Co 15.51-53). Então, cumprir-se-á a palavra que está escrita: “Tragada foi a morte na vitória” (1 Co 15.54).

2. Cristo elevado à direita de Deus

Após chamar Cristo da sepultura, Deus elevou-o para o trono “pondo-o à sua direita nos céus” (Ef 1.20b). Aqui está em foco a ascensão de Cristo como cumprimento da promessa messiânica: “Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha mão direita” (Sl 110.1a). Estêvão, o primeiro mártir cristão, contemplou o Cristo ressurreto à direita de Deus (At 7.56).

O grau de exaltação para essa posição de honra e autoridade indica a completa vitória de Cristo sobre o pecado e as forças do mal (Fp 2.9-11; Cl 2.15). Acerca da simbologia da expressão “pondo-o à sua direita nos céus” e da sublimidade dessa posição, o *Comentário Bíblico Beacon* descreve o seguinte:

> O assento à direita de um rei oriental sempre era reservado para o primeiro-ministro ou chefe de governo, simbolizando não só honra e dignidade, mas também poder delegado. No caso de Cristo, significa que Ele foi investido com o senhorio soberano e o domínio universal. Nos lugares celestiais, seria nas regiões onde Deus está em ação.[93]

Assim, a entronização de Cristo ao lugar de maior honra sinaliza todo o seu poderio e faz lembrar as suas palavras após a ressurreição: “É-me dado todo o poder no céu e na terra” (Mt 28.18) e ainda nos remete, outra vez, ao Salmo messiânico que diz: “o Senhor estenderá o cetro de teu poder desde Sião, e dominarás sobre os teus inimigos!” (Sl 110.2, NVI). Stronstad recorda o autor aos Hebreus quando explica que: “embora ainda não vejamos todas as coisas subjugadas a Ele, ainda assim vemos a Jesus coroado de glória e de honra” (Hb 2.8,9).[94]

A vitória de Cristo sobre a morte e as trevas também está assegurada aos salvos (1 Co 15.55-57) e endossa nossa participação no reino celestial conforme indica a expressão “[...] nos fez assentar nos lugares celestiais” (Ef 2.6). Significa que esse acontecimento confere aos remidos a esperança de reinarem com Cristo para todo o sempre (Ap 22.5). Stott anota que “nossa identificação com Cristo na sua ressurreição e exaltação não é um item de misticismo cristão sem sentido. É o testemunho a uma experiência viva, de que Cristo nos deu, por um lado, uma vida nova [...] e, por outro, uma vida de vitória”.[95] Assim, a ressurreição, a ascensão e o reinado de Cristo são obras do poder do Pai que estão disponíveis à sua Igreja.

3. Cristo exaltado sobremaneira

Nesse ponto, Paulo sanciona que o poder de Deus exaltou Cristo “acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio” (Ef 1.21a). Essa declaração faz analogia com o texto messiânico em que todos os inimigos estariam sobre o estrado dos pés de Cristo (Sl 110.1b). Nesse sentido, a primeira parte dessa sentença indica que Cristo foi exaltado acima de todas as forças do mal (principado,

poder, potestade e domínio), e a segunda parte onde se lê acima "de todo o nome que se nomeia" (Ef 1.21b) deve incluir também "os anjos e qualquer outro ser inteligente que se possa conceber, sobre os quais Jesus reina com supremacia absoluta".[96]

Isso significa que Cristo foi exaltado acima de toda eminência do bem e do mal e de todo título que se possa conferir nessa era e também no porvir. Não existe poder algum que seja maior e nem mesmo igual ao poder de Cristo. Deus exaltou-o sobremaneira tendo sido "nomeado como o soberano acima de todas as coisas, isto é, o chefe supremo da criação, a manifestação final do que nos espera no futuro (cf. 1.10)".[97]

Mais adiante, a fim de não restar dúvidas, Paulo atesta o cumprimento das profecias messiânicas na pessoa de Jesus (Sl 8.6; 110.1) ao declarar que Deus sujeitou todas as coisas aos pés de Cristo (ver 1.22a). Esse versículo é novamente utilizado por Paulo na primeira Epístola aos Coríntios. Nessa referência, o apóstolo enfatiza que o Soberano delegou ao Filho o poder que lhe trouxe a sujeição de tudo para que Deus, o Pai, seja tudo em todos (1 Co 15.27,28).

O resultado efetivo da exaltação do Messias traz duplo benefício para a Igreja: primeiro, que Deus fez Cristo cabeça tanto do Universo como da Igreja (1.22). E, segundo, que Deus designou a Igreja para ser a expressão plena de Cristo (1.23). Nas palavras de Hendriksen, o poder de Deus manifestado em Cristo não está adormecido, mas "está sendo utilizado no governo do universo no interesse da Igreja".[98] Quer dizer que nenhum poder pode prevalecer contra a Igreja (Mt 16.18).

Diante dessas verdades espirituais, em que o Senhor de tudo foi dado como Cabeça da Igreja, não há razão para os salvos temerem a oposição do homem ou das forças do mal. Aliás, mais para frente, o apóstolo vai convocar os fiéis "fortalecidos no Senhor e na força do seu poder" para enfrentar e vencer as astutas ciladas do diabo (6.10-12). Mercê do conjunto dessas revelações, o *Comentário de Aplicação Pessoal* assevera que "Cristo não tem igual ou rival. Ele é superior a todos os outros seres. Estas palavras devem encorajar os

crentes, porque, quanto mais alta a honra de Cristo, que é a Cabeça, mais alta a honra de seu povo".[99]

79[1] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.208.

80[2] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 30/31.

81[3] SHEDD, Russel. **Epístolas da Prisão: uma análise**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005, p. 24.

82[4] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 51.

83 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.209.

84[6] HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 131.

85[7] RIBAS, Degmar (Trad**.). Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 321.

86 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.210.

87 Esse conceito é chamado de antinomianismo. Trata-se de um erro doutrinário em que se afirma que, uma vez tendo crido em Cristo, não há possibilidade de perder eternamente a salvação (DANIEL, 2017, p. 457).

88 FOULKES, Francis. **Efésios – Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 54.

89 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento** Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.211.

90 A expressão grega *kérygma* significa mensagem ou proclamação. Mais tarde, ela passou a designar a pregação do cristianismo primitivo a respeito de Jesus. O luterano alemão Rudolph Bultmann (1884–1976), com a sua tese de demitologização das Escrituras, erroneamente ensinava que Cristo ressuscitou apenas para dentro do *Kérigma*.

91 BERGSTÉN, Eurico. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 70.

92 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 35.

93 HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 132.

94 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.212.

95 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 54.

96 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 36.

[97] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.212.

[98] HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 123.

[99] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 321.

CAPÍTULO 5

LIBERTOS DO PECADO PARA UMA NOVA VIDA EM CRISTO

"Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou, estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo"
(Ef 2.4-5).

A seção da Epístola aos Efésios (Ef 2.1-10) apresenta relevantes aspectos doutrinários referentes à salvação. Nesse texto paulino, a libertação dos pecados é descrita como um favor imerecido concedido por Deus, por meio da fé, para que os salvos possam desfrutar uma nova vida em Cristo. Essa seção desdobra-se teologicamente em duas partes: (1) A velha vida de pecado (2.1-3); e (2) A nova vida em Cristo (2.4-10). O contraste entre a primeira e a segunda parte é o resultado do imensurável amor e do grandioso poder de Deus operando na vida dos crentes por meio de Cristo.

Essa descrição de nossa velha vida inicia-se com a expressão "mortos em ofensas e pecados" (2.1), indicando total separação da vida do homem com Deus. Em seguida, para ilustrar as ofensas e pecados de outrora, o apóstolo faz uso figurado da palavra "andar". Com respeito a essa velha conduta, Paulo apresenta uma sequência de caminhos tortuosos no qual andávamos (2.2,3a). E, por causa dessa condição de morte espiritual e de trilhar percursos errados, "éramos por natureza filhos da ira" (2.3b).

Mas, na segunda parte dessa seção de Efésios (2.4-10), o quadro caótico modifica-se radical e favoravelmente aos ímpios pecadores. Por ato de misericórdia e muito amor (2.4), Deus restaurou a vida

daqueles que estavam mortos nos seus delitos (2.5). Ele, então, ressuscitou-os e deu-lhes acesso ao Reino celestial para mostrar a todos e eternamente as suas abundantes riquezas (2.6-7). Toda essa gloriosa salvação é iniciativa divina e operada por obra da graça mediante a fé em Jesus Cristo (2.8,9). A libertação da antiga vida de *más obras* capacita o salvo na sua nova vida a praticar *boas obras* conforme o propósito eterno de Deus (2.10).

I. A ANTIGA NATUREZA MORTA EM OFENSAS E PECADOS

1. Nossa condição anterior

O versículo de abertura desse capítulo 2 de Efésios — "E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados" (2.1) — é, na verdade, a continuação de 1.19-23, que fala do poder de ressurreição concedido ao corpo de Cristo, a Igreja.[100] O *Comentário Bíblico Beacon* registra que, nesse texto de 2.1-10, "o apóstolo declara que a renovação espiritual de todos os homens, judeus e gentios, faz parte e é parcela da ressurreição de Cristo, a manifestação suprema do poder de Deus".[101] Essa ligação ao contexto anterior dá-se pelo uso da tradução "e vos vivificou", que aparece como "Ele vos deu vida" na versão ARA ou diretamente "vocês estavam mortos" (NVI).

Esclarecido esse ponto, nota-se, na sequência do versículo em apreço (2.1), que a condição pecaminosa do homem é a razão da sua morte moral e espiritual (Tg 1.15). Ao descrever o diagnóstico das doenças que levaram a humanidade ao óbito, Paulo usa os termos "ofensas e pecados". O substantivo ofensa, do grego *paraptoma*, tem o sentido de passo em falso de forma deliberada e "alude aos desejos da carne, notórios, evidentes e repulsivos".[102]

A palavra grega para pecado é *hamartia*, descrito como aquele que "erra o caminho" ou "erra o alvo" e, ainda, "pecar como um hábito". Os escritores do Novo Testamento usam 13 palavras básicas para descrever o pecado, sendo que *hamartia* é a palavra mais abrangente. Stronstad considera que tal expressão "pode

designar mais os desejos da mente, os pecados de pensamentos e de ideias, de propósitos e inclinações".[103] O *Dicionário Wycliffe* conceitua como "qualquer afastamento do caminho da justiça" e avalia, "em última análise, qualquer pecado como rebelião contra Deus e uma transgressão dos seus padrões".[104]

Percebe-se, então, que os termos são análogos e exprimem a gravidade da situação de miséria e o distanciamento da humanidade dos propósitos divinos. Em vista disso, o homem na sua natureza decaída é diagnosticado como "morto", uma declaração da real condição das pessoas sem Deus. Ratifica-se que o conceito é de morte moral e espiritual provocada pelo erro e desobediência, que inevitavelmente separa o homem de Deus (Is 59.2, Tg 1.15). Tal qual um corpo inerte, a natureza pecaminosa impede o homem de ouvir e obedecer à voz de Deus. Quem assim vive está morto enquanto vive (1 Tm 5.6).

2. Nossas ofensas e pecados

Toda essa má conduta "em que noutro tempo andaram" é descrita por Paulo por meio da metáfora do ato de "andar" (2.2a). O verbo grego utilizado é *peripateõ*, que, no sentido figurado, significa "o círculo inteiro das atividades da vida individual, quer dos não regenerados, quer dos crentes".[105] No caso em análise, o termo "andar" refere-se às atitudes erradas adotadas no passado pelos não crentes, tais como:

2.1. Andaram "segundo o curso deste mundo" (2.2b). Os costumes eram praticados conforme o sistema mundano da época, dentre eles, a imoralidade, o furto e a mentira (4.22-32). Roger Stronstad discorre que "essa frase se refere à maneira, caráter e influência de uma humanidade não regenerada durante a presente era do pecado (Gl 1.4; 1 Jo 2.15-17)".[106] O *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* segue a mesma direção e considera que a declaração refere-se "ao modo de vida e motivos ateístas aceitos pelo mundo, porém imorais. Aqueles que andam ou vivem como mundo, que está cheio de pecado, também não podem seguir a Jesus (Rm 12.2; Gl 1.4)".[107] Essa é uma constatação

inequívoca de que o salvo não deve tomar a forma do mundo, não deve relativizar o pecado e nem ajustar-se à maneira de viver do seu tempo.

2.2. Andaram "segundo o príncipe da potestade do ar" (2.2c). Uma alusão a Satanás, que exerce autoridade sobre os poderes do mal (Jo 12.31). Ele é o líder das hostes espirituais da maldade nos lugares celestiais (6.12). Nossa *Declaração de Fé* realça que foi "com engano que ele começou as suas atividades contra o ser humano (Gn 3.13; 2 Co 11.3). É com essa arma que ele e os seus agentes seduzem as pessoas (Ap 12.9)".[108] Paulo também o menciona como sendo o "deus deste século" (2 Co 4.4).

A passagem indica que os agentes malignos têm capacidade de influenciar os homens que estão afastados de Deus. O apóstolo registra que esse espírito ainda "opera nos filhos da desobediência" (2.2d). O *Comentário Beacon* explica que, aqui, o significado de espírito "refere-se aos poderes do mal, e indica a disposição interior de desobediência que fica ativa no coração dos homens quando estão sujeitos ao Maligno".[109]

Não se trata de referência a um tipo de demônio, e sim a uma ação demoníaca que pode manipular e aprisionar as pessoas; e os leitores de Paulo, no passado, tinham sido escravos dessa força demoníaca (2.2d). Mais adiante, o apóstolo alerta que nossa luta é contra tais seres do mal (6.12). Contudo, não precisamos temê-los, pois Deus exaltou Cristo, a cabeça da Igreja, acima de todos eles (1.21).

2.3. Andaram "fazendo a vontade da carne e dos pensamentos" (2.3a). Refere-se à inclinação para fazer o mal, algo inerente da natureza humana caída (Gn 6.5). A expressão "fazendo a vontade" "denota a eficácia desses desejos e o poder que eles têm naqueles que se rendem a eles".[110] Estão incluídos aqui os pensamentos pervertidos e a prática de todos os desejos desordenados da carne. Nas palavras de John Stott, "incluem os desejos errados da mente e não somente do corpo, ou seja: pecados tais como a soberba intelectual, a falsa ambição, a rejeição da verdade conhecida e pensamentos maliciosos e vingativos".[111]

Como resultado, “éramos por natureza [judeus e gentios] filhos da ira” (2.3b), isto é, estávamos debaixo da maldição e condenados ao castigo eterno (Rm 5.12,17-19). Hendriksen assinala que “por natureza” se deve entender “fora da graça regeneradora”, ou seja, os homens na sua condição natural, como descendente de Adão.[112] Mais adiante, Paulo ratifica que essa tinha sido nossa miserável condição antes de sermos alcançados por Cristo (Ef 4.17-19). A passagem demonstra a devastação universal provocada pelo pecado na raça humana. Entretanto, aprouve ao Pai eleger-nos e predestinar-nos para “filhos de adoção” (1.5). Glória a Deus!

II. VIVIFICADOS PELA GRAÇA

1. Alcançados pela misericórdia e o amor divino

Após descrever a terrível situação da humanidade sob a ira de Deus (ver Ef 2.3), Paulo passa a descrever os atos divinos de amor e de misericórdia que alteraram o quadro caótico da raça humana. Começando com uma conjunção adversativa, o apóstolo declara exultante “mas Deus”, pelo muito que nos amou, teve misericórdia de nós (2.4). A péssima condição da humanidade e o miserável curso de pecaminosidade são interrompidos pela intervenção divina.

Essa inesgotável misericórdia procede do “seu muito amor com que nos amou”. Aqui o adjetivo grego *pollen* deve ser traduzido como “muito”, e não como “grande”, e refere-se à infinita abundância do amor de Deus, e não ao seu tamanho (cf. 3.17-19).[113] Beacon anota que é “por causa” desse muito amor, e não “através” desse grande amor, que fomos escolhidos e vivificados por Deus.[114] Isso porque o amor é a motivação de tudo aquilo que Deus faz.

E, nesse sentido, as Escrituras enfatizam que foi a infinita abundância desse amor que motivou nossa salvação em Cristo. O amor de Deus é o atributo que melhor resume a mensagem do quarto Evangelho (Jo 3.16). As epístolas joaninas também indicam repetidamente que a iniciativa desse amor é sempre da parte de Deus (1 Jo 4.9,10,19). O seu amor e a sua misericórdia são ilimitados e estão disponíveis para toda a humanidade.

2. Vivificados pela sua graça

Descrevendo o contraste entre a incapacidade humana e a suficiência do Senhor, Paulo enfatiza que fomos alcançados pelo muito amor de Deus “estando nós ainda mortos em nossas ofensas” (2.5a). Essa declaração remete-nos ao versículo primeiro, onde o terrível diagnóstico já tinha sido atestado: estávamos mortos em delitos e pecados (ver Ef 2.1). Afastados de Deus, marchávamos em direção ao abismo, desprovidos de qualquer esperança.

Porém, em nossa desesperança, fomos objetos do amor de Deus. A ênfase aqui recai no amor imerecido de Deus para conosco em virtude de nossa condição de pecadores (estando ainda mortos). Paulo repete essa verdade na Epístola aos Romanos quando escreve: “Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5.8). Significa que não éramos merecedores desse amor; porém, mesmo assim, no plano eterno, Deus amou a todos nós como éramos e como estávamos e agiu em *graça* para conosco.

Desse modo, ainda sendo indignos pecadores, Deus “nos vivificou juntamente com Cristo” (Ef 2.5). O termo “juntamente” ocorre uma vez aqui e outras duas vezes no texto grego do versículo seguinte. Há três expressões vinculadas a essa palavra e à pessoa de Cristo, a saber: “nos vivificou [com Cristo]” (2.5b), “nos ressuscitou [com Cristo]” (2.6a) e “nos fez assentar [em Cristo]” (2.6b). Isso indica que somos identificados com Cristo, na sua vida, na sua morte e ressurreição e na sua ascensão, sinalizando, assim, que tudo aquilo que o poder de Deus fez por Cristo também o faz em favor dos crentes.

Assim sendo, a expressão “nos deu vida” quer dizer que nascemos de novo em Cristo (Jo 3.3). Não estamos mais mortos; o mesmo poder que trouxe Cristo da sepultura deu-nos uma nova vida, e as coisas velhas passaram (Rm 6.4; 2 Co 5.17). Passamos a ter vida em abundância em Cristo (Jo 10.10). Acerca dessa nova vida, escrevendo aos Gálatas, o apóstolo frisou contundentemente: “[...] vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim; e a vida que agora vivo na carne vivo-a na fé do Filho de Deus, o qual me amou e se

entregou a si mesmo por mim” (Gl 2.20). Recebemos essa nova vida sem mérito algum; tudo foi efetivado por meio da sua graça, o favor imerecido (ver Ef 2.8,9). Aprofundaremos a doutrina da graça nas páginas a seguir.

3. Exaltados pela sua graça

O apóstolo ainda destaca que o poder de Deus “nos ressuscitou juntamente com ele, e nos fez assentar nos lugares celestiais, em Cristo Jesus” (2.5-6). Paulo emprega mais uma vez a palavra “juntamente”, indicando que, por meio da graça, Deus concede ao homem os mesmos benefícios alcançados por Cristo: a ressurreição, a vida eterna e o acesso ao reino dos céus (Jo 3.15, Rm 4.4-8). Aqui, a ressurreição refere-se, em primeiro lugar, ao ato espiritual disponível no presente: devido ao fato de Cristo ter ressuscitado dentre os mortos, os homens, por sua vez, são ressuscitados da sua morte no pecado e possuem uma nova vida com Cristo e em Cristo.[115] E, em segundo lugar, a ressurreição é um ato corporal que está disponível no futuro.

Outro aspecto relevante é que a Bíblia fala sobre duas ressurreições: a dos justos e a dos injustos; ou seja, uns para a vida eterna, e outros para a morte eterna (Dn 12.2; Jo 5.29; At 24.15). Nessa compreensão, a doutrina da *ressurreição dos salvos* e a doutrina da *vida eterna* estão intrinsecamente ligadas. No passado, os santos que ressuscitaram tornaram a morrer (Mt 27.52-53), mas a segunda morte não tem poder sobre os santos que participarão da primeira ressurreição escatológica[116] (Ap 20.6).

Incluso nos benefícios da ressurreição e da vida eterna, os crentes também são exaltados em Cristo. Em virtude de nossa nova condição “por causa de Cristo” e assim “como Cristo”, também nos foi outorgado acesso aos “lugares celestiais”. Mas não somente isso! Estamos *assentados* com Cristo nos céus. Ele compartilha o Reino conosco; estamos entronizados com Ele. Temos uma nova cidadania: “nossa cidade está nos céus” (Fp 3.20).

Ao realizar esses atos poderosos na vida de Cristo, Deus mostrou a “supremacia da grandeza de seu poder” (1.7). Ao conceder essas

maravilhosas bênçãos aos homens, Deus mostrou a todo o Universo e por toda a eternidade as “abundantes riquezas da sua graça” (Ef 2.7). Nas palavras de Moody, significa que a Igreja servirá de eterna demonstração da graça de Deus.[117] Desse modo, ratifica-se que a salvação e os seus privilégios são conferidos pela graça: o favor imerecido de Deus.

III. A SALVAÇÃO NÃO VEM DAS OBRAS

1. Graça como meio de salvação

1.1 *A salvação* inclui a libertação da morte, da escravidão e da ira divina, bem como o privilégio de desfrutar de todas as bênçãos gratuitamente concedidas: “nos amou” (2.4c), “nos deu vida” (2.5b, ARA), “nos ressuscitou” (2.6a) e “nos fez assentar nos lugares celestiais” (2.6b). A salvação, portanto, é o livramento do poder da maldição do pecado e da morte, bem como a restituição do homem à comunhão com Deus (ver Hb 2.15).

A salvação é estudada de modo sistemático sob três estágios fundamentais, a saber: justificação, santificação e glorificação. A justificação é a libertação da punição, ou do castigo merecido pelo pecado.[118] A doutrina da justificação ensina, em termos gerais, que o pecador é justificado (absolvido da punição e da condenação do pecado) unicamente *pela fé* na graça divina (Ef 2.8,9). Lutero afirmava que “a doutrina da justificação não é apenas mais uma doutrina; é o artigo fundamental da fé, pelo qual a igreja se firmará ou cairá e do qual depende toda a doutrina cristã”.[119]

A santificação é uma “obra progressiva da parte de Deus e do homem que nos torna cada vez mais livres do pecado e semelhantes a Cristo em nossa vida presente”.[120] Esse processo de santificação dura até nossa glorificação final no dia de Cristo. A glorificação é a derradeira etapa de nossa salvação em Cristo Jesus (Rm 8.30). Trata-se de uma promessa da futura transformação de nosso corpo mortal (Fp 3.21) e ocorrerá quando Cristo voltar.[121]

Em síntese, a salvação é-nos oferecida pela graça mediante a fé no sacrifício de Jesus Cristo na cruz do Calvário. No ato da

aceitação, o pecador é imediata e simultaneamente salvo e justificado; a partir daí, ele entra no processo de santificação até a sua glorificação.[122] A salvação, portanto, começa com um ato jurídico (justificação), prossegue em processo vitalício de afastar-se do pecado (santificação) e culmina com nosso corpo transformado num corpo incorruptível e imortal (glorificação).

1.2. A palavra *graça* é tradução do termo grego "*charis*", que, em sua mais completa definição, significa o "favor imerecido de Deus aos dar-nos o seu Filho" (ver Rm 3.24).

O *Comentário de Aplicação Pessoal* enfatiza que "Paulo é incisivo ao afirmar que absolutamente nada é de nossa autoria — nem a salvação, nem a graça, nem mesmo a fé exercida para receber a salvação. Pelo contrário, tudo é um presente de Deus".[123] É por meio da graça, por exemplo, que Deus ativa o livre-arbítrio e capacita o pecador para que responda com fé ao chamado do Evangelho (Rm 11.6).

Esse também é o posicionamento bíblico e teológico da *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*, que professa o seguinte: "Não há nada que o homem natural possua ou pratique que lhe faça merecida a graça de Deus [...]. Deus derrama sua graça, sem a qual o homem não pode entender as coisas espirituais, ou seja, foi Deus quem tomou a iniciativa na salvação".[124] Esse entendimento opõe-se fortemente à afirmação de *pelagianos* e *semipelagianos*[125] de que "é possível que uma pessoa faça alguma coisa [em direção à sua salvação] sem a ajuda da graça de Deus".[126]

Refutando Pelágio e a sua soteriologia, Armínio ensinou que o livre-arbítrio do homem é incapaz de iniciar qualquer bem verdadeiro e espiritual sem o auxílio da *graça divina*. Ele ainda ratificou que "é esta graça que opera na mente, nos sentimentos e na vontade; que infunde na mente bons pensamentos [...] e faz com que a vontade coloque em ação bons pensamentos [...]. Esta graça inicia a salvação, promovendo-a, aperfeiçoando-a e consumando-a".[127]

Dessa concepção bíblica exposta por Armínio, temos o conceito de "graça preveniente", também chamada de "graça preventiva",

“graça precedente” e, ainda, “graça preparatória”. O uso desses termos atrelados ao vocábulo “graça” é apenas para esclarecer que a “graça” é uma ação divina que antecede a conversão. Silas Daniel, na sua obra *Arminianismo: A Mecânica da Salvação*, faz uma exposição elucidativa:

> Graça preveniente nada mais é, portanto, do que o amor de Deus em ação; é Deus tomando a iniciativa em relação ao homem caído, e não apenas no sentido de propiciar a sua salvação, mas também no sentido de habilitá-lo a recebê-la e atraí-lo a ele. É ela que concede ao ser humano a possibilidade de corresponder livremente com arrependimento e fé quando Deus o atrai a si. É a graça preveniente que possibilita ao homem responder positivamente ao chamado divino.[128]

A graça, todavia, não é “irresistível”. Sim, a graça é uma dádiva muito especial, mas não é uma força irresistível. Nesse sentido, Armínio afirma que “todas as pessoas não regeneradas têm liberdade de escolha, e uma capacidade de resistir ao Espírito Santo, de rejeitar a graça oferecida por Deus, ou de desprezar o conselho de Deus contra elas mesmas, de se recusar a aceitar o Evangelho da graça”.[129]

Ao sintetizar essa doutrina, Geisler afirmou que “nem mesmo um ser onipotente é capaz de fazer aquilo que lhe é contraditório, Deus não pode exercer a sua graça contra a vontade das pessoas [...]. Ele decidiu soberanamente que o convite ao evangelho pode ser negado”.[130] Assim, ao ser auxiliado pela graça; o pecador pode consentir ou rejeitar o chamado divino.[131] A graça, portanto, pode ser resistida e não elimina o livre-arbítrio humano (Jo 7.17).

A fé deve ser considerada como a aceitação da obra realizada por Cristo em nosso favor. Essa fé é a “operação de Deus em nós”, ou seja, é o agir de Deus fazendo-nos voltar para Ele, atraindo-nos para aquilo que nos é oferecido por Ele e, assim, capacitando-nos para receber a Cristo (Jo 1.12-13). Desse modo, a fé para a

salvação é um dom de Deus (At 18.27; Fp 1.29). Essa fé é condicionante para a salvação e conduz o salvo à obediência.

Nesse entendimento, a fé antecede a regeneração, e não o contrário, pois não é possível ocorrer regeneração sem fé, embora uma não ocorra sem a outra (Mc 16.16; Rm 10.9). A fé, portanto, é um dom gratuito. Ela é a condição para o nascer de novo e assim ser salvo, sendo a nossa resposta à graça de Deus, uma resposta que só é possível pela própria graça.

2. Obras como evidência de salvação

A segunda negação paulina ratifica que a salvação "não vem das obras", o que indica não se tratar de recompensa de algum ato humano. Nenhuma medida de esforço próprio ou de devoção religiosa pode operar nossa salvação.[132] Nesse sentido, escreveu Geisler: "As exortações bíblicas para as boas obras foram dadas para que nós pudéssemos ser produtivos, não para que pelas boas obras pudéssemos ter a certeza da nossa salvação".[133] Essas afirmações excluem qualquer possibilidade de alguém ser salvo por esforço pessoal.

Como a salvação é uma realização divina, agora "somos feitura sua, criados em Cristo para as boas obras" (Ef 2.10). Uma transformação ocorreu: em Cristo, somos uma nova criatura, e as coisas velhas passaram (2 Co 5.17). Por isso, o apóstolo torna a usar a metáfora do andar: "[...] noutro tempo, andastes, segundo o curso deste mundo" (Ef 2.2-3), porém, doravante, devemos "andar fazendo boas obras" não como meio para ser salvo, mas como evidência de salvação (2.10c).

100¹ RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 322.

101² HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 134.

102³ HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 134.

103⁴ ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.213.

[104][5] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1487–1488.

[105][6] VINE, W. E. **Dicionário Vine: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 397.

[106][7] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.213.

[107] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 322.

[108] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 33.

[109] HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 135.

[110] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 582.

[111] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 48.

[112] HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 138.

[113] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.214.

[114] HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 136.

[115] FOULKES, Francis. **Efésios – Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 62.

[116] Por ocasião do arrebatamento da Igreja, os mortos em Cristo e os santos do Antigo Testamento serão *ressuscitados primeiro*, seguindo-se a transformação dos salvos vivos e o simultâneo encontro de ambos os grupos com o Senhor nos ares (1 Ts 4.16,17). Também os mártires da Grande Tribulação que não adoraram a besta formarão uma só grei juntamente com os crentes provenientes da era da Igreja, os santos *da primeira ressurreição* (Ap 6.9-11). Vide o Cap. XXII, “sobre a segunda vinda de Cristo”, e o Cap XXIII, “sobre o mundo vindouro”, da *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*.

[117] HARRISON, Eveett (Ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010, p. 538.

[118] GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, vol. 1, p. 208.

[119] OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 399.

[120] GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 622.

[121] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 112.

[122] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 111.

[123] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 324.

[124] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 113.

[125] Consultar o preâmbulo do capítulo 3 (“Eleição e Predestinação”) dessa obra.

[126] DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 366.

[127] ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol 2, p. 406.

[128] DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 367.

[129] ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol 2, p. 429.

[130] GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática.** Rio de Janeiro: CPAD, 2003, vol. 1, p. 290.

[131] ARMÍNIO, Jacó. **As Obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol 2, p. 430.

[132]ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.217.

[133] GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, vol. 2, p. 409.

CAPÍTULO 6

A CONDIÇÃO DOS GENTIOS

SEM DEUS

"Portanto, lembrai-vos de que vós, noutro tempo, éreis gentios na carne e chamados incircuncisão pelos que, na carne, se chamam circuncisão feita pela mão dos homens; que, naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos aos concertos da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo"
(Ef 2.11,12)

Na presente seção, Paulo lembra aos gentios que, antes da regeneração, eles eram incircuncisos e tinham experimentado cinco formas de privação: (1) estavam sem Cristo; (2) eram separados de Israel; (3) alienados quanto à promessa; (4) sem esperança; e (5) sem Deus no mundo (Ef 2.11-12). Neste capítulo, estudaremos cada um desses aspectos, listados pelo apóstolo como desvantagens dos gentios em relação aos judeus.

Como é possível perceber nessa exposição sintetizada, a condição dos gentios era desesperadora e sem perspectiva alguma. Matthew Henry faz uma tradução livre da abertura do versículo 11 do seguinte modo: "Vocês deveriam lembrar o que vocês foram, para se humilharem e despertarem seu amor e gratidão a Deus".[134] De fato, o texto paulino convida a todos os pecadores regenerados a refletir acerca da conduta de erros de outrora.

Essa reflexão realizada com sinceridade aumentará inevitavelmente nosso amor e nossa gratidão para com Deus. Assim como os gentios destinatários da carta aos Efésios, igualmente estávamos enquadrados nessas pavorosas restrições. Outrossim, estando ainda mortos em nossos delitos e pecados, aprouve a Deus propiciar também aos gentios um meio de salvação pela sua riquíssima misericórdia e pelo seu muito amor (2.4).

I. CHAMADOS INCIRCUNCISÃO

1. O conceito de circuncisão

Circuncisão é a remoção cirúrgica do prepúcio do órgão sexual masculino. Foi prescrito como sinal externo de quem pertencia ao povo da aliança com Deus. Essa era a marca do Pacto Abraâmico e deveria ser rigorosamente observada por todos do sexo masculino (Gn 17.10-11). O procedimento era realizado no oitavo dia de vida dos nascidos em Israel ou estrangeiros comprados a dinheiro (Gn 17.12; Lv 12.3).

Quem não era circuncidado era considerado “incircunciso” e, portanto, excluído da aliança (Gn 17.14). O rito tornou-se um sinal perpétuo que distinguia os judeus dos demais povos — os gentios. No texto, não está registrado o passo a passo da execução do ritual, porém Wycliffe avalia que, na extração da pele que recobre o órgão sexual masculino, “aparentemente, instrumentos cortantes de pedra eram usados pelos pais da criança” (Êx 4.24-26).[135]

O pacto da circuncisão, todavia, foi negligenciado durante o jornadear do deserto (Js 5.5-7). Conjectura-se que o descumprimento do rito está relacionado com as condições insalubres da peregrinação. Não obstante, após 40 anos, todos os homens circuncidados que saíram do Egito estavam sepultados. Desse modo, tornou-se imperioso circuncidar os homens nascidos no deserto (Js 5.7). Assim, antes de tomar posse da Terra Prometida, Josué confeccionou facas de pedra e circuncidou-os na “colina dos prepúcios” (ver Js 5.2-3).

2. O significado religioso da circuncisão

O significado religioso apontava para a pureza espiritual e a santificação (Êx 19.5,6). Como a corrupção e as práticas idólatras estavam fortemente relacionadas com a sexualidade depravada, a circuncisão simbolizava a aliança de purificação requerida ao povo escolhido (Jr 5.7; Os 4.14). Era algo tão sério que os judeus recusavam-se até mesmo a comer com os incircuncisos (At 11.3). O *Dicionário Bíblico Wycliffe* apresenta a seguinte abordagem:

> A circuncisão era um sinal adequado para o povo escolhido de Deus, porque a pureza espiritual e a santidade deveriam caracterizar a sua vida. Como a corrupção do pecado frequentemente se manifesta com força peculiar na vida sexual, Deus exigiu que o seu povo simbolizasse a santificação das suas vidas por meio da purificação do órgão que serve para a reprodução da vida.[136]

Não por acaso, ao escrever a sua epístola aos irmãos de Gálatas, Paulo enfatiza que as obras da carne manifestam-se com pujança na área sexual, as quais são: “prostituição, impureza, lascívia” (Gl 5.19). Ao orientar os irmãos em Corinto, o apóstolo ensina que o pecado da imoralidade sexual é cometido contra o próprio corpo (1 Co 6.18) e acrescenta a seguir que o corpo é templo do Espírito Santo; portanto, em nosso viver, devemos glorificar a Deus com nosso corpo (1 Co 6.19,20, NVI). Assim, o princípio de pureza e santidade permanece em vigor, devendo sempre ser observado pelos que pertencem a Deus.

3. A circuncisão do coração

O apóstolo reconhece que os gentios não faziam parte da circuncisão, mas faz uma ressalva: o sinal dos judeus era apenas físico e realizado por mãos humanas (Ef 2.11b). Ele destaca que a verdadeira circuncisão não é aquela evidenciada por um código escrito, na esfera da legalidade, mas aquela que acontece no interior, na esfera do Espírito (cf. Lv 26.41; Dt 10.16; 30.6; Jr 4.4; 9.26; At 7.51). As Boas Novas enfatizadas nos escritos de Paulo eram que a circuncisão agradável a Deus não era a externa,

operada na carne pelos homens, mas a que acontece “no interior [...], a que é do coração [...], cujo louvor não provém dos homens, mas de Deus” (Rm 2.29). Acerca dessa proposição paulina, Stott afirma que:

> Esse conceito não é uma inovação de Paulo, pois ocorre regularmente no Antigo Testamento. No Pentateuco Deus reclama dos “corações incircuncisos” de seu povo [...] Depois são os profetas que utilizam a mesma imagem [...] Mas o que Paulo está procurando é muito mais que isso. Ele busca “uma circuncisão do coração que substitua completamente o ritual físico, e não meramente o complemente”. Além disso, tal circuncisão se dará pelo Espírito, e não pela lei escrita. Isto é, ela é Obra do Espírito Santo, realizada interiormente, de tal maneira que um código escrito e exterior nunca poderia realizar.[137]

Desse modo, o apóstolo condena o legalismo judaico que ensinava ser a circuncisão uma segurança de salvação. Ele salienta que os judeus estavam enganados ao considerar que a mera circuncisão física era de alguma utilidade (Rm 2.25-27). Os rabinos afirmavam que “o homem circuncidado não iria para o inferno”.[138] Essa falsa segurança foi contestada com veemência na Epístola aos Romanos (Rm 2.28-29). A circuncisão só teria valor se fosse acompanhada da obediência e de transformação (1 Co 7.19; Gl 5.6). Por fim, Paulo esclarece que, na pessoa de Cristo, o sinal de quem pertence a Deus não é a circuncisão e nem a incircuncisão, mas, sim, o ser uma nova criatura (Gl 6.15).

4. A circuncisão na Nova Aliança

No início da Igreja, alguns judeus conversos queriam obrigar os gentios cristãos a cumprir a Lei Mosaica. Esse grupo de judeus ficou conhecido como “judaizantes” pelo fato de tentarem impor os costumes judaicos na prática da fé cristã. O assunto da circuncisão, em especial, gerou discussões calorosas entre cristãos judeus e gentios e obrigou os apóstolos a posicionarem-se (At 15.1-2,5-6).

Na carta aos Gálatas, por exemplo, Paulo exortou os irmãos a não observarem a circuncisão a fim de não caírem da graça e da fé em Cristo (Gl 5.2-4). Em Antioquia da Síria, o tema ganhou ampla dimensão, provocou intensos debates e culminou na convocação do Primeiro Concílio da Igreja em Jerusalém:

> Esses mestres não autorizados encontram forte resistência na Antioquia. O esforço para judaizar a Igreja cria acalorado debate e tem o potencial de dividir a Igreja [...]. Por causa do perigo da cisão e da importância da mensagem missionária, uma delegação é enviada a Jerusalém para resolver o assunto. Entre os representantes estão Paulo e Barnabé.[139]

A maior parte dos intérpretes do Novo Testamento é concorde que esse 1° Concílio Eclesiástico da Igreja, o Concílio de Jerusalém, foi realizado em 49 d.C., tempos depois da primeira viagem missionária de Paulo e Barnabé. Na ocasião, reuniram-se os apóstolos, os anciãos e também a Igreja para deliberarem acerca da controvérsia judaizante (At 15.6,12,22). Após um período de contenda, o apóstolo Pedro lembrou a todos como Deus concedera o Espírito Santo também aos gentios (At 15.7,8) e avaliou que a posição judaizante era um ultraje contra o próprio Deus: “[...] por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar?” (At 15.10).

Em seguida, Paulo e Barnabé relataram os sinais e prodígios que Deus havia feito por meio deles entre os gentios (At 15.12). Por fim, o apóstolo Tiago, líder da Igreja em Jerusalém, recomendou que os gentios convertidos não fossem molestados com essas questões judaicas (At 15.19). Na sequência, sob a orientação do Espírito Santo, ele pareceu ter agradado a todos e, assim, acalmou os ânimos mais exaltados (At 15.20-30). O parecer ficou conhecido como “decretos apostólicos” e possui quatro recomendações aos gentios convertidos. Os decretos abordam os aspectos morais e cerimoniais da Lei.

A primeira e a segunda orientação parecem ter conexão intencional: “que se abstenham de comida contaminada pelos

ídolos” e que vos guardeis da “imoralidade sexual” (At 15.20a, NVI). Esse entendimento dá-se pelo fato de que a idolatria frequentemente envolvia a imoralidade. O terceiro e o quarto decreto também possuem conexão entre si. De um lado, a orientação de abstinência “da carne de animais estrangulados” (At 15.20b, NVI), isto é, carne que retém o sangue, conforme está registrado em Levítico 17.10-14. E de outro, a recomendação para não comer “do sangue” (cf. Lv 3.17; 7.26; 17.10; 19.26).

Percebe-se claramente, portanto, que os decretos apostólicos não fazem nenhuma referência à prática da circuncisão. O objeto principal da controvérsia era a questão da circuncisão (At 15.1-5) e, provavelmente, outra questão secundária, mas também relacionada com a circuncisão, como a associação dos judeus com os gentios (At 11.2-3, Gl 2.11-14). A deliberação dos apóstolos desconsiderou totalmente a necessidade de o cristão circuncidar-se e ainda ratificou que Deus não faz diferença alguma entre circunciso e incircunciso (At 15.9). A ênfase na Nova Aliança não é o sinal exterior, mas, sim, o interior do homem. De maneira que, agora, no novo pacto, “a circuncisão somos nós, que servimos a Deus no Espírito, e nos gloriamos em Jesus Cristo” (Fp 3.3).

II. ESTRANHOS AO CONCERTO DA PROMESSA

1. Uma vida sem Cristo

Na descrição da história passada dos gentios, o apóstolo traz à memória que, “naquele tempo”, isto é, antes da regeneração, eles viviam imersos no paganismo e, portanto, “sem Cristo”. Quanto a essa triste realidade, Stott faz uma anotação perspicaz ao realçar que, “durante todo o período *antes* de Cristo, os gentios não estavam *em* Cristo nem *com* Cristo, mas, sim, *separados* de Cristo, nem sequer tinham a expectativa de um Messias vindouro”.[140] Esse quadro indica que a religiosidade dos gentios era incapaz de inseri-los na promessa messiânica de salvação (Jo 4.22). Isso significa que tanto desconheciam a Cristo, como também eram indiferentes quanto às promessas acerca dEle e da sua obra (Hb 8.8-10).

A situação miserável dos gentios incapacitava-os de receberem as bênçãos espirituais, pois todas elas são concedidas “em Cristo” (Ef 1.3ss.). Por isso, a narrativa paulina prossegue caótica e apresenta um quadro desolador de exclusão, ignorância e alienação (2.12b).

2. Separados da comunidade de Israel

Aqui, o apóstolo salienta a desvantagem gentílica de não pertencerem à comunidade de Israel (2.12b). Eles estavam excluídos não só dos símbolos externos, como também não faziam parte do povo escolhido e, portanto, não poderiam usufruir dos privilégios da aliança de Abraão (Rm 9.4). O *Comentário Bíblico Beacon* chama atenção para a intensidade do termo “excluído”, que significa total alienação, e não mero afastamento temporário de uma agregação anterior, acrescentando que todos “os gentios estavam fora da comunidade do povo de Deus, com exceção de alguns prosélitos. Mas, mesmo entre estes, ainda permanecia o sentimento de intrusão”.[141]

A constatação cruel era a de que Deus não se revelara para os gentios. A chamada divina fora feita somente a Abraão e à sua descendência (Gn 17.17). Nessa ótica, a Lei e as promessas pertenciam somente aos judeus (At 13,22,23). Desse modo, os gentios tinham sido rejeitados e estavam fora do alcance das bênçãos prometidas a Abraão, Isaque e Jacó (Mt 22.32). Esse sentimento exclusivista abraçado pelos judeus provocava forte animosidade com os gentios.

Essa postura judaica culminou em profunda inimizade agravada pela parede de separação construída para impedir o acesso dos gentios ao templo em Jerusalém (Ef 2.14). Essa barreira, no entanto, não era apenas física ou material; ela também era espiritual e cultural. Ratifica-se, portanto, que a exposição do apóstolo tem por objetivo evidenciar e trazer à memória dos gentios a terrível condição de outrora: “[...] lembrem-se de que anteriormente vocês eram gentios por nascimento” (2.11a, NVI). De fato, um cristão jamais pode esquecer-se de quem era e de onde ele foi tirado por

Deus. Nossa condição era tão desalentadora quanto os primeiros leitores de Efésios. Porém, apesar das circunstâncias desfavoráveis e de toda a animosidade da cultura judaica, Paulo ensina que os gentios também se tornaram descendência de Abraão por *meio* de Cristo (2.13-19; Gl 3.29).

3. Alienados aos pactos das promessas

Como já visto no tópico anterior, por não pertencerem à comunidade de Israel, os gentios estavam inteiramente alienados a qualquer plano de redenção mediado pela promessa messiânica feita aos judeus (At 13.22,23). Eles desconheciam totalmente os vários pactos que Deus estabelecera com os patriarcas israelitas. Esses pactos giravam em torno da grande promessa do advento do Messias (At 13.32).

Dentre eles, citamos o “pacto abraâmico” (Gn 12.1-3), o “pacto mosaico” (Dt 28.1-14) e o “pacto davídico” (2 Sm 7.13-16). Na verdade, os pactos aqui referenciados não são os únicos, mas são os mais relevantes por serem reiterações da promessa messiânica. A expressão “pacto” também é sinônima de “aliança” e “testamento”. Refere-se a “um acordo entres duas ou mais pessoas em que quatro elementos estão presentes: partes, condições, resultados e garantias”.[142] Em nossa análise, enfatizaremos apenas o “pacto abraâmico”.

Embora esse pacto tenha sido realizado pessoalmente entre Deus e Abraão e embora a promessa faça uma referência direta à descendência do Patriarca (Gn 12.1-3), ainda assim é possível perceber uma abertura para a inclusão dos demais povos: “[...] em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3c). Os judeus, no entanto, não se aperceberam desse detalhe, ou ignoraram essa possibilidade, não a entendendo, ou preferindo interpretá-la doutra maneira.

Hoje, após a revelação contida na Nova Aliança, sabemos que os gentios também estavam inclusos na promessa no plano divino (Gl 3.29). Isso, porém, só seria possível por meio de Cristo (Gl 3.14-16), de modo que, “antes” de Cristo e da revelação do mistério oculto (Cl

1.26,27), os gentios estavam excluídos das alianças. De qualquer maneira, Paulo ratifica que, no exclusivismo judaico, os gentios não estavam incluídos no “pacto abraâmico” e revela que a inclusão somente foi possível pela obra de Cristo (2.13-19).

A fim de ressaltar essa perspectiva de alienação gentílica em relação aos pactos e às promessas, transcrevo abaixo a explanação de Francis Foulkes, na sua obra *Efésios: Introdução e Comentário*:

> A promessa para os judeus, a promessa do Messias, estava envolvida nas alianças com Abraão e os patriarcas (Gn 17.1-4; 26.24; 28.13-15), e com a nação sob Moisés (Êx 24.1-11). As alianças trouxeram Israel a uma relação especial de graça com Deus, e assim à esperança de uma libertação e glória futura que seria deles. Mas até este ponto, os gentios não tinham sido incluídos nestas alianças. De maneira que permaneciam como um povo sem esperança.[143]

Diante desse quadro, os gentios não estavam apenas privados das promessas divinamente conferidas a Israel, como também não possuíam qualquer tipo de esperança. Os gentios sequer tinham noção dos pactos e das suas promessas e, por conseguinte, estavam desassistidos de qualquer promessa ou esperança. E aqui é revelada outra vez a grandeza do amor divino. Esses alienados gentios, pelo sangue de Cristo, foram inseridos nos pactos e tornaram-se herdeiros da promessa: “E, se sois de Cristo, então, sois descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa” (Gl 3.29). Aleluia!

III. SEM ESPERANÇA E SEM DEUS

1. Desprovidos de esperança

A palavra esperança significa “confiança”, e o seu principal uso nas Escrituras é de confiança nas promessas divinas (Sl 130.5; Jr 17.7). Os gentios eram destituídos da esperança de salvação e de vida eterna. Suspeita-se que parcela dessa tragédia espiritual repousava no ensino de parte da filosofia que descartava a possibilidade de uma vida além-túmulo e, menos ainda, que

pudesse ser ditosa. Epicuro (341–270 a.C.) ensinava que o prazer é o início e o fim de uma vida, que nada existia após a morte e que, portanto, nada havia para ser temido:

> Então, o mais terrível de todos os males, a morte, não significa nada para nós, justamente porque, quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos. A morte, portanto, não é nada, nem para os vivos, nem para os mortos, já que para aqueles ela não existe, ao passo que estes não estão mais aqui. E, no entanto, a maioria das pessoas ora foge da morte como se fosse o maior dos males, ora a deseja como descanso dos males da vida.[144]

Outros filósofos pagãos eram mentores das ideias de Epicuro, tais como Hegesias de Cirene (290–330 a.C.) e Protágoras de Abdera (481–411 a.C.). De outro lado, Sócrates (470–399 a.C.) acreditava na imortalidade da alma, porém vivia atormentado pela voz de um "deus" chamado por ele de *daimonion*, que era, na opinião do filósofo, um ser inferior aos deuses, mas superior aos homens. A ele é atribuída a frase: "Só sei que nada sei". Aristóteles (384–322 a.C.), aluno de Platão, alimentava dúvidas acerca do tema.

Em contrapartida, Platão (429 a.C.), aluno de Sócrates e professor de Aristóteles, embora admitisse a sobrevivência da alma após a morte, não possuía a revelação divina para explicar como ela poderia ser redimida. Ao discorrer sobre essa horrenda situação das pessoas que vivem sem esperança de redenção, o *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* declara o seguinte:

> Em um mundo de degradação, com todos os seus pecados, sofrimentos e morte, a humanidade precisa de uma esperança infinita que somente a fé em Cristo pode proporcionar. De outra forma a vida é uma escuridão tenebrosa, desesperançosa e aflita. Os gentios não tinham a esperança de Israel, nem a revelação do Deus de Israel.[145]

Somado a essa condição de escuridão espiritual, bem como as questões contraditórias da filosofia pagã, os gentios depositavam a sua confiança nos falsos deuses do panteão greco-romano. Assim, embora Deus tivesse decretado incluir os gentios no plano da salvação, eles ignoravam esse fato e, em consequência, não conheciam a promessa messiânica, onde pudessem sustentar qualquer esperança (1 Cr 29.15). Nesse sentido, o *Comentário Bíblico Beacon* ressalta que os gentios, "antes de ouvirem e responderem à palavra da graça, eles não tinham *parte ou parcela no povo messiânico*, fato que significa que eles não possuíam a esperança do Messias ou qualquer benefício que viesse junto com isto".[146]

Desse modo, como estavam sem Cristo, excluídos da comunidade de Israel, alienados quanto aos pactos e as suas promessas, os gentios viviam sem expectativa tanto no presente quanto no futuro (1 Co 9.10). Sarcerius, em *Anotações sobre Efésios*, considera que "por esperança, Paulo se refere também à fé, que, naquele tempo, os gentios não podiam ter porque eram estranhos às alianças de Deus, que somente a fé salvadora pode entender".[147]

Trilhando por esse caminho tortuoso, um abismo chamava outro abismo, e a vida dos gentios seguia escravizada (Sl 42.7). Nada muito diferente disso também aconteceu conosco quando vivíamos distantes de Cristo. Como a esperança é âncora para a alma, os gentios desprovidos dela padeciam de medo e incertezas (Hb 6.18-19; 2 Co 7.10). Consequentemente, a falta de esperança e de paz estava associada à ausência do verdadeiro Deus.

2. Sem Deus no mundo

A expressão "sem Deus" não significa que os gentios não serviam ou não acreditavam em divindade (1 Co 8.4; Gl 4.8). Ao contrário, eles eram politeístas e idólatras, acreditavam e adoravam muitos "deuses", mas estavam sem o conhecimento do Deus que se havia revelado a Israel (Êx 30.2). No seu paganismo, viviam em total desconhecimento do Deus único e verdadeiro.

Isso implica concluir que os gentios estavam sendo conduzidos por falsos deuses que os mantinham em escravidão e densas trevas espirituais. Trata-se de uma descrição calamitosa. Felizmente, esse quadro foi alterado pela intervenção dos desígnios eternos do verdadeiro Deus (Jo 17.3). Na sequência do texto aos Efésios (2.13ss.), o apóstolo Paulo "compara a miséria original em que os gentios viviam antes de aceitarem a Cristo pela fé, com a felicidade em que foram integrados pela fé nele, de modo a fazer que a grande e misericordiosa bênção de Deus fosse a maior de todas"[148], tema que será abordado a seguir.

134[1] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 585.

135[2] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 422.

136 PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 422.

137 STOTT, John. **A Mensagem de Romanos**. São Paulo: ABU Editora, 2000, p. 105–106.

138 STOTT, John. **A Mensagem de Romanos**. São Paulo: ABU Editora, 2000, p. 104.

139[6] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 709.

140 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 63.

141 HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 139.

142 PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 61.

143 FOULKES, Francis. **Efésios: Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 68.

144 EPICURO. **Carta sobre a Felicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 29.

145 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.219.

146 HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 139.

147 BRAY, G (Org.). **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 317.

148 CABRAL, Elienai. **Comentário Bíblico: Efésios**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, 3ª ed., p. 46–47.

CAPÍTULO 7

CRISTO É NOSSA RECONCILIAÇÃO COM DEUS

"Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e, derribando a parede de separação que estava no meio, na sua carne, desfez a inimizade [...]"
(Ef 2.14,15a)

A narrativa do antigo quadro desolador dos gentios (Ef 2.11-12) sofre uma significativa e relevante mudança. Paulo usa a expressão adversativa "mas, agora" (2.13a) para indicar que algo de extraordinário aconteceu e alterou a situação de outrora. O apóstolo explica que a diferença repousa na obra que Cristo fez em favor dos perdidos pecadores: "[...] vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Cristo chegastes perto" (2.13).

As palavras "longe" e "perto" fazem alusão à posição dos gentios e judeus em relação a Deus. Nesse caso, o povo de **perto** eram os judeus, e o povo de **longe** eram os gentios. O *Comentário Bíblico Beacon* considera que a terminologia e o pensamento do escritor provieram das palavras do profeta Isaías no capítulo 57.19, que vaticinou "[...] paz, paz, para os que estão longe e para os que estão perto, diz o SENHOR, e eu os sararei".[149]

Já o termo "antes" indica a condição passada dos gentios. A expressão faz paralelo com "noutro tempo" (Ef 2.11) e "naquele tempo" (2.12). Ambos os termos fazem contraste com a expressão "mas, agora" (2.13a), que enfatiza uma situação modificada no presente. Outro detalhe a ser observado é a expressão "em Cristo Jesus" (2.13b), em contraste com as palavras "sem Cristo" do verso

anterior (2.12). Sinaliza-se que a mudança que aproximou os gentios foi efetivada por obra do sangue de Cristo Jesus (2.13c).

Como veremos em minúcias nas páginas seguintes, o propósito divino de trazer aqueles que estavam longe para perto dEle somente podia acontecer por meio da obra redentora de Cristo. A remissão dos pecadores afastados exigia derramamento de sangue (Hb 9.22), e foi o próprio Deus quem idealizou o plano da redenção por intermédio do sangue de Cristo (Ef 2.13). Para tanto, era necessário por meio da cruz de Cristo efetuar o ministério da reconciliação, desfazendo com ela as inimizades (2.16).

I. CRISTO DESFEZ A INIMIZADE ENTRE OS HOMENS

1. A parede de separação entre os homens

Ao descrever as mudanças que alteraram o quadro desolador dos gentios, Paulo afirma que judeus e gentios passaram a ser um só povo pelo sangue de Cristo, tendo sido derrubada a parede de separação (2.13-14). Ao usar a expressão “parede de separação”, o apóstolo faz uma analogia com as muralhas do Templo em Jerusalém. A estrutura da construção era uma demonstração do exclusivismo espiritual do judaísmo. Entre o santuário e o átrio dos gentios, havia um muro de pedra com a proibição de acesso aos estrangeiros:

> De qualquer lugar os gentios podiam olhar e observar o templo, porém não tinham permissão de aproximar-se dele. Estavam impedidos pelo muro que o circundava, uma barricada de um metro e meio de pedra sobre a qual estavam colocados, em seguidos intervalos, avisos em grego e latim. Na verdade, esses avisos não diziam: “os intrusos serão processados” e sim “os intrusos serão executados”.[150]

O extremismo quanto a esse aspecto levou Paulo à prisão, onde foi acusado de permitir um grego ultrapassar essa barreira (At 21.28-30). Na ocasião, o apóstolo outra vez sentiu na pele o fanatismo dos seus conterrâneos. Embora questionasse a eficácia dos rituais judaicos, para apaziguar os judeus cristãos, ao término

da sua terceira viagem missionária, Paulo submeteu-se ao rito da purificação (At 21.26). Essa postura do apóstolo pode ser compreendida pelo seu desejo de ganhar o maior número de pessoas para Cristo (ver 1 Co 9.20).

Contudo, apesar do esforço em abrandar os ânimos dos judaizantes, alguns judeus da Ásia, vendo-o no templo, acusaram-no de ensinar a todos a ser contra os judeus, contra a Lei e contra o templo; além disso, imputaram-lhe o crime de "profanação" por supostamente ter autorizado a entrada no santuário do gentio Trófimo, de Éfeso (At 21.28-29). Diante disso, sublevaram-se as emoções, e a cidade entrou em alvoroço, arrastando Paulo para fora do templo a fim de linchá-lo, mas a intervenção do tribuno poupou a vida do apóstolo (At 21.30-34).

2. A derrubada da parede da separação

Retomando o tema da declaração paulina, da qual em Cristo foi derrubada "a parede de separação que estava no meio" (Ef 2.14b), é possível afirmar que essa barreira era tanto literal quanto espiritual. É literal não no sentido histórico de o muro de pedra deixar de existir fisicamente, mas no sentido de terem sido revogadas as restrições, que, outrora, foram o propósito da sua construção; é espiritual porque todos os que creem (tanto judeus quanto gentios) em Cristo têm acesso diretamente à presença de Deus-Pai. Porquanto, foi por mérito da cruz de Cristo que a divisória foi rompida, da qual o muro era um símbolo de separação.

Por causa daquilo que Cristo fez na sua carne, isto é, pelo seu corpo entregue por nós e pelo seu sangue vertido nos flagelos da crucificação, a inimizade e a barreira foram desfeitas (2.15a). Em Cristo, deixamos de ser indignos forasteiros e de ser alienados das promessas messiânicas. Na Nova Aliança, não há mais impedimento de aproximação à presença do Deus único, santo e verdadeiro.

Pertencemos à família de Deus; por causa de Cristo, judeus e gentios têm "acesso ao Pai em um mesmo Espírito" (2.18). E, ainda, conforme ensina o escritor aos Hebreus, não existe mais razão para

os gentios temerem a terrível sentença da muralha escrita em grego e latim: “os intrusos serão executados”, pois agora temos “ousadia para entrar no Santuário, pelo sangue de Jesus, pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou” (Hb 10.19-20).

3. O conceito da lei dos mandamentos

O apóstolo assevera que Cristo “desfez a inimizade, isto é, a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças” (Ef 2.15b). Aqui, cabe perguntar em que sentido a “lei dos mandamentos” foi anulada em Cristo. A interpretação ortodoxa considera que, “em Cristo”, foi eliminado o legalismo, que era utilizado pelos judeus como meio de obtenção da vida eterna e da santificação (Rm 8.2). Assim, a melhor compreensão desse conceito repousa na visão tripartida da Lei Mosaica: moral, cerimonial e civil, que são três partes de uma mesma lei.

A lei civil ou judicial diz respeito ao israelita como cidadão. Nesse sentido, o *Dicionário Bíblico Wycliffe* avalia que tais leis não devem ser consideradas como extensões ou aplicações dos Dez Mandamentos; ele acrescenta: “essas leis específicas foram outorgadas principalmente à nação de Israel da Antiguidade, e a sua aplicação à vida cristã atual deve ser governada pelos princípios básicos estabelecidos no NT”.[151]

Por outro lado, a Lei Moral, exceto o rito da guarda do sábado, permanece em vigor como padrão de conduta, mas não como meio de salvação (ver Ef 2.8,9). O entendimento da validade da lei moral para nossos dias é de vital importância contra os extremos, tanto do legalismo como da licenciosidade:

> **Lei moral.** A atitude do cristão em relação a essa parte da lei de Moisés pode ser resumida da seguinte maneira: (1) Ninguém pode ser salvo apenas obedecendo aos Dez Mandamentos. Esse fato não só é explicado claramente no NT (At 13.39; Rm 3.20, Gl 2.16), como também é aceito pela maioria dos cristãos. (2) Entretanto, esses mandamentos ainda estão válidos por que levam o cristão a descobrir a natureza e o poder do pecado. Essa verdade é ensinada por Paulo (Rm

> 3.20; 5.20; 7.7; Gl 3.19). E ele é universalmente reconhecido pelos cristãos. (3) Como a lei é “santa” (Rm 7.12), ela é uma fonte de prazer espiritual para os filhos de Deus. Essa abordagem da lei moral ainda válida para o cristão de nossos dias é magnificamente descrita no salmo 119.97 [...] (4) Ela também representa uma norma para vida cristã porque quase todos os Dez Mandamentos são repetidos especificamente em um princípio aplicável ao crente (Mt 5. 21-48; Rm 7.7; 13.9; 1Co 8.1-6; 10.14-22; Ef 5.3-5; 6.1-3). No Novo Testamento, só está faltando o mandamento referente à guarda do sábado. Assim sendo, a lei moral do Antigo Testamento funciona como um guia para conhecer a vontade Deus, e faz parte do padrão de nossa santificação. Ao mesmo tempo, os requisitos da lei são exercidos apenas pelo Espírito Santo quando ele opera no interior e por meio de cada crente (Rm 8.3-4).[152]

Nesse ponto, convém ratificar e ressaltar que a guarda do sábado é o único preceito do Decálogo não repetido no Novo Testamento para ser observado pelo cristão (ver Cl 2.16). O sábado é um preceito cerimonial, pois é colocado no mesmo nível do ritual do templo (Mt 12.2-4).[153] Desse modo, concordes com as citações acima, não é acerca da lei civil (restrita aos israelitas) ou da lei moral (ainda em vigor) que Paulo fazia referência no versículo em apreço.

Nessa concepção, só nos resta como alternativa a revogação da lei cerimonial que a versão Nova Tradução da Linguagem de Hoje (NTLH) denomina como “seus mandamentos e regulamentos” (Ef 2.15). Na sua Epístola aos Colossenses, Paulo enumera esses regulamentos como sendo a “circuncisão”, “sacrifícios”, “comida e bebida”, “dias de festas, lua nova e sábados” (Cl 2.11,16-21). Esses ritos identificavam a posição do povo judeu diante de Deus e gerava hostilidade com os gentios.

4. A revogação da lei dos mandamentos

Seguindo a linha interpretativa já exposta no ponto anterior, a eliminação das barreiras deu-se pela revogação da “lei dos

mandamentos, que consistia em ordenanças" (Ef 2.15b). Essa revelação não contradiz as palavras de Cristo, que disse: "não vim ab-rogar, mas cumprir" (Mt 5.17). Ao entregar o seu corpo para ser crucificado, Cristo cumpriu a Lei oferecendo-se como sacrifício vivo em favor de ambos os povos (Hb 7.27). Desse modo, a revogação realizada por Cristo e aqui aludida diz respeito à lei cerimonial:

> Essa lei prescrevia uma série de ritos e cerimônias exteriores e consistia em muitas instituições e compromissos concernentes às partes exteriores da adoração divina. As cerimônias legais foram anuladas por Cristo, sendo cumpridas nEle. Ao tirar isso do caminho, ele formou uma igreja de crentes, incluindo judeus e gentios [...]. Ele formou desses dois partidos uma nova sociedade, ou um novo corpo do povo de Deus, unindo-os consigo mesmo como Cabeça comum.[154]

Esse conjunto de regras e regulamentações do Código Mosaico intensificou-se desde o regresso dos judeus do exílio babilônico. A religião judaica tornou-se profundamente legalista. Hendriksen afirma que "a ênfase recaía sobre a obediência às ordenanças tradicionais. Ora, foi essa mesma ênfase sobre estipulações cerimoniais, acrescidas ainda daquelas estipulações contidas na lei mosaica, o que formou o muro divisório entre judeus e gentios".[155] O *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* ratifica esse posicionamento e assegura que:

> Cristo aboliu a lei, que trazia um código escrito de regulamentos sobre sacrifícios de animais, questões alimentares, regras sobre a limpeza impureza, e etc. — Que criava uma séria barreira entre judeus e gentios e que resultava em um particularismo judeu e em uma exclusão dos gentios.[156]

Esse formalismo e exclusivismo extremado por parte dos judeus resultaram em separação e hostilidade. No entanto, o ato de Cristo, oferecido a Deus em cheiro suave, aboliu a necessidade dessas ordenanças ritualísticas; assim, a inimizade foi desfeita (Ef 2.15;

5.2). A passagem enfatiza que Cristo, ao entregar-se por nós como oferta e sacrifício a Deus, anulou a lei de cerimônias e toda a sua força escravizadora, com o propósito de criar em si mesmo um novo homem dos dois povos (judeus e gentios), fazendo a paz (2.15c).

II. PELA PAZ, CRISTO FEZ UM NOVO HOMEM

1. O conceito bíblico de paz

Em termos gerais, a paz é a descrição de boas relações (At 24.2), fim de um conflito (Lc 14.32), estado de tranquilidade (1 Rs 4.24), um dom de Deus (Is 45.7) e uma qualidade espiritual (Gl 5.22). Segundo o *Dicionário Vine*, no Antigo Testamento, o substantivo hebraico *shalôm* significa “paz, completitude, perfeição, bem-estar, saúde”. O uso do termo é frequente (237 vezes) e variado na sua amplitude semântica. Nas Escrituras da Nova Aliança, o substantivo grego correspondente *eirene* ocorre em cada um dos livros do Novo Testamento, exceto na primeira Epístola de João.[157]

O *Dicionário Bíblico Wycliffe* corrobora com esse entendimento e descreve a dádiva da paz nos seguintes termos:

> O homem que recebe esta aliança de paz com Deus deve buscar esta paz no aumento da sua santificação (1 Ts 5.23; Hb 12.14; Cl 3.15; 1 Pe 3.11), pela obra do Espírito, que gera como um fruto particular a própria paz (Rm 8.6; 15.13; Gl 5.22). Ele não deve viver com medo e ansiedade, porque o tesouro do legado da paz de Cristo foi colocado no seu coração (Jo 14.27). Sua serenidade de mente e tranquilidade interior em Cristo não dependerão, nem serão abalados pelo fato de vir a ter tribulações neste mundo maligno (Jo 16. 33). Estando em paz com seus companheiros cristãos através da graça de Deus, ele se esforçará com aquela motivação para manter a unidade do Espírito no vínculo da paz (Ef 4.3; 2 Co 13.11; 1 Ts 5.13).[158]

Nesse diapasão, na *Teologia Sistemática* editada por Stanley Horton, o pastor pentecostal David Lim ratifica que “devemos

esforçar-nos por manter a unidade do Espírito no vínculo da Paz (Ef 4.3). A paz é condição fundamental para progredirmos na união, para acolhermos os ministérios de outras pessoas e para aprendermos, ainda que através dos fracassos".[159] Nesse aspecto, na passagem em Efésios 2.14, o apóstolo ressalta a paz conferida por meio de Cristo. A sua morte na cruz desfez a inimizade com Deus e entre os homens e tornou possível a reconciliação entre ambos promovendo a paz (Cl 1.20).

2. Cristo é o motivo de nossa paz

Paulo declara que Cristo "é a nossa paz" (Ef 2.14b). Essa expressão aponta para uma conotação mais profunda. Cristo não é apenas o "autor da paz", mas também é literalmente "a nossa paz". Hendriksen declara acertadamente "o que nenhuma outra coisa — seja a Lei com as suas ordenanças, sejam os méritos humanos, sejam as obras da Lei de toda e qualquer espécie, sejam sacrifícios, etc. — jamais poderia fazer. Ele, tão somente Ele, na sua própria pessoa, fez, porquanto Ele é a própria encarnação da paz".[160] Isso implica no conceito de "comunhão espiritual", isto é, Cristo habita em nós sendo Ele próprio nossa paz (Jo 14.23-27). Nessa perspectiva, Foulkes assevera que:

> Não é suficiente dizer que Cristo traz a paz. Ele é a nossa paz. À medida que os homens passam a estar nEle, e continuam a viver nEle, encontram paz com Deus, e, desse forma também um ponto de encontro com o seu semelhante, quaisquer que tenham sido anteriormente as divisões de raça, cor, posição social ou credo. Ele veio com este propósito (Lc 2.14), para ser Príncipe da Paz, e de fato, foi assim que os profetas predisseram a sua vinda (Is 9.6; 53.5; Ag 2,9; Zc 9.10).[161]

Desse modo, a expressão refere-se à paz que repousa na Igreja, onde, pela fé, Cristo habita no interior dos crentes (ver Ef 3.17). No texto correlato de Colossenses 1.20, aprendemos que essa paz deu-se "pelo sangue da sua cruz", quando Cristo reconciliou todas as coisas consigo mesmo. Assim, Cristo é a razão de nossa paz;

Ele é nosso pacificador. A paz conquistada por Ele possibilitou a comunhão entre o crente e Deus e entre judeus e gentios, agora reconciliados em um único povo em Cristo Jesus, a Igreja (Ef 2.14.b).

3. A nova humanidade formada pela paz

Em continuação, o apóstolo ratifica que Cristo uniu os povos que outrora se hostilizavam para criar “em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a paz” (2.15c). Essa unidade não foi o resultado de algum acordo firmado entre os homens. Toda e qualquer tentativa humana nesse sentido jamais logrou êxito. Todos os acordos de trégua sucumbiram ante a natureza humana pecaminosa e egocêntrica. Assim, a reconciliação da raça humana foi realizada “em si mesmo”, ou seja, o único modo possível era “em Cristo” e “por meio de Cristo”. Stronstad reforça esse entendimento ao assegurar que “Cristo, e somente Cristo, nos deu a solução para esse problema que infesta à raça humana, isto é, a separação de Deus e de outras pessoas. Ele é a reconciliação do povo com Deus e a reconciliação das pessoas umas com as outras. Assim, o evangelho torna-se uma mensagem de reconciliação (2 Co 5.17ss.)”.[162]

A partir desse ato de reconciliação efetuado no Calvário, Cristo formou uma nova humanidade, a Igreja, “onde não há circuncisão e nem incircuncisão” (Cl 3.11). Foi Cristo quem criou esse novo povo “fazendo a paz” (Ef 2.15c). As desigualdades e a animosidade foram eliminadas. Em Cristo, não há acepção de pessoas, raça ou classe social (Rm 2.11; Gl 3.28). Porém, essa unidade não se deu apenas pela ascensão dos gentios para a mesma posição dos judeus. Ambos foram elevados para desfrutar de algo maior, o “novo homem, que, segundo Deus, é criado em verdadeira justiça e santidade” (4.24).

III. PELA CRUZ, RECONCILIADOS

COM DEUS EM UM CORPO

1. Cristo fez-se maldição por nós

Ser condenado à morte de cruz era sinal de maldição e profunda humilhação (ver Hb 12.2). Hagner salienta que “a morte por crucificação era uma das mais desprezíveis formas de pena capital do mundo romano. Os cidadãos romanos estavam automaticamente protegidos contra esse tipo de punição, considerada adequada apenas para os estrangeiros”.[163] O martírio da cruz era ultrajante e desumano. O réu era fortemente açoitado com um chicote de várias tiras de couro com chumbo ou ossos nas pontas (ver Mc 15.15).

Após o flagelo dos açoites, o condenado era obrigado a carregar publicamente a sua cruz até o lugar da execução (Jo 19.17). Quanto a esse aspecto, Simão, o cireneu, foi constrangido a ajudar a Jesus (Mt 27.32). Após uma noite de tortura e açoites, Ele estava fraco demais para carregar a sua própria cruz. Isso revela a intensidade dos sofrimentos que Cristo sofrera antes mesmo de ser crucificado. Entretanto, por amor, como cordeiro mudo, Ele submeteu-se ao ultraje e “não abriu a sua boca” (At 8.32).

Diante dessa humilhante exposição e desonra pública, degradação do ser humano, vergonha e vexame diante da sociedade, a morte de cruz era escândalo para os judeus e loucura para os gentios (1 Co 1.23). Apesar disso, Cristo não se deixou intimidar pela ofensa à sua dignidade e à sua honra. Ele suportou a afronta e os terríveis golpes desferidos contra a sua carne. Cristo levou nossa culpa, derramou o seu sangue, entregou o seu corpo para ser crucificado e fez-se maldição em nosso lugar (Gl 3.13).

2. Reconciliados pela cruz de Cristo

Foi o sacrifício vicário de Cristo na cruz e a sua consequente vitória sobre a morte que possibilitou nossa reconciliação com Deus e também com os homens (Cl 1.20). Paulo enfatiza que, “pela cruz, [Cristo] reconciliou ambos com Deus em um corpo, matando com ela as inimizades” (Ef 2.16).

Dessa forma, o sangue vertido no sacrifício de Cristo expiou nossos pecados. Biblicamente, expiar é pagar, quitar, perdoar mediante um sacrifício reparador, por meio da morte de alguém

como substituto do culpado. Por conseguinte, a “expiação pelo sangue [de Cristo] foi necessária para dar satisfação à lei divina — caso contrário, essa lei seria vã — e o seu legislador escarnecido”.[164] Desse modo, Cristo pagou nossa dívida com a Lei e com o legislador na cruz (Cl 2.14). Ele fez-se pecado por nós, e a sua expiação efetuou a reconciliação:

> O Novo Testamento ensina com clareza que a obra salvífica de Cristo é um trabalho de reconciliação. Pela sua morte, Ele removeu todas as barreiras entre Deus e nós [...]. O verbo *Katallassõ* e o substantivo *Katallagê* transmitem com exatidão a ideia de “trocar” ou “reconciliar”, da maneira como se conciliam os livros contábeis. No Novo Testamento, o assunto em pauta é primariamente o relacionamento entre Deus e a humanidade. A obra reconciliadora de Cristo restaurou-nos ao favor de Deus porque “foi tirada a diferença entre os livros contábeis” [...].[165]

Nesse aspecto e como resultado dessa maravilhosa obra, como já vimos, Cristo é apresentado por Paulo como sendo “a nossa paz” (Ef 2.14). E também fomos instruídos pelo apóstolo que, por intermédio do sacrifício na cruz, Cristo criou “um novo homem, fazendo a paz” (2.15). E, ainda, Paulo acrescenta e enfatiza que Ele “evangelizou a paz”, proclamando ao mundo as Boas Novas que fizera na cruz (2.16,17). Matthew Henry, ao discorrer acerca da expressão “evangelizou a paz”, considera que Cristo publicou os termos da reconciliação com Deus e da vida eterna na cruz.[166]

3. Reconciliados na cruz em um corpo

Paulo reforça que o propósito de Cristo foi o de “reconciliar ambos (judeus e gentios) com Deus em um corpo” (Ef 2.16b). A ênfase aqui recai sobre a inimizade existente na vertical: entre os homens e Deus. Em versículo anterior, o destaque era a inimizade horizontal: entre os judeus e os gentios (2.14). De forma que a reconciliação deve ser duplamente compreendida. As duas inimizades foram

desfeitas quando Cristo levou nossos pecados no madeiro (1 Pe 2.24).

Nesse contexto, na *Teologia Sistemática* editada por Stanley Horton, o pastor pentecostal Daniel B. Pecota realça que, em uma genuína e sincera reconciliação, “a parte lesada desempenha um papel primário. Se a pessoa lesada não demonstrar a disposição de acolher quem a lesou, não haverá reconciliação”.[167] Nesse caso, ratifica-se “o favor imerecido” de Deus para conosco. Foi Ele quem tomou a iniciativa de reconciliação. A ira divina, que repousava sobre nós por causa dos pecados, ficou cravada na cruz de Cristo por amor e graça (Cl 2.13,14). Assim, pela cruz, a reconciliação foi concretizada, gerando um novo povo, tornado em um único corpo: a “família de Deus”, a “Igreja de Cristo” (Ef 2.19; 3.6; 4.4; 5.23,30).

149[1] HARPER, A. F. **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 140.

150[2] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.220.

151[3] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1.143.

152[4] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1.142.

153[5] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 158.

154[6] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 584.

155[7] HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 162.

156 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.221.

157 VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 217 e 856.

158 PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1.483.

159 HORTON, Stanley (ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 489.

160 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 159.

[161] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 69.

[162] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.219.

[163] HAGNER, D. A. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Hebreus**. São Paulo: Vida, 1997, p. 244.

[164] GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 353.

[165] HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 355.

[166] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 585.

[167] HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 355–356.

CAPÍTULO 8

EDIFICADOS SOBRE FUNDAMENTO DOS APÓSTOLOS E DOS PROFETAS

"Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra da esquina"
(Ef 2.20).

Cristo formou a Igreja por meio da reconciliação efetivada na cruz (Ef 2.13-19). O apóstolo compara-a a um edifício em construção (2.21). A pedra angular dessa edificação é Cristo, e o fundamento foi estabelecido pelos apóstolos e os profetas (2.20). O propósito é tornar-se templo santo do Senhor e morada do Altíssimo (2.22). Tanto os judeus quanto os gentios fazem parte da Igreja, também identificada como "família de Deus" (2.19b).

Como já visto no capítulo anterior, pela obra de Cristo na cruz, ocorreu uma mudança na condição dos gentios que agora "já não [são mais] estrangeiros, nem forasteiros, mas concidadãos dos Santos e [membros] da família de Deus" (2.19). Por causa de Cristo, homens e mulheres de toda a raça, língua, tribo, nação e posição social estão juntos na mesma família — a família de Deus. Essa família é semelhante a um edifício construído sobre um sólido fundamento. Aqui no texto aos Efésios, Paulo enumera os apóstolos e profetas como sendo o fundamento (2.20). Porém, aos Coríntios, lê-se que "ninguém pode pôr outro fundamento, além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo" (1 Co 3.11).

Essa aparente contradição é explicada pela apresentação diferente que Paulo faz da mesma metáfora: "aqui, o apóstolo se refere a si mesmo e aos outros como pedras do edifício, ao passo

que em Coríntios (Ef 3.10) a referência é a construtores".168 Além da explicação já descrita que se trata de apresentação diferente de uma mesma metáfora, Bullinger, na sua obra *Comentário sobre Efésios*, interpreta que "Paulo não quer dizer que os apóstolos e profetas são o fundamento da Igreja, mas Jesus Cristo, de quem os apóstolos e profetas deram testemunho, porque Ele é a pedra que o Senhor colocou em Sião".169

I. UM EDIFÍCIO ESPIRITUAL

1. O santuário judeu

O Templo em Jerusalém era o ponto alto da identificação exclusivista de Israel como povo de Deus (1 Rs 8.16-20). Esse Templo foi170 idealizado pelo rei Davi e construído pelo seu filho e sucessor, o rei Salomão (1 Cr 17.1-12). Salomão empenhou-se na construção do Templo do quarto ao décimo primeiro ano do seu reinado (1 Rs 6.37-38).171

A proibição de acesso ao edifício por parte dos estrangeiros era razão de inimizade entre judeus e gentios (Ef 2.14). Ao reconciliar ambos os povos, Cristo aboliu as leis impeditivas, desfez a inimizade e formou uma nova humanidade — a Igreja (2.18-19). Assim, o Templo judaico perdeu a sua relevância, e um novo conceito de santuário foi apresentado. Ao discorrer sobre o tema, Stott apresenta o seguinte entendimento:

> O templo em Jerusalém — primeiro o de Salomão, depois o de Zorobabel, depois o de Herodes — tinha sido, por quase 1000 anos, ponto central da identidade de Israel como povo de Deus. Agora havia novo povo. Haveria então um novo templo, conforme alusão indireta de Jesus? O novo povo não era uma nova nação, mas uma nova humanidade, inter-racial e de alcance mundial. Um centro geograficamente localizado, portanto, não seria apropriado para ele. O que, pois, poderia ser seu templo, seu elemento de união? [...]. O novo templo, porém, não é uma construção material, nem um santuário nacional, nem tem um terreno localizado. É um edifício

> espiritual (a família de Deus) [...]. Ele não está vinculado a edifícios sagrados, mas, sim, as pessoas santas, a sua própria nova sociedade. Com esse povo Ele fez uma aliança solene. Deus vive nesse povo, individualmente e na comunidade.[172]

Na prática, o propósito do Templo permanece como sendo o lugar de morada e de manifestação divina; porém, não mais em um prédio construído pelo homem, mas, sim, na própria vida daqueles que são fiéis. Cristo assim prometeu “[...] Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada” (Jo 14.23).

2. O santuário cristão

Como já declarado, os que pertencem a Cristo são comparados a um edifício onde Deus habita em Espírito (Ef 2.22). A frase “sois edificados para morada de Deus”, em alusão aos crentes em Cristo, indica um lugar de habitação de caráter inteiramente espiritual, e não físico. O ensino lembra a Salomão quando reconheceu, no dia da inauguração, que o Templo edificado por ele em Jerusalém não poderia conter a Deus: “[...] Eis que os céus e até o céu dos céus te não poderiam conter, quanto menos esta casa que eu tenho edificado” (1 Rs 8.27).

Nesse mesmo sentido, estão as palavras de Estêvão no sermão que ele proferiu aos seus algozes antes de ser apedrejado e morto: “[...] o Altíssimo não habita em templos feitos por mãos de homens” (At 7.48). Paulo chegou ao mesmo entendimento quando contemplava os vários santuários edificados pelos atenienses. O apóstolo, estando no meio do Areópago, chamou-os de supersticiosos e declarou: “O Deus que fez o mundo e tudo que nele há, sendo Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos de homens” (At 17.24).

Desse modo, ao analisar as palavras de Salomão, Estêvão e também de Paulo, é possível compreender que Deus não habita em templo algum construído pelos homens, seja em Jerusalém (o Templo de Salomão) ou em qualquer outro lugar (o templo de Diana, em Éfeso, os templos em Atenas e os demais santuários pagãos). É

dessa constatação que surge o conceito bíblico de santuário cristão, isto é, aquele que não é material, e sim espiritual.

Isso significa que, na Nova Aliança, os crentes em Cristo — judeus ou gentios — tornaram-se o templo onde o Espírito de Deus habita: “Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1 Co 3.16). O apóstolo Pedro corrobora com esse ensino e desenvolve um quadro da igreja comparado a uma construção em que os crentes são descritos como “pedras vivas” em uma “casa espiritual” (1 Pe 2.5).

3. A pedra angular

Em continuação à sua metáfora, Paulo afirma que, nesse edifício espiritual, “Jesus Cristo é a principal pedra da esquina” (Ef 2.20). Aqui, o apóstolo faz alusão à arquitetura antiga, onde a construção de um edifício requeria uma pedra angular. Ela é traduzida como a “pedra mais importante” ou “pedra principal”, na qual a estrutura da construção era sustentada:

> Além de ser a pedra angular de um edifício parte do fundamento, e, portanto, suporte da superestrutura, ela determina sua forma final, visto que, ao estar colocada na esquina formada pela junção de duas paredes primárias, fixa a posição de duas paredes e das que cruzam no resto do edifício. Todas as demais pedras devem ajustar-se a ela.[173]

Em outros termos, a pedra angular era posta no canto do prédio para sustentar o alicerce, firmar e unir toda a estrutura e manter as paredes em linha certa. O Templo em Jerusalém tinha pedras angulares extremamente grandes. Para termos uma ideia da dimensão dessa pedra, em uma das escavações junto ao muro sul do Templo em Jerusalém, os arqueólogos encontraram um monólito medindo aproximadamente 12 metros de comprimento.[174]

4. Cristo, a pedra principal

A identificação de Cristo como a pedra angular remonta à profecia messiânica em que a pedra rejeitada “tornou-se cabeça de esquina”

(Sl 118.22). Ele mesmo afirmou ser a “cabeça da esquina” (Mc 12.10), e também os apóstolos testificaram ser Cristo “a pedra principal” (At 4.11; 1 Pe 2.7). Logo, sem dúvidas, a pedra angular deste novo santuário é o próprio Cristo. Stott realça essa imprescindível atuação de Cristo nos seguintes termos:

> Assim como um edifício depende, para sua coesão e para o seu desenvolvimento, de ser seguramente vinculado a uma pedra angular, assim também Cristo, a pedra angular, é indispensável para a união e o crescimento da igreja. A não ser que esteja constante e seguramente relacionada com Cristo, a união da Igreja desintegrar-se-á e seu crescimento cessará ou será desordenado.[175]

Dessa maneira, tal qual a pedra angular, que sustenta e determina a forma de um edifício, assim igualmente é Cristo para com a Igreja. Isso denota basicamente a fundamental importância e “a honra de Sua posição no edifício e também a maneira pela qual cada pedra é encaixada nEle, e pela qual acha verdadeiro lugar e utilidade apenas em relação a Ele (Cl 2.7; 1 Pe 2.4)”.[176] Nesse contexto, no Sermão do Monte, aprendemos que o homem prudente edifica a sua “casa espiritual” sobre essa rocha, que é Cristo Jesus (Mt 7.24).

II. O FUNDAMENTO: APÓSTOLOS E PROFETAS

1. O conceito de apóstolos

O termo grego *apóstolos* é usado para “enviado” ou “mensageiro”. Todo o apostolado é centrado em Cristo, que foi enviado para ser o salvador do mundo (Hb 3.1; 1 Jo 4.14). Mateus, Marcos e Lucas usam o termo quando se referem aos 12 escolhidos por Cristo (Mt 10.2-5; Mc 6.30; Lc 6.13). Paulo, Tiago e, possivelmente, Barnabé também foram comissionados como apóstolos (At 14.14; 15.13; 1 Co 9.1-6; 15.8-9). Aos apóstolos foi confiado o ministério da Palavra para instruírem a Igreja (At 6.2-4).

Na perspectiva circunscrita do termo, os apóstolos da Igreja Primitiva foram as testemunhas oculares do ministério, morte e

ressurreição de Jesus (At 1.21,22). Donald Stamps, editor-geral da *Bíblia de Estudo Pentecostal*, assegura: “[Eles] tinham autoridade ímpar na Igreja, no tocante à revelação divina e à mensagem original do evangelho, como ninguém mais até hoje. O ministério de apóstolo nesse sentido restrito é exclusivo, e dele não há repetição. Os apóstolos originais do NT não têm sucessores”.[177]

Em contrapartida, Stamps também avalia que, se negligenciarmos o sentido geral do termo **enviado** ou **mensageiro** e essa postura fizer as “igrejas cessarem de enviar pessoas assim cheias do Espírito Santo, a propagação do evangelho em todo o mundo ficará estagnada”.[178] Seguindo nessa direção, Elienai Cabral também entende que Deus ainda hoje comissiona certos homens para realizarem trabalhos específicos.[179] De qualquer forma, os intérpretes, de modo universal, concordam que os apóstolos, *como fundamento*, referem-se unicamente aos comissionados por Jesus na Igreja Primitiva, que anunciaram a mensagem de Cristo — o fundamento da Igreja.[180]

2. A doutrina dos apóstolos

Embora não se possa desassociar das pessoas e do ofício que ocupavam, o que constitui o fundamento da Igreja não é o ministério apostólico, mas, sim, a doutrina que os apóstolos ensinavam à Igreja, ou seja, as Escrituras (At 2.42; 2 Tm 3.16). Eles receberam essa revelação diretamente de Cristo (Rm 6.17; 1 Tm 1.3; 2 Pe 3.16). John Stott anota o seguinte:

> Em termos práticos, isto quer dizer que a Igreja está edificada sobre as Escrituras […]. São os documentos fundamentais da Igreja […]. Este não pode ser alterado por quaisquer acréscimos, decréscimos, ou modificações oferecidas por aqueles que em qualquer época aleguem ser apóstolos ou profetas. A igreja fica em pé ou cai, conforme sua dependência leal às verdades fundamentais que Deus revelou aos seus apóstolos e profetas, e que agora são preservadas nas Escrituras do Novo Testamento[181].

Mattew Henry (1662–1714) corrobora com essa interpretação ao afirmar que Cristo investiu os apóstolos com “dons extraordinários, poder para operar milagres e uma infalibilidade para anunciar a sua verdade”.[182] O *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* homologa esse entendimento ao enfatizar que os apóstolos estavam “autorizados pelo próprio Senhor Jesus Cristo para serem seus representantes na proclamação do evangelho e no estabelecimento da Igreja”.[183]

O evangelista Lucas registra no livro de Atos que a Igreja perseverava “na doutrina dos apóstolos” (At 2.42). A expressão indica que davam atenção constante ao **ensino** dos apóstolos. O emprego do artigo definido na contração em+a (na) da expressão “na doutrina” aponta para um corpo específico de doutrinas.[184] E, assim como não se pode mexer na pedra angular depois de colocado o alicerce, o fundamento da Igreja também não pode ser violado. Cristo deixou isso bem esclarecido ao asseverar “Passará o céu e a terra, mas as minhas palavras não hão de passar” (Lc 21.33).

3. Os profetas do Antigo Testamento

A palavra grega *prophetes* significa proclamador e intérprete da revelação divina. No Antigo Testamento hebraico, a palavra empregada mais frequentemente é *nabi*, como sendo aquele que declara uma mensagem em nome de um superior. Nesse entendimento, o profeta do Antigo Testamento “era aquele em cuja boca Deus havia colocado suas Palavras, e que transmitia essas graciosas Palavras ao povo”.[185] Eles tinham acesso à presença dos reis. Ofereciam-lhes assessoramento e, quando necessário, até censuravam os seus atos (Is 7.3ss; 37.5-7; 2 Sm 12.7ss).

Não obstante, a primeira mensagem messiânica registrada nas Escrituras foi proclamada diretamente pelo próprio Deus. No Éden, o Senhor anunciou que a semente da mulher feriria a cabeça da serpente (Gn 3.15). Ao passar do tempo, Deus revelou aos profetas do Antigo Testamento os detalhes dessa promessa de redenção (Is

53.1-12). O livro aos Hebreus atesta que, antigamente, Deus falou muitas vezes e de várias maneiras, por meio dos profetas (Hb 1.1).

A mensagem anunciada acerca da salvação de pecadores não foi, no entanto, plenamente compreendida pelos profetas do Antigo Testamento, apesar de terem feito menção de bênçãos prometidas também aos gentios (Is 11.10; 49.6; 54.1-3; 60.1-3; Ml 1.11). Os gentios estavam alienados acerca dessa esperança, e os judeus não a entendiam ou, então, ignoravam essa possibilidade e, provavelmente, não a desejassem.

Tais constatações, portanto, são razões suficientes para não incluir o testemunho dos profetas do Antigo Testamento como "fundamento" da Igreja. Quanto a essa discussão, Stott avalia que talvez os profetas do Antigo Testamento estejam incluídos, mas pondera que a ordem invertida das palavras na citação bíblica, não de "profetas e apóstolos", mas, sim, de "apóstolos e profetas", indica que a referência seja aos profetas do Novo Testamento[186]. Nesse aspecto, o *Comentário Bíblico Pentecostal* assevera que, "em Efésios, as duas ocorrências onde apóstolos e profetas foram mencionados em conjunto (3.5; 4.11) a referência é claramente aos profetas cristãos como líderes da Igreja[187]".

4. O testemunho dos profetas do Novo Testamento

A função primária dos profetas do Novo Testamento "era similar à dos profetas do Antigo Testamento: anunciar a Palavra de Deus. Porém, eles ocasionalmente previam acontecimentos futuros (At 11.28; 21.9,11)".[188] O *Comentário Bíblico Pentecostal* destaca que os profetas "eram aqueles indivíduos especialmente dotados de receber e mediar diretamente a revelação recebida de Deus".[189] O *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* enfatiza que eles "tinham habilidades especiais no ministério das mensagens de Deus para o seu povo".[190]

Ainda na descrição do ofício dos profetas do Novo Testamento, Mattew Henry salienta que eles expunham os escritos do Antigo Testamento e prediziam as coisas do futuro.[191] Paulo assegura que a **compreensão** do mistério que estivera oculto no passado — de

que os gentios tinham igual posição no corpo de Cristo e eram participantes da promessa — foi revelado pelo Espírito Santo aos profetas do Novo Testamento (Ef 3.4-6). Assim, reitera-se o posicionamento de que os profetas do Novo Testamento, "homens santos de Deus [que] falaram inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pe 1.21), perfazem o alicerce da Igreja de Cristo.

Em relação ao propósito do profeta em nossos dias, o *Comentário Bíblico Pentecostal* considera que "líderes visionários e santos, pessoas cheias da Palavra e do 'espírito de sabedoria e de revelação' (Ef 1.17), continuam a ser necessárias para liderar a Igreja".[192] Elienai Cabral concorda, mas faz o alerta de que nenhuma profecia pode "acrescentar outra verdade que não tenha base nas Escrituras, mas para edificar, exortar e consolar com base nas verdades já reveladas na Bíblia".[193] Desse modo, no sentido "restrito", o testemunho dos profetas *como fundamento* da Igreja limita-se ao Novo Testamento. Ratifica-se, portanto, que o fundamento no qual a Igreja de Cristo está edificada encontra-se nas Escrituras Sagradas, a revelação escrita de Deus dada pelo Espírito Santo, sendo essa revelação a única *regra infalível* de fé e prática para a vida e o caráter cristão (2 Tm 3.14-17).[194]

III. EDIFICADOS PARA MORADA DE DEUS

1. Edifício bem ajustado

A expressão "no qual todo o edifício, bem ajustado, cresce" (Ef 2.21a) indica um processo contínuo de desenvolvimento (2.21). Paulo já tinha afirmado que Cristo é a pedra angular desse edifício (2.20b) e agora acrescenta outro pensamento, isto é, "Cristo, além de ser o princípio de *estabilidade* e *diretriz* da igreja, é também o princípio de seu *crescimento*".[195] O edifício espiritual está alicerçado em Cristo e fundamentado no ensino revelado aos apóstolos e no testemunho dos profetas. Esse edifício é um organismo vivo que está em crescimento. A ele são acrescentadas contínua e individualmente "pedras vivas" que coletivamente formam o edifício todo (a Igreja). As pedras incorporadas ao conjunto, "pedra de

esquina” (Cristo) e “fundamento” (apóstolos e profetas), são harmoniosamente ajustadas umas às outras.

Nesse sentido, cada crente fiel ocupa uma posição e um lugar certo no templo de Deus ajustado perfeitamente conforme a vontade do Senhor da Igreja. E essa participação individual de cada crente na construção desse edifício refere-se à ação da igreja militante, que tem de crescer e progredir.[196] Em outro aspecto não menos importante, Stott lembra que “o templo de Jerusalém era um edifício exclusivamente judaico, no qual todos os gentios eram proibidos de entrar. Agora, porém, não apenas lhes é permitido a entrada, como eles mesmos são partes integrantes do templo de Deus”.[197]

Em síntese, todas as partes desse edifício espiritual precisam estar unidas e em harmonia (Cl 2.2; 1 Co 1.10). Isso significa que o crescimento da Igreja depende de tudo estar bem ajustado a Cristo (Rm 14.15-16; 2 Co 13.11). Toda pedra que estiver fora do prumo ou desalinhada torna-se um perigo para o fundamento. Nessa construção, se formos corretamente colocados sobre Ele e edificados juntamente com Ele, permaneceremos firmes.[198] Todo salvo em Cristo passa a comportar-se como filho obediente e, assim, começa a evidenciar o fruto do Espírito na sua vida (1 Pe 1.14; Gl 5.22). O avanço prossegue até alcançar pleno conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida completa de Cristo (Ef 4.13). Por conseguinte, todo crente bem ajustado torna-se “templo santo no Senhor” (2.21b).

2. Templo santo no Senhor

A palavra aqui usada para templo não é o termo grego *hieron*, que se refere à totalidade da construção, mas, sim, o vocábulo *nãos*, que designa o recinto interior (o Lugar Santíssimo). Esse era o lugar do encontro do sumo sacerdote com Deus. O escritor aos Hebreus afirma que o acesso era limitado: “No segundo, só o sumo sacerdote, uma vez no ano, não sem sangue, que oferecia por si mesmo e pelas culpas do povo” (Hb 9.7).

A expressão “o segundo” refere-se à parte “interna” do Tabernáculo ou ao “Santo dos Santos”. A menção do sangue

pressupõe a morte da vítima sacrifical e faz alusão à santidade da vida e, por isso, à santidade do sangue e ao elevado custo da expiação de Cristo.[199] Nesse aspecto, Hendriksen enfatiza que é por causa do sangue e do Espírito de Cristo que esse novo templo é santo, limpo e consagrado.[200]

A analogia paulina, todavia, não se refere a alguma nova estrutura material, mas, sim, ao crente que se tornou templo santo (1 Co 3.16). Nessa perspectiva, libertos e separados do pecado, quem pertence a Cristo passa a viver em santidade e andar em "novidade de vida" (1 Pe 1.15; 1 Jo 1.7; Rm 6.4). E, como indescritível resultado, ao desfrutar da comunhão divina, o crente salvo recebe acesso livre à presença do Pai e torna-se "morada de Deus em Espírito" (Ef 2.22b; Hb 10.19-21).

3. Morada do Altíssimo

No Antigo Testamento, a expressão "morada de Deus" fazia alusão ao Tabernáculo e, depois, ao Templo israelita. A expressão indicava lugar de habitação permanente do Divino e de comunhão íntima com o fiel e sempre se referia a um santuário físico. O edifício construído em um lugar sagrado também era o lugar de celebração do culto e da adoração. Para cultuar e encontrar-se com Deus, era necessário deslocar-se até o local onde o Templo estava erigido (ver 1 Sm 1.21). Na Nova Aliança, porém, esse conceito de morada do Altíssimo é modificado:

> Cristo ao vir a terra tornou obsoleto o tabernáculo, templos feitos por mãos humanas. Ele mesmo (Jesus) tornou-se um lugar de habitação divina entre os homens, uma verdade que é expressa especialmente em João 1.14 e 2.19-21. E este templo já não está mais entre os homens, e agora Deus procura para sua habitação as vidas de homens que o permitiram entrar por seu Espírito.[201]

Esse entendimento é comprovado pelas palavras de Cristo à mulher samaritana junto ao poço de Jacó (Jo 4.24). Ela tinha dúvidas acerca do lugar físico adequado para a adoração. Seria no

monte em Samaria ou no Templo em Jerusalém? (Jo 4.20). A esse questionamento, Cristo respondeu que estava chegando a hora em que a adoração não seria “nem neste monte nem em Jerusalém” (Jo 4.21); e, em seguida, explicou-lha claramente que se aproximava o tempo da inauguração de um novo conceito de culto: “Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem” (Jo 4.23).

Desse modo, a doutrina bíblica assegura que o crente, por meio da obra de Cristo, tornou-se templo santo no Senhor (Ef 2.21b). Isso indica que Deus habita em nós por meio do seu Espírito (2.22). Essa afirmação ratifica que Deus “não habita em templos feitos por mãos de homens (At 17.24). Ele reside dentro de cada cristão individualmente e também no corpo inteiro de crentes, que é a Igreja formada de judeus e gentios (Jo 14.23; 1 Co 3.16).

168[1] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 73.

169 BRAY, G. (Org.) **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 325.

170[3] BRAY, G. (Org.) **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 325.

171 VAUX, R. De. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Teológica, 2003, p. 351.

1725 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 72, 74.

1736 HENDRIKSEN, 2013, p. 170

174[7] STOTT, 2007, p. 73.

175[8] STOTT, 2007, p. 73.

1769 STOTT, 2007, p. 74.

17710 STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 1814.

178 STAMPS, 2013, p. 1814.

179 CABRAL, Elienai. **Comentário Bíblico: Efésios**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, 3ª ed., p. 87.

180 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.242.

[181] STOTT, 2007, p. 73.

[182] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 592.

[183] ARRINGTON, 2003, p. 1240.

[184] WILLIAMS, D. J. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Atos**. São Paulo: Vida, 1996, p. 75.

[185] PFEIFFER, 2006, p. 1.607.

[186] STOTT, 2007, p. 73.

[187] ARRINGTON, 2003, p. 1224.

[188] HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 161.

[189] ARRINGTON, 2003, p. 1241.

[190] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio: CPAD, 2009, vol. 2, p. 336, 337.

[191] HENRY, 2008, p. 592.

[192] ARRINGTON, 2003, p. 1224.

[193] CABRAL, 1999, p. 89.

[194] SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio Janeiro: CPAD, 2017, p. 21, 25.

[195] HENDRIKSEN, 2013, p. 171.

[196] CABRAL, 1999, p. 53.

[197] STOTT, 2007, p. 74.

[198] BRAY, G. (Org.), 2013, p. 326.

[199] HAGNER, Donald. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Hebreus**. São Paulo: Vida, 1997, p. 155.

[200] HENDRIKSEN, 2013, p. 171.

[201] FOULKES, 2014, p. 74.

CAPÍTULO 9

O MISTÉRIO DA UNIDADE REVELADO

"Por isso, quando ledes, podeis perceber a minha compreensão do mistério de Cristo, o qual noutros séculos não foi manifestado aos filhos dos homens, como agora tem sido revelado pelo Espírito aos seus santos apóstolos e profetas"
(Ef 3.4-5, ACF).

Paulo e os demais apóstolos, bem como os profetas do Novo Testamento, receberam a revelação do mistério oculto por meio de Cristo (Ef 3.1-4). Nesse capítulo, estudaremos o conceito para a expressão "mistério" em Efésios 3.3,4, como esse mistério esteve oculto nas eras passadas, como esse mistério foi revelado na Nova Aliança (3.5,10) e como ele fora pré-estabelecido por Deus na eternidade (3.11).

O capítulo 3 dessa carta inicia com a sentença "Por esta causa, eu, Paulo, sou o prisioneiro de Jesus Cristo por vós, os gentios" (3.1). A expressão "por esta causa" ou "por causa disso" apontava para as razões da sua condição de prisioneiro na cidade de Roma. A mensagem pregada pelo apóstolo, que incluía os gentios no plano da salvação, causara grande incômodo para as autoridades judaicas. Esse era o verdadeiro motivo pelo qual os judeus levaram Paulo a julgamento sob a acusação de traição e fomento de rebelião entre os judeus.[202]

A partir desse esclarecimento, Paulo pretende que os gentios não fiquem constrangidos com o seu aprisionamento, mas que louvem a Deus pela perfeição dos inescrutáveis caminhos divinos.[203] Em seguida, o apóstolo passa a relatar a dispensação que lhe fora

confiada em favor dos gentios (Ef 3.2); o mistério de Cristo que lhe fora dado conhecer e a sua consequente compreensão da mensagem que estivera oculta (3.3-5); que os gentios são coerdeiros e coparticipantes das promessas (3.6); que esse sempre foi o eterno propósito de Deus (3.11). E, por conseguinte, ele pede aos gentios que não desfaleçam por causa da sua prisão, pois a glória deles estava nisso, pois, se Paulo não tivesse anunciado o "mistério revelado", ele não estaria preso, mas também os efésios não poderiam ter ouvido o evangelho e convertido suas vidas a Cristo (3.13).

I. O MISTÉRIO OCULTO NO ANTIGO TESTAMENTO

1. O conceito bíblico de mistério

A palavra grega *mysterion* significa "segredo" ou "doutrina secreta"; indica alguma verdade divina que esteve oculta e passou a ser conhecida. Do total de 27 ocorrências da expressão no Novo Testamento, 21 aparecem nas cartas paulinas. Em Efésios, o termo é utilizado seis vezes (1.9; 3.3,4,9; 5.32; 6.19). Quanto à origem da palavra "mistério", alguns intérpretes bíblicos argumentam que a sua fonte é pagã, enquanto outros consideram que a fonte é judaica. Porém, independentemente dessa discussão, o uso do termo no Novo Testamento difere da aplicação dada no paganismo.

Quanto a essa questão, o *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* acrescenta que, na literatura judaica e nos escritos de Qumram, a palavra "mistério" era empregada para referir-se a algo que seria revelado no final dos tempos. Por outro lado, o uso paulino da expressão no Novo Testamento segue na contramão desse entendimento. O *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* assegura que "Paulo enfatiza que a descoberta do mistério já havia ocorrido na revelação de Cristo, portanto não precisamos esperar pelos acontecimentos que irão concluir nossa era para conhecer a estratégia da vontade de Deus".[204]

O *Dicionário de Paulo e suas cartas* aponta nessa mesma direção ao afirmar que o emprego de "mistério" nas cartas paulinas "não indica algum acontecimento futuro escondido no plano de Deus,

mas, sim, à sua ação decisiva em Cristo, aqui e agora".[205] Não se refere, portanto, a algo misterioso que somente alguns poucos iniciados possam compreender, como ensinavam alguns adeptos do falso misticismo (Cl 2.18). No cristianismo, significa uma verdade que esteve encoberta e que agora foi desvendada em benefício de todos (ver 1 Tm 2.4).

2. O desconhecimento do mistério

Para compreender em que sentido o mistério esteve oculto de outras gerações, é preciso pôr em foco o advérbio "como", que aparece no texto com valor circunstancial: "o qual, noutros séculos, não foi manifestado aos filhos dos homens, como, agora" (Ef 3.5). A palavra "como" indica que, no Antigo Testamento, não foi dado a conhecer tão claramente *como, agora*, tem sido revelado pelo Espírito. Não quer dizer que ninguém tomara conhecimento acerca da bênção da qual os gentios também participariam antes da Nova Aliança.

A aplicação paulina desse termo deve ser claramente entendida para evitar equívocos na interpretação do plano divino estabelecido desde a eternidade. Foulkes sinaliza que a acepção da expressão "mistério oculto" não necessariamente significa negar a existência de vislumbres do propósito de Deus quanto a este assunto no Antigo Testamento, mas reconhecer que essa verdade não era "inteiramente compreendida, que judeus e gentios deveriam realmente se tornar um só povo [...] e podemos entender o *como*, com o sentido de 'em tal medida como' ou 'com tal clareza' como agora".[206]

Na epístola aos Colossenses 1.26, encontramos um texto correlato a essa declaração e que tem íntima relação com a seção bíblica em apreço: "O mistério que esteve oculto desde todos os séculos e em todas as gerações e que, agora, foi manifesto aos seus santos". Aqui, o sentido da expressão "o mistério que esteve oculto" tem a mesma conotação empregada pelo apóstolo aos Efésios. Matthew Henry, no seu *Comentário Bíblico Novo Testamento*, corrobora com essa linha de interpretação ao destacar

que os integrantes da dispensação do Antigo Testamento estavam cobertos com o véu do legalismo judaico.[207]

Nessa perspectiva, reitera-se que o "mistério oculto" não era de total desconhecimento dos escritores do Antigo Testamento. Na verdade, eles apenas não puderam compreender os desígnios divinos, e isso porque ainda não era o tempo de ser claramente desvendado, isto é, Deus projetara a revelação do "mistério" somente para depois do primeiro advento de Cristo. Desse modo, não é correto afirmar que os patriarcas e os profetas estavam alienados acerca das promessas que os gentios também alcançariam. Essa verdade veremos no próximo tópico.

3. O mistério e os profetas da Antiga Aliança

Como já afirmado no tópico anterior, os escritores do Antigo Testamento não apenas conheciam, como também fizeram menção de bênçãos prometidas aos gentios. O patriarca Abraão recebeu a revelação de que a sua descendência seria bênção para todas as famílias da terra. Os profetas Isaías e Malaquias, por exemplo, registraram a inclusão dos gentios no projeto divino (Gn 12.3; 22.18; Is 11.10; 49.6; 54.3; 60.3; Ml 1.11).

Nessa mesma direção, Moody avalia que "o mistério não consistia em que os gentios poderiam ser salvos — há muita coisa no AT relacionada com a salvação dos gentios, particularmente em Isaías — mas que seriam ligados aos judeus em um só corpo".[208] Isso indica que os profetas da Antiga Aliança conheciam em parte, mas não tinham a revelação completa.

Desse modo, ratifica-se que os escritores do Antigo Testamento souberam das promessas, mas não souberam *como* isso aconteceria. O que nenhum deles compreendera é que Deus faria algo totalmente novo, que as barreiras raciais e religiosas seriam rompidas por meio de Cristo e que judeus e gentios seriam um só povo integrante de um mesmo corpo, a Igreja (Ef 3.6,10).

II. O MISTÉRIO REVELADO NO NOVO TESTAMENTO

1. Revelado aos apóstolos e profetas

Paulo afirma que o mistério oculto foi revelado pelo Espírito de Deus não somente a ele, como também aos demais apóstolos e profetas (3.5). A narrativa da visita de Pedro, por exemplo, para pregar o evangelho na casa do gentio Cornélio é uma prova cabal dessa declaração paulina (ver At 11.4-17). Igualmente, o registro no livro de Atos sinaliza a importância da atividade e da revelação dos profetas na igreja incipiente (ver At 11.27; 13.1).

Ao ressaltar que o "mistério foi manifestado pela revelação" (3.3) e destacar que foi "revelado pelo Espírito aos seus santos apóstolos e profetas" (3.5), Paulo ensina que o mistério divino não poderia ser desvendado por meio do raciocínio intelectual. Desse modo, ratifica-se que o mistério foi dado a conhecer por meio da "revelação divina", e não por sabedoria humana. Escrevendo aos Coríntios, ele fez questão de enfatizar que a sua pregação não consistia em "palavras persuasivas de sabedoria humana, mas em demonstração de Espírito e de poder" (1 Co 2.4). Moody, ao comentar acerca dessa característica de Paulo, salienta que ele "sempre insistia na sua recepção direta do Evangelho do próprio Senhor Jesus, sem qualquer intermediário humano".[209]

2. O Mistério oculto revelado

Em termos gerais, o "mistério revelado" é a Igreja. A revelação começa pela declaração que o Pai idealizou tudo desde sempre (ver 1.14; 3.11); prossegue com a execução da obra de Cristo (1.7; 2.15); a criação de uma nova humanidade (2.1-10); a união de judeus e gentios como família de Deus e corpo de Cristo (2.11-22; 3.6); e a comunicação dessas verdades aos santos apóstolos e profetas (3.3,5).

Na sequência dessa abordagem, Paulo usa a expressão "mistério de Cristo" (3.4) em uma clara referência ao filho de Deus como o centro e a causa originadora desse mistério. De fato, a pessoa de Cristo "é o ponto de partida para um verdadeiro entendimento da ideia de mistério nessa carta, como em outras passagens de Paulo. Não há muitos mistérios com aplicações limitadas, mas um único mistério supremo com muitas aplicações".[210] Cristo é tanto a fonte

como a substância desse mistério,[211] e é a partir dEle que acontecem todos os desdobramentos do propósito divino.

No primeiro capítulo da carta, Paulo já tinha dito que Deus agora fizera conhecer plenamente a sua vontade ao desvendar o mistério oculto (1.9). E, no capítulo 3, o apóstolo descreve o conteúdo desse mistério: “A saber, que os gentios são coerdeiros, e de um mesmo corpo, e participantes da promessa em Cristo pelo evangelho” (3.6). Ao interpretar esse versículo, o *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* assim discorre:

> No caso de alguém não ter entendido, Paulo explicou exatamente o que aquele mistério acarretava. Enquanto os antigos profetas haviam escrito sobre inclusão de gentios judeus, a interpretação dos seus escritos foi a de que os gentios pudessem se tornar prosélitos. A extensão desta inclusão e a mudança radical — os judeus e gentios sendo coerdeiros — não foi sequer considerada. Ninguém sabia disso até que Deus revelou a Paulo e aos outros apóstolos e profetas do Novo Testamento. Esta inclusão de gentios e judeus pôde acontecer porque ambos creram no Evangelho. Além disso, ambos são partes de um mesmo corpo e assim estão unidos em uma única unidade sobre Cristo, que é a cabeça. Finalmente, ambos são participantes da promessa em Cristo. Eles serão participantes e companheiros no recebimento das futuras bênçãos prometidas no Reino de Deus.[212]

A revelação do mistério oculto esclarece que os gentios não serão salvos por meio de uma possível conversão ao judaísmo ou da observância das leis cerimoniais judaicas (tais como a circuncisão, guarda do sábado e outras). No versículo em análise, Paulo faz uso de palavras compostas com o prefixo grego *syn*, com o significado de “em conjunto com”. Assim, os termos “coerdeiros”, “mesmo corpo” e “participantes da promessa em Cristo” explicam que os gentios são “herdeiros juntamente com” os judeus das mesmas promessas prometidas a Abraão e à sua descendência.

3. A magnitude do Mistério

Como já observado nos tópicos anteriores, outrora ninguém tinha ventilado a possibilidade da formação de um só povo sem distinção de pessoas, raça ou classe social *em* Cristo e *por* Cristo, todos sendo um e participando da mesma promessa (Gl 3.28; Ef 3.6; Cl 3.11). Até mesmo alguns líderes da Igreja Primitiva demoraram a entender esse mistério em que todos são aceitos em Cristo por meio da mensagem da cruz.

O apóstolo Pedro, por exemplo, precisou justificar-se perante a Igreja em Jerusalém por ter compartilhado o evangelho com o incircunciso Cornélio (At 11.4-17). Até mesmo o próprio Pedro teve dificuldades em compreender que o evangelho também estava disponível para a salvação dos gentios. A compreensão de Pedro somente ocorreu após uma visão onde Deus mostrou-lhe que a nenhum homem considerasse comum ou imundo (At 10.1-48).

Não obstante, a dimensão e a abrangência do mistério revelado já tinham sido anunciadas pelo apóstolo ao asseverar que a vontade divina era “de tornar a congregar em Cristo todas as coisas” (Ef 1.10a). A harmonia que fora destruída pelo pecado desde o Éden agora entrou em processo de restauração por meio da cruz de Cristo.[213] Essa restauração é completa e compreende tanto as coisas “que estão nos céus como as que estão na terra” (1.10c). Na plenitude dos tempos, Cristo será reconhecido como a Cabeça de tudo (ver 1.22).

No tempo presente, Cristo já é a Cabeça da Igreja e o autor da unidade entre judeus e gentios, mas, no tempo determinado, acontecerá a submissão do mundo a Ele como a Cabeça, e aquela unidade pela qual ansiamos virá com o domínio de Jesus Cristo.[214] Ao descrever a grandiosidade desse mistério ora revelado, Matthew Henry destaca no seu comentário que:

> Precisamos reconhecer que a conversão do mundo gentílico para a fé em Cristo foi um mistério adorável, e devemos agradecer a Deus por isso. Quem teria imaginado que as pessoas que estiveram tanto tempo na escuridão, e tão distantes, fossem iluminadas com a luz maravilhosa e se

> aproximassem de Cristo? [...]. Nada é difícil demais para a graça divina: ninguém é tão indigno que Deus não possa derramar a sua imensa graça sobre ele.[215]

É claro que isso não significa “universalismo”, que especula que todos serão salvos no fim, mas, sim, que tudo será conforme Deus planejara (ver 3.10,11). Por outro lado, Paulo declara que o anúncio dessas dádivas recai sobre a responsabilidade da Igreja para que “a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos céus” (3.10). Isso indica que a própria Igreja é a principal agência divina de divulgação desse “mistério”, cujo propósito é unir todos os homens, por meio de Cristo, em um só povo, além de servir de testemunho até mesmo para os poderes espirituais.

III. O MISTÉRIO PREESTABELECIDO POR DEUS

1. As riquezas incompreensíveis de Cristo

O mistério agora revelado e anunciado é considerado pelo apóstolo como “riquezas incompreensíveis de Cristo” (3.8). A expressão refere-se às maravilhas, misericórdia, amor, graça e providência divina, que estão além do entendimento humano (ver 1.7). Paulo enfatiza que as riquezas do evangelho e da salvação de judeus e gentios são riquezas que inexplicavelmente nos são concedidas por meio de Cristo.

Nossa atenção é chamada para o fato de que essas riquezas não são apenas o evangelho, nem somente a doutrina, mas o próprio Cristo (ver Mt 13.44).[216] Matthew Henry considera que “essas são riquezas insondáveis, que a sagacidade humana jamais poderia descobrir e as pessoas não conseguiriam obter de outra forma se não fosse por revelação”.[217] São riquezas que não se podem rastrear ou investigar, pois são recursos ilimitados da graça de Deus em Cristo Jesus.[218]

Para o apóstolo dos gentios, compartilhar com os povos essas boas novas era algo imensurável (3.18-19). A mensagem da qual fora incumbido consistia em ministrar a todos a perfeição e a

preciosidade do mistério que estivera oculto (3.7-9). Ao referir-se à honra da comissão divinamente recebida, Paulo ressalta que foi "feito ministro, pelo dom da graça de Deus" (3.7). Essa declaração reforça que o seu apostolado não era humano (3.1-3). Ele foi **feito** ministro e não se fez ministro. Ele não usurpou esse privilégio; foi dom da graça de Deus.

Humildemente, ele considerava-se "o mínimo de todos os santos" (3.8). Não se tratava de falsa modéstia, mas de um sentimento que o acompanhava após a conversão. Aos Coríntios, ele explicita que foi perseguidor da Igreja na sua vida pregressa e, por isso, não se sentia digno de ser chamado apóstolo (1 Co 15.9). Contudo, ao mesmo tempo, ele alegrava-se em proclamar que essas "riquezas" foram projetadas desde a eternidade, sendo livremente concedidas por meio de Cristo (Ef 1.4; 2.16). Essa mensagem abrange o beneplácito da vontade divina que articulou o plano (1.11), o conteúdo do plano com todas as suas bênçãos (2.1-6) e a pessoa de Cristo, que executou o plano preestabelecido por Deus (1.19-22).

2. O eterno propósito em Cristo

Paulo novamente reforça que lhe foi confiado a pregação do mistério, "que, desde os séculos, esteve oculto em Deus, que tudo criou" (3.9). Como já observado, "mistério oculto" significa que, desde o princípio dos tempos, o Criador manteve o seu propósito encoberto para ser plenamente revelado em tempo oportuno (1 Pe 1.20). Porém, agora no presente, a ênfase paulina aponta que já havia chegado o tempo de o mistério ser desvendado. As expressões "esteve oculto em Deus" (Ef 3.9) e "para que, agora, [...] seja conhecida" (3.10) indicam que Deus sempre esteve no controle da sua criação "segundo o eterno propósito que fez em Cristo Jesus, nosso Senhor" (3.11).

Paulo está falando do plano que abarca as eras. Deus está no controle e governa as eras em toda a sua continuidade e conteúdo.[219] O eterno propósito divino já tinha sido mencionado por Paulo em Efésios 1.11 nos seguintes termos: "[...] havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as

coisas, segundo o conselho da sua vontade". Essa declaração indica que os crentes (judeus e gentios) são herdeiros da mesma promessa em Cristo conforme o propósito divinamente estabelecido.[220]

Isso quer dizer que tanto o "plano da salvação", que abrange o "mistério da igreja", quanto a "revelação desse mistério" sempre estiveram de acordo com o desígnio divino para ser executado por intermédio de Cristo. O eterno propósito relaciona-se, entre outros aspectos, com a providência divina para com a humanidade.

Em outras palavras, Deus não deixou a humanidade exposta à própria sorte, mas providenciou um plano de redenção para os pecadores. Esse plano de salvação é direcionado a todo aquele que crê em Jesus Cristo (Jo 3.16). Deus é soberano e estabeleceu as condições para a salvação (Ef 2.8,9), e Ele planeja nossos dias antes mesmo que nasçamos (ver Sl 139.16). Ele, porém, faz tudo isso de tal maneira que, de algum modo, nos garante o livre-arbítrio, a capacidade de fazer escolhas, pelas quais somos responsáveis diante dEle (ver Is 66.3-4).

Desse modo, o eterno propósito disponibiliza a salvação para todos, uma vez que, concordes com nossa *Declaração de Fé*, o Senhor Deus não deseja a perdição de ninguém, mas "quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2.4).[221] Essa salvação, entretanto, aplica-se somente àquelas que creem: "Isto é, a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que creem" (Rm 3.22).

Certamente que o propósito divino de salvar o pecador inclui a regeneração, o livramento do poder da maldição do pecado e a restituição do homem à plena comunhão com Deus. No entanto, apesar de isso tudo estar presente na declaração paulina, é possível perceber a preocupação do apóstolo com a unidade (ver 3.6) e a comunhão da Igreja (ver 3.9) para que os crentes redimidos em Cristo cumpram o propósito para o qual foram chamados.

Em relação a essa questão, em textos correlatos, Paulo enfatiza a necessidade da comunhão e da unidade do corpo de Cristo. Aos Romanos, para citar ao menos uma referência, o apóstolo lembra

que, mesmo sendo diferentes uns dos outros, fazemos parte de um mesmo corpo e, portanto, devemos ter o mesmo sentimento de Cristo Jesus (Rm 12.4-21; 15.5). Na carta aos Efésios, ele exorta a "guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz" (Ef 4.3) e, em favor dessa causa, isto é, pela perfeita compreensão da vontade de Deus por parte dos seus leitores, Paulo propõe-se a interceder "de joelhos perante o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (3.14).

3. O plano divinamente preestabelecido

O plano divino de redenção da humanidade não surgiu quando Adão e Eva desobedeceram às ordenanças do Criador no Jardim do Éden (Gn 3.6-19). Deus não foi e nem nunca será apanhado de surpresa; Ele sempre esteve no controle e já tinha um plano de salvação preestabelecido (Ef 1.3-5). Deus é soberano e controla todas as eras, tempos e circunstâncias. Essa verdade ensina-nos que existe um propósito eterno em andamento por trás de todo evento da História.

Nessa perspectiva, cremos que o plano divino não foi o resultado de alguma pressão externa, mas foi ocasionado pelo "propósito gracioso" de Deus pelo muito que nos amou.[222] Tudo ocorreu conforme o beneplácito da sua soberana vontade (1.5,9).

Assim, no cumprimento desse eterno propósito, no tempo previamente determinado, o mistério da Igreja foi executado em Cristo, "no qual temos ousadia e acesso com confiança, pela nossa fé nele" (3.12). Significa que o acesso ao Deus-Pai estava fechado antes da vinda de Cristo; porém, agora pelo mistério da unidade revelado, temos livre acesso à presença do Pai (Hb 10.19-20), desfrutamos da "comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus Cristo, seu Filho, nos purifica de todo pecado" (1 Jo 1.7).

Desse modo, acerca do mistério da Igreja que esteve oculto nas gerações passadas, no tempo previamente estipulado, Deus revelou o seu eterno propósito aos apóstolos e aos profetas do Novo Testamento. Judeus e gentios estavam inseridos nesse mistério idealizado por Deus. Tal mistério agora revelado deve ser anunciado

pela própria Igreja conforme os desígnios divinamente preestabelecidos desde a eternidade. Aleluia!

---

202 RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 329.

203 JONES, D. M. Lloyd. **As Insondáveis Riquezas de Cristo**. São Paulo: Editora PES 1992, p. 25.

204³ ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.203.

205 REID, Daniel G (Org.). **Dicionário de Paulo e suas cartas**. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 841.

206 FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 79.

207 HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 636.

208⁷ HARRISON, Everett (ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010, p. 540.

209 HARRISON, 2010, p. 540.

210 REID, Daniel. **Dicionário de Paulo e suas cartas**. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 540.

211 HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento – Efésios e Filipenses**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 183.

212 RIBAS, D. (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 331.

213 HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 126.

214 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 21.

215 HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 587.

216 FOULKES, Francis. **Efésios: Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 81.

217 HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 587.

218 HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento – Efésios e Filipenses**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 187.

219 HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento – Efésios e Filipenses**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 192.

220 Quanto ao conceito de predestinação consultar o capítulo 3, “Eleição e Predestinação”, dessa obra.

221 SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 110.

222 HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 126.

CAPÍTULO 10

A INTERCESSÃO DE PAULO PELOS EFÉSIOS

"Por causa disso, me ponho de joelhos perante o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, do qual toda a família nos céus e na terra toma o nome"
(Ef 3.14-15).

Após revelar o mistério oculto e todas as dádivas nele contidas (Ef 3.1-13), Paulo sentiu a real necessidade de orar em favor da Igreja de Cristo (3.16-19). Na intercessão paulina, também aprendemos que Deus pode fazer tudo além do que pedimos ou pensamos, sendo Ele o único digno de ser glorificado (3.20,21). A oração do apóstolo inicia com a expressão "por causa disso" ou "por esta razão" (3.14a), expressão que aparece pela primeira vez em Efésios 3.1 e que volta a ser mencionada em referência às imensuráveis dádivas contidas na revelação do mistério oculto em que os gentios são alcançados pela misericórdia e graça divinas.

A invocação é dirigida "perante o Pai [...], do qual toda a família nos céus e na terra toma o nome" (3.14,15). A expressão "perante o Pai" representa o acesso direto a Deus por meio do sangue de Cristo e do Espírito Santo. Quanto à expressão "toda a família", Stott avalia que é melhor traduzir no sentido de "toda a família dos crentes", indicando tanto a Igreja militante na terra como a Igreja triunfante nos céus, as duas partes da única grande família de Deus.[223] Ao Pai dessa família (que é a Igreja), por meio das suas imensuráveis riquezas, Paulo pede aos crentes que sejam por Ele corroborados com o poder do Espírito e arraigados e fundados em amor.

I. CORROBORADOS COM O PODER DO ESPÍRITO

1. As riquezas da sua glória

Paulo apresenta a sua oração confiando “nas riquezas da glória [de Deus]” (3.16a). O apóstolo já tinha declarado que Deus é “o Pai da glória” (1.17), cheio de “abundantes e insondáveis riquezas” (2.7; 3.8). Isso significa que Deus é possuidor de todas as glórias e despenseiro de ricas e ilimitadas bênçãos. Nessa direção, também aponta Foulkes ao declarar que “Paulo não apenas ora para que Deus dê ‘dos tesouros de sua glória’, mas segundo tal riqueza (Fp 4.19). Ele dá sem limite porque Ele próprio é infinitamente maior do que a ‘medida da mente humana’, e as riquezas que Ele dá são de Sua própria natureza”.[224]

Na concepção da doutrina bíblica, Deus é pleno de glória (Rm 2.4; 9.23; 11.33; Fp 4.19; Cl 1.27; 2.2). Essa glória indica a sua grandeza e majestade e o seu glorioso e sobre-excelente poder. Ensina que Deus não é limitado, porquanto a sua fonte é a riqueza da sua glória. Paulo não tem dúvidas acerca dessa verdade. Pela revelação do Espírito, o apóstolo compreendeu que Deus tem recursos inesgotáveis e que Ele pode atender à sua oração.[225] Em razão disso, ele pede a Deus em oração que a Igreja seja fortalecida com poder, que permaneça habitada por Cristo, que compreenda o amor divino e que tenha pleno desenvolvimento espiritual (3.16-19).

2. Fortalecidos com poder

O primeiro pedido na intercessão paulina é para que a Igreja seja corroborada “com poder pelo seu Espírito no homem interior” (3.16b). Essa petição não quer dizer que a Igreja em Éfeso não tivesse o Espírito de Deus (ver 1.14). A oração é para que a Igreja fosse continuamente revigorada com poder para o seu fortalecimento diário (1 Co 16.13). A Palavra de Deus enfatiza que a única força que habilita o crente a manter-se firme advém do Espírito Santo (Jo 14.16-17). Esse poder atua no homem interior e capacita o crente a perseverar, a manter-se afastado do pecado e a compreender as coisas espirituais (1 Co 2.12-16). Esse

entendimento é unanimidade entre os intérpretes do Novo Testamento. O teólogo reformado Erasmus Sarcerius (1501–1559) afirma que:

> Esse fortalecimento poderoso, pelo qual permanecemos firmes na verdadeira doutrina e pelo qual podemos crescer e progredir em coisas espirituais, é obra do Espírito santo [...]. O Espírito Santo é o nosso fortalecedor, que nos torna mais firmes por meio do seu poder no ser interior e nos mantém na verdadeira doutrina [...]. Por causa dessas funções, as Escrituras dizem que o Espírito Santo é aquele que nos sela, é nosso penhor ou garantia.[226]

Corrobora com essa compreensão o teólogo católico Rinaldo Fabris (1936–2015), quando assegura que “só a ação do Espírito, dom da generosa potência salvífica de Deus (Pai), pode tornar os fiéis perseverantes e seguros em sua nova dimensão de vida; só a presença interior e estável de Jesus, fundada na adesão de fé, é condição para uma vida cristã madura”.[227] O teólogo pentecostal Elienai Cabral segue nessa mesma direção ao enfatizar que “o homem natural não tem poder para combater o pecado, porque o pecado reside no seu interior. Somente pela sua transformação através da obra regeneradora do Espírito Santo é que ele se torna homem espiritual”.[228]

O apóstolo trata desse assunto, dentre outros temas, nas suas Epístolas aos Romanos, aos Coríntios e aos Gálatas. Aos Romanos, por exemplo, ele discorre acerca das duas naturezas presentes no homem: (1) a carnal (o homem exterior) e (2) a espiritual (o homem interior): “segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus. Mas vejo nos meus membros outra lei que [...] me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros” (Rm 7.22,23). Isso indica que, enquanto estivermos nessa terra e em nossos corpos humanos, enfrentaremos esse conflito com a carne e o pecado.[229]

Aos Coríntios, ele enfatiza o indispensável e constante processo de renovação do homem interior por meio do poder de Deus: “Por

isso, não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia" (2 Co 4.16). Isso significa que, embora estejamos suscetíveis às fraquezas e aos sofrimentos de nossa carne, o Espírito de Deus operando em nós capacita o cristão a prosseguir e a não desfalecer. Mesmo as melhores pessoas precisam de renovação contínua do homem interior dia a dia.[230]

Ambos os textos (Rm 7.22,23 e 2 Co 4.16) evidenciam a contumaz batalha travada entre a carne e o Espírito, anotada por Paulo na sua carta aos Gálatas (Gl 5.17). Ciente da realidade humana concernente à fraqueza da carne e da sua inclinação para o mal (Rm 8.7), Paulo exorta aos irmãos na Galácia e a todos nós: "[...] Andai em Espírito e não cumprireis a concupiscência da carne" (Gl 5.16). Em outras palavras, ratifica-se aqui o ensino de que só é possível vencer o pecado e perseverar em santidade pelo poder do Espírito Santo, sendo esse o sentido da intercessão de Paulo junto ao Pai em favor dos efésios: "Para que, segundo as riquezas da sua glória, vos conceda que sejais corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior" (Ef 3.16b).

3. Habitados por Cristo

Paulo também orou para que Cristo habitasse pela fé no coração dos santos (ver 3.17a). Novamente, o pedido não significa dizer que Cristo não estivesse presente na Igreja em Éfeso. Tanto a habitação de Cristo no coração quanto o poder do Espírito Santo são experiências similares (2.22). O *Comentário Beacon* assevera que "o fortalecimento pelo Espírito e a habitação de Cristo no coração não são experiências totalmente diferentes. É mais do que óbvio que desfrutar a presença do Espírito equivale a desfrutar a presença de Cristo".[231]

O *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* complementa esse argumento ao destacar que Cristo encontra habitação duradoura no coração dos crentes. Na Bíblia Sagrada, o termo "coração" sempre se refere ao centro das emoções e da vontade de uma pessoa. Cristo fixa residência permanente,

mudando o “coração” e, consequentemente, as suas palavras e pensamentos.[232] Hendriksen valida essa percepção e confirma que o “coração é a fonte central das disposições, tanto quanto dos sentimentos e dos pensamentos (Mt 5.19; 22.37; Fp 1.7; 1 Tm 1.5). É do coração que flui a vida (Pv 4.23).[233] Nesse sentido, “coração” é o equivalente à expressão “homem interior”, que figura no versículo anterior. O termo “coração” aponta para o íntimo do homem, onde Deus passa a fazer morada, por tornar-se templo do Espírito Santo (1 Co 3.16).

No versículo em questão, o verbo grego traduzido por habitação é *katoikein*, que significa “habitação permanente”, em oposição à “habitação temporária”. Segundo Handley Moule, citado por Stott, “a palavra expressamente denota a residência em contraste com o alojamento, a habitação do dono da casa no seu próprio lar em contraste com o viajante que sai do caminho para pernoitar em algum lugar, e que no dia seguinte já terá ido embora”.[234] Essa informação sinaliza que a oração apostólica era para que Cristo habitasse continuamente na vida da Igreja. E o ensino novamente deixa claro que a igreja não pode subsistir às forças do mal sem Cristo (Mt 16.18).

II. ARRAIGADOS E FUNDADOS EM AMOR

1. Amor: a virtude cristã

Todas as características divinas são manifestadas por meio dos atributos da sua natureza. Nas Escrituras, o amor é atributo divino: “Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor” (1 Jo 4.8). Foi por amor que Cristo entregou-se para o resgate da humanidade (Ef 5.2). Bergstén afirma que “a Bíblia não somente diz que Deus ama os homens, mas que Ele é amor [...]. Toda a trindade é uma expressão do amor divino. A Bíblia fala de Jesus, o Filho de Deus, do seu amor que excede todo o entendimento (Ef 3,.19). Fala também do amor do Espírito Santo (Rm 15.30)”.[235]

Nas cartas paulinas, a palavra “amor” figura com proeminência. Nos seus escritos, por exemplo, o termo grego *agapê* (amor)

aparece 75 vezes, a expressão *agapaõ* (demonstrar amor) ocorre 34 vezes, e *agapêtos* (alguém que é amado) é utilizado 27 vezes. O entendimento paulino do evangelho está centrado no amor de Deus manifestado em Cristo.

O Senhor Jesus ensinou que o amor é o resumo da Lei e dos profetas (Mt 22.34-40). Antes de ser preso por ocasião da Páscoa, Ele disse que o amor seria o sinal dos seus discípulos (Jo 13.35). O apóstolo João destaca que o amor é a prova de filiação com Deus (1 Jo 4.7) e que deve ser expresso por meio de atitudes (1 Jo 3.17). O amor, portanto, é a maior de todas as virtudes e o princípio que norteia o fruto do Espírito (1 Co 13.13). Ciente dessa relevância, o apóstolo implora a Deus para que o viver da Igreja seja arraigado e alicerçado em amor.

2. Arraigados e fundados em amor

Após rogar ao Pai pelo poder do Espírito e a habitação de Cristo, o apóstolo clama para que a Igreja possa também compreender e viver na prática do amor (Ef 3.16,17). A expressão “arraigados e fundados em amor” (3.17b) compara os santos a uma árvore bem enraizada e a uma casa bem alicerçada. Essas duas imagens são inspiradas no mundo das plantas e na arte da construção, sendo bem conhecidas da tradição bíblica e judaica para descrever a experiência espiritual (Jr 1.10; 18.9; 31.28).[236]

Ambas as metáforas enfatizam a profundidade e a maturidade em contraponto à superficialidade e à imaturidade espiritual. O *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento* ratifica o conceito que a expressão “estar arraigado em amor” sinaliza raízes que se aprofundam no solo, e “estar fundado” em amor assemelha-se a um edifício com poderosos alicerces estabelecidos sobre sólidas rochas.[237]

Nesse sentido, essas declarações indicam que a vida cristã não tem sustentação alguma sem o amor, que é a essência do cristianismo (1 Co 13.1-3). Por causa disso, o apóstolo insiste pela total compreensão de “qual seja a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade” do amor divino (Ef 3.18b). Stott avalia que

esses termos não são apenas retóricos, mas a constatação de que "o amor de Cristo é suficientemente *largo* para abranger a humanidade toda, suficientemente *comprido* para durar por toda a eternidade, suficientemente *profundo* para alcançar o pecador mais degradado e suficientemente *alto* para levá-lo ao céu".[238]

Sem dúvidas, o uso dessas expressões aponta para a vastidão do amor de Cristo, "que excede todo o entendimento" (3.19a). Foulkes assinala que esse amor é infinitamente maior do que o homem é capaz de compreender ou imaginar de modo cabal, sendo também muito mais do que qualquer objeto de conhecimento; é superior ao conhecimento (1 Co 8.1), mesmo ao conhecimento espiritual (1 Co 13.2).[239] Essa concepção paulina indica que a lógica humana não pode mensurar o amor de Deus.

3. A intensidade do amor de Cristo

Consciente de que somente o Espírito pode fazer entender e experimentar a grandeza do amor de Deus, Paulo persevera em pedir aos crentes para que conheçam a intensidade do amor de Cristo (Ef 3.18,19a). As expressões "[...] a fim de [...] poderdes perfeitamente compreender" (3.18a) e "conhecer o amor de Cristo" (3.19a) sugerem a dificuldade de conhecer as coisas profundas de Deus por nossas faculdades meramente humanas.[240] Necessitamos, portanto, da ação do Espírito Santo para a perfeita compreensão e verdadeiro conhecimento.

O apóstolo sabe que o esforço humano não pode atingir essa meta; por isso, ele acrescenta na oração para que os crentes sejam "cheios de toda a plenitude de Deus" (3.19c). Aqui, Moody chama atenção para o fato de que Paulo não está pedindo que a "vida dos leitores seja divinizada; eles não serão cheios da plenitude da qual Deus está cheio como Ser infinito. O desejo do apóstolo é que eles desfrutem a plenitude da graça que Deus comunica aos homens por seu Filho".[241]

Esse desejo é enfatizado no capítulo 5 de Efésios. Paulo exorta os crentes a serem "imitadores de Deus, como filhos amados" (5.1) e, para tanto, conclama a todo cristão a andar em amor: "[...] como

também Cristo vos amou e se entregou a si mesmo por nós, em oferta e sacrifício a Deus, em cheiro suave" (5.2). Desse modo, a ênfase recai na necessidade de o cristão identificar-se com Cristo, entender a intensidade do amor e seguir os passos do Mestre. Assim como somos amados por Cristo, também devemos amar uns aos outros (1 Jo 4.10-11).

III. A BÊNÇÃO DE DEUS EXCEDE O PENSAMENTO HUMANO

1. A dimensão das bênçãos divinas

O apóstolo termina a sua oração com uma doxologia (Ef 3.20,21). Aprendemos nas Escrituras que é apropriado concluir nossas orações com louvores. Cristo ensinou-nos a encerrar nossas petições reconhecendo que "o Reino, e o poder, e a glória" pertencem a Deus para todo o sempre (Mt 6.13). Na sua petição pelos efésios, Paulo lembra que a magnitude do poder de Deus é capaz de fazer "muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera" (Ef 3.20).

As palavras do apóstolo indicam que aquilo que Deus pode fazer ultrapassa em demasiado nossos melhores anseios e desejos. Mathew Henry afirma que "existe uma plenitude inesgotável de graça e misericórdia em Deus que as orações de todos os santos nunca podem esgotar".[242] Isso quer dizer que a mente humana é incapaz de alcançar a dimensão das bênçãos divinas que Deus tem para oferecer e que estão disponíveis para os fiéis.

O *Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* conjectura que nossos pensamentos incluem mais do que ousamos pedir em nossas orações. Assim, pelo seu muito amor, e pela grandeza do seu poder, e por meio do seu Espírito, Deus atende-nos até mesmo nos sonhos não mencionados ou naquilo que não nos consideramos dignos de ser atendidos:

> Ele responde até mesmo as orações não pronunciadas. Deus pode agir além da nossa capacidade de pedir ou mesmo

> imaginar [...]. Deus está muito acima e além das nossas mentes finitas. Deus é capaz porque é Todo-poderoso. A incomensurável profundidade do amor de Cristo é acrescentada a extraordinária abundância do seu poder. Os crentes podem reivindicar o grande amor de Cristo (3.19) e saber que o seu poder está operando dentro de nós através do Espírito Santo.[243]

O *Comentário Bíblico Beacon* avalia que Paulo não pediu coisas pequenas na sua oração. O apóstolo apresentou a Deus, dentre outras petições, que os crentes fossem iluminados, fortalecidos de poder, que vivessem em amor e fossem cheios do Espírito Santo até a plenitude. Ao concluir a sua oração, o apóstolo não estava constrangido pelas suas altas aspirações; ao contrário, ele estava convicto de que os seus pedidos jamais poderiam esgotar os recursos divinos.[244]

Escrevendo aos Coríntios, Paulo corrobora com esse ensino ao declarar que as coisas que sequer "subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam" (1 Co 2.9). Essa instrução ratifica que os pensamentos do Senhor são muito mais altos do que os nossos (ver Is 55.9). Desse modo, o poder divino que age na vida do crente e as bênçãos disponíveis são impossíveis de dimensionar.

O ensino bíblico declara que a sobre-excelente grandeza do poder de nosso Deus é capaz de responder para além das mais audaciosas orações (ver 1 Rs 3.5-14). No entanto, a respeito do poder da oração e da sua eficácia, Wayne Grudem faz uma séria advertência à Igreja hodierna: "Se estivéssemos realmente convencidos de que a oração muda o modo como Deus age e de que Deus de fato causa notáveis mudanças no mundo em resposta à oração como as Escrituras repetidamente ensinam, então oraríamos muito mais do que fazemos hoje".[245]

2. O convite para adoração

Paulo encerra esse capítulo com o convite de adoração a Deus, cuja glória é devida "na igreja, por Jesus Cristo, em todas as

gerações” (Ef 3.21). A conclusão paulina não poderia ter sido diferente. Nos versículos anteriores, ele discorreu acerca da boa nova do mistério revelado (3.3-5), das muitíssimas riquezas de Cristo conferidas à Igreja (3.8,9), da grandeza do poder de Deus (3.16) e da infinitude do amor e de todas as bênçãos divinas que excedem a compreensão humana (3,19,20). Mercê dessas e das demais bênçãos, a única coisa a ser acrescentada era o louvor ao Senhor Deus, detentor de tamanhas dádivas.

Esse quesito da adoração, além da oração, é outro aspecto que precisa ser restaurado em algumas “pseudoigrejas” de nosso tempo. Em diversos lugares, são comuns os cultos de oração, cultos de vigílias e as “campanhas de oração”, onde inúmeras e variadas petições são apresentadas diante do trono de Deus. Entretanto, são raros os cultos de ações de graça e adoração para render louvores pelas dádivas alcançadas. É imprescindível, portanto, abordar o assunto da adoração e dar-lhe a atenção necessária.

Adoração pode ser definida como a atividade de glorificar a Deus na sua presença com nossa voz, nosso coração e nossas atitudes. O chamado do evangelho é um chamado à adoração; os salvos devem glorificar o nome do Senhor por terem suas vidas transformadas pelo Espírito Santo.

3. A glória devida a Deus

Paulo prossegue a ensinar aos Efésios que Deus deve ser glorificado “na igreja, por Jesus Cristo” (Ef 3.21). Isso quer dizer que os atos de louvar e glorificar a Deus fazem parte dos propósitos da instituição da Igreja (ver 1.6,12,14). A Igreja nunca terá glória em si mesma; toda a glória é exclusivamente tributada para Deus por intermédio da obra de Cristo (Sl 115.1, Jo 13.31-32). Wolfgang Musculus, no seu *Comentário aos Efésios*, assegura que Deus deve ser glorificado onde quer que a Igreja esteja estabelecida:

> “Na igreja”, diz Paulo. Porque não em toda parte, no céu e na terra? Os anjos não cantaram “glória a Deus nas maiores alturas”? Porque ele diz “na igreja”? Minha resposta é que, como tinha acabado de falar sobre o mistério de Cristo, que

> começou a ser revelado na igreja, ele elogiou essas coisas e ressaltou o que Deus estava fazendo nos seus eleitos e nas pessoas fiéis pela pregação do evangelho. Ele estava certo em nos lembrar de que Deus deve ser glorificado em primeiro lugar na igreja, para que seja glorificado em toda parte. A terra está cheia da majestade de Deus, mas como as inesgotáveis riquezas e graças de Deus foram derramadas sobre os [...] fiéis na igreja, é apropriado que Ele seja glorificado na igreja com zelo particular.[246]

Essa também é a percepção anotada por Matthew Henry ao argumentar que, na Igreja, “cada membro em particular, judeu ou gentio, coopera nessa obra de louvar a Deus. O mediador desses louvores é Jesus Cristo. Todos os dons de Deus vêm por meio da mão de Cristo; e todos os nossos louvores passam de nós para Deus por meio da mesma mão”.[247] Nesse aspecto, o *Comentário Bíblico Beacon* lembra que a Igreja é o campo onde se exterioriza o plano de Deus aqui na terra (Ef 3.10), que a glória ocorre por meio de Cristo, pois foi Ele quem trouxe a Igreja à existência por meio do sacrifício e ressurreição dos mortos.[248]

Por fim, o apóstolo anela que essa postura de adoração e exaltação a Cristo perdure “por todas as gerações” e enfatiza o seu pedido com a expressão“para todo o sempre”. Moody, ao comentar essas expressões, enfatiza que “a glória de Deus está sendo manifesta por toda a eternidade no corpo que Ele redimiu [...]. Literalmente, por todas as gerações, pelo século dos séculos. Uma expressão muito forte para a eternidade”.[249] Isso significa que o louvor e a adoração devem ser praticados por todos os crentes de ontem, de hoje, de amanhã e depois de amanhã, e continuamente por toda a eternidade!

223[1] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 95.

224 STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 95.

225[3] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 85.

[226] BRAY, G. (Org.) **Comentário Bíblico da Reforma – Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 342.

[227] FABRIS, Rinaldo. **As Cartas de Paulo (III)**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 171.

[228] CABRAL, Elienai. **Comentário Bíblico – Efésios**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, 3ª ed. p. 64.

[229] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 52.

[230] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 522.

[231] HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 152.

[232] RIBAS, D. (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 332.

[233] HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 204.

[234] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 97.

[235] BERGSTÉN, Eurico. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 2014, p. 39.

[236] FABRIS, Rinaldo. **As Cartas de Paulo (III)**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 171.

[237] ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.232.

[238] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 98.

[239] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 88.

[240] HARRISON, Eveett (Ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010, p. 152.

[241] HARRISON, 2010, p. 153.

[242] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 589.

[243] RIBAS, D. (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 333.

[244] HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 153, 154.

[245] GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo; Vida Nova, 1999, p. 306.

[246] BRAY, G. (Org.) **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 348.

[247] HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 589.

[248] HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 333.

[249] HARRISON, Eveett (Ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010, p. 542.

CAPÍTULO 11

ATRIBUTOS DA UNIDADE DA FÉ: HUMILDADE, MANSIDÃO, LONGANIMIDADE

"Rogo-vos, pois, eu, o preso do Senhor, que andeis como é digno da vocação com que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor"
(Ef 4.1-2)

Nessa seção de Efésios 4.1-6, Paulo apresenta relevantes aspectos doutrinários ligados à unidade da Igreja. Como visto no capítulo anterior, o apóstolo intercedeu em favor da Igreja e estimulou os eleitos a viverem para a glória de Deus (3.16-21). Após essa assertiva, Paulo enfatiza que os cristãos serão capazes de glorificar a Deus quando entenderem o propósito da unidade divina e vivenciarem-na (4.1-16).

A responsabilidade individual requer do cristão um relacionamento adequado com os membros do corpo de Cristo (4.2), e a responsabilidade coletiva inclui o compromisso de preservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz (4.3). O *Comentário Bíblico Beacon* assinala que "a tarefa da igreja é ser a unidade e, para cumprir sua missão no mundo, a igreja tem de exemplificar, pela união entre os seus membros, o poder e a glória da graça de Deus".[250]

Isso denota que, quando a Igreja testemunha de Cristo por meio da unidade, pessoas são atraídas e experimentam transformação pelo poder divino. Por conseguinte, o corpo de Cristo deve viver em unidade, tendo em vista glorificar a Deus e servir de bom

testemunho à sociedade. Para tanto, o apóstolo exorta à unidade e a um andar digno para o cumprimento dos excelsos propósitos divinos para com os crentes salvos.

Nessa perspectiva, estudaremos no capítulo em apreço o conceito bíblico da verdadeira comunhão e as qualidades fundamentais que os crentes devem evidenciar diariamente para manter o bom relacionamento e a unidade no corpo de Cristo.[251] Essas qualidades são virtudes concedidas pelo Espírito Santo e relacionadas por Paulo como humildade, mansidão e longanimidade (4.2).

I. A HUMILDADE E A COMUNHÃO COLETIVA

1. A maneira digna do viver cristão

O código de ética de todos os cristãos é a Bíblia Sagrada. A constatação se um crente é um cristão moral ou imoral vai depender da sua conduta em cumprir os preceitos éticos das Sagradas Escrituras. Nesse aspecto, essa seção da Epístola aos Efésios apresenta uma orientação paulina acerca da conduta geral dos crentes. Paulo, mesmo encarcerado e impossibilitado de viajar, faz um apelo, por intermédio dessa epístola, para que os crentes "[andem] como é digno da vocação" (4.1). É importante destacar que o termo "andar" é usado de modo metafórico.

Nesse sentido, salienta-se que o termo *peripateo* (andeis) é um verbo que está conjugado no modo infinitivo, no tempo aoristo e na voz ativa.[252] Isso significa que a ação de "andar" redigida por Paulo não é uma ação temporária, mas, sim, um comportamento que outrora iniciou e que deve ser persistido constantemente, ou seja, o cristão deve **viver** de maneira digna da vocação (NAA) ou **se comportar** dignamente (Bíblia Pastoral — Paulus).

O *Comentário Bíblico do Novo Testamento – Aplicação Pessoal* frisa que ser digno significa estar em equilíbrio, como uma balança. Desse modo, "os crentes devem viver em equilíbrio com o seu chamado. O modo como agem deve estar de acordo com aquilo que crêem".[253]

Essa conduta, que deve ser diária e constante, tem significado de suma importância no aspecto de como deve o cristão corresponder à chamada recebida para ser membro do corpo de Cristo e evidenciar as seguintes virtudes:

> A mansidão é a virtude cristã pela qual vivemos tranquila e pacificamente com nosso próximo, sem ficar irados com ele e sem o tratar asperamente por causa de sua falta de habilidade, sua baixa condição social ou sua fraqueza [...]. Isso é o que é a mansidão, tanto na nossa mente quanto no nosso comportamento. Devemos ser mansos com os outros em todo o tempo e em todas as circunstâncias, não apenas ocasionalmente ou em uma coisa, ou outra, como nos convier. A paciência que devemos ter uns com os outros em amor é o mesmo que perdão e compreensão mútuos. É o oposto exato de guardar rancor e não mostrar simpatia pelos outros. Na igreja, esse tipo de paciência preserva a unidade da doutrina e a paz.[254]

Para isso, o apóstolo apresenta instruções práticas de como Deus deve ser glorificado pela Igreja. O andar do cristão está diretamente relacionado com o seu nível de comunhão com Deus e com os irmãos. Assim, para manter e desenvolver essa comunhão, Paulo enfatiza três virtudes essenciais e interligadas: a humildade, a mansidão e a longanimidade (4.2).

2. A virtude da humildade

Após o apóstolo orientar que os cristãos devem viver de modo digno com a vocação recebida, ele enumera, divinamente inspirado, as já citadas três virtudes essenciais da chamada cristã para que os salvos possam viver a unidade da fé. Ele inicia com uma dádiva que está conectada e interligada com a mansidão e a longanimidade, a saber, *a humildade* (4.2). Esta é a única dessas três virtudes que não aparece de modo explícito na lista do Fruto do Espírito (Gl 5.22-23), e isso porque a humildade está intrinsecamente associada à verdadeira mansidão (Mt 11.29; Cl 3.12).

Destaca-se, também, que os povos pagãos e as religiões antigas entendiam que a prática da humildade era uma atitude negativa, de fraqueza de caráter e de falta de amor próprio. Assim, quando Paulo redige essa epístola e convoca os cristãos a viver e a andar com "toda a humildade", o apóstolo entra na contramão da cultura e da religiosidade da época. Os contemporâneos de Paulo confundiam a humildade como gesto de inferioridade. O *Dicionário Bíblico Wycliffe* clarifica que esses dois conceitos não se coadunam e realça que a humildade é uma graça divina desenvolvida no cristão pelo Espírito de Deus.[255]

Sublinha-se, nesse sentido, que o maior exemplo de humildade foi demonstrado por Cristo Jesus, pois Ele "não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo" (Fp 2.5-8). Hendriksen avalia que, "quando Ele [Cristo] renunciou sua existência numa forma de igualdade a Deus, naquele fato ele assumiu tudo quanto era contrário a ela, ou seja, sua natureza humana. Assim, pois, ele se esvaziou ao tomar a forma de um servo".[256]

Outro grande exemplo de humildade demonstrado por Cristo ocorreu por ocasião da Páscoa antes da sua crucificação. Ele tomou a posição de servo e lavou os pés dos apóstolos (Jo 13.13-15). Cristo não realizou tal prática para demonstrar qualquer espírito de autocomiseração — assim como faziam os fariseus. Ao contrário disso, o Salvador, que reina desde o princípio e que reinará para sempre, ensinou-nos de forma prática que, para haver unidade no Corpo de Cristo, é necessário ter humildade. Nosso Mestre não ensinava apenas no campo das ideias, ou seja, teoricamente, mas o verdadeiro Rabi instruía o povo e os seus discípulos com ousadia e exemplo. O teólogo F. F. Bruce (1910–1990), comentando esse versículo, enfatiza que Jesus transmitia no seu ensino "tanto por preceito quanto por prática".[257]

Nesse sentido, o intuito de Paulo é o de asseverar e exortar aos seus leitores que a conduta humilde de alguém não é aquela hipócrita movida pela aparência e atrelada ao falso discurso (ver Is 32.6; Mt 23.27-28); antes, refere-se às ações daquele que não é

contencioso e que reconhece a importância e o valor do outro (Fp 2.3).

3. A verdadeira humildade

Como mencionado no tópico anterior, Cristo ao lavar os pés dos seus discípulos demonstrou um grande exemplo de humildade. O costume de lavar os pés dos convidados era uma conduta comum na cultura judaica, no entanto, quem realizava tal prática era os escravos, jamais o anfitrião. Assim, a atitude tomada por Cristo demonstra que a pessoa verdadeiramente humilde comporta-se com modéstia em oposição ao orgulho, a soberba e a arrogância (2 Co 12.20).

Em outras palavras, a humildade refere-se a uma postura despretensiosa, modesta e isenta de vaidade, que favorece o bem da coletividade, e não o egoísmo (Jo 17.21-23). Ser humilde também significa ser autêntico, isto é, reconhecer as suas fraquezas e limitações e ser honesto consigo mesmo e com os outros. Porém, é preciso estar alerta quanto à falsa humildade, que é o comportamento dissimulado por alguns e que é confundida por outros como baixa autoestima, timidez, complexo de inferioridade ou autocomiseração. A verdadeira humildade coopera para a harmonia nos relacionamentos sociais e promove a comunhão e a unidade no corpo de Cristo (1 Co 12.25).

Essa e as demais virtudes são produzidas somente pelo Espírito de Deus, que habita no crente (Ef 3.16). Ninguém consegue desenvolver tal conduta se não for transformado pelo Espírito Santo (Gl 5.16). Isso quer dizer que uma pessoa que não foi justificada, regenerada e santificada não poderá ser verdadeiramente humilde. Ressalta-se que, no versículo em estudo, cada virtude mencionada pelo apóstolo é precedida pela palavra “toda”: “Com toda a humildade e mansidão, com longanimidade” (Ef 4.2); isso indica que a conduta cristã deve ser em grau elevado, e não superficial.

II. MANSIDÃO E CONCILIAÇÃO

1. Mansidão, fruto do Espírito

Paulo faz uso do termo grego *prautetos* para enfatizar que os irmãos necessitam comportar-se com mansidão para viverem de modo digno. Ressalta-se que esse é o mesmo cognato utilizado pelo apóstolo ao listar as virtudes do Fruto do Espírito no seu primeiro escrito, a Epístola aos Gálatas (5.22-23). No texto grego, em ambas as passagens, os vocábulos são substantivos femininos no singular. A única diferença é que, em Gálatas, o substantivo é nominativo (sujeito do verbo — característica do Fruto do Espírito); e em Efésios, o substantivo está no genitivo (no sentido possessivo).[258]

Desse modo, acentua-se que a palavra "mansidão" transmite o conceito de "ternura", "gentileza", "cortesia" e "paciência" (1 Co 4.21; 2 Co 10.1; 2 Tm 2.25). O *Dicionário Vine* assevera que a mansidão não consiste apenas no "comportamento exterior da pessoa [com o próximo]", porque "é uma graça da alma; e cujos exercícios são primeira e primariamente com Deus" e ainda está relacionado com a virtude anteriormente explicitada pelo apóstolo dos gentios, a humildade.[259]

Nesse sentido, é importante frisar que o teólogo pentecostal David Lim arrazoa que possuir mansidão é ter o "espírito disciplinado" e "saber que Deus está cuidando de tudo, e por isso não toma a vingança nas próprias mãos (Rm 12.17-21; Ef 4.26)".[260] Refere-se a uma qualidade de equilíbrio que leva em consideração o bem-estar do outro e, portanto, não reage com impaciência ou de forma iracunda. Denota maturidade espiritual e plena confiança na soberania divina.

Sublinha-se também que, para Antonio Gilberto, o aspecto da mansidão, como uma virtude do Fruto do Espírito Santo, "talvez" seja a característica mais complicada de explicar da lista de Gálatas 5.22-23, porque a mansidão está intrinsecamente guardada no caráter pessoal, e, assim, somente o Senhor Deus Onisciente e a própria pessoa sabem realmente "quem são os mansos de coração".[261]

Em síntese, a mansidão é a ação que deriva da humildade. Um dos "Pais da Igreja", João Crisóstomo (347–407), ensinou que pode

acontecer de alguém ser, em certo sentido, humilde e, apesar disso, severo e iracundo. Todavia, essa aparente humildade não é proveitosa, pois, ao ser dominado pela ira, tal pessoa irá perder tudo.[262] Por conseguinte, o termo bíblico indica moderação nas ações, bom trato para com o seu semelhante e ausência de precipitação. Isso retrata o caráter de Cristo, pois o Senhor mesmo disse: “[...] aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração” (Mt 11.29).

2. A verdadeira mansidão

Como já observado, as pessoas com a virtude da mansidão têm o espírito disciplinado e a capacidade de perseverar na perseguição (Rm 12.12-14). Elas não revidam os maus-tratos sofridos e não se apressam em emitir juízo (Rm 12.17-19); também não cedem às provocações e nem dão espaço para ressentimentos (Hb 12.15). A sua postura evita constrangimentos desnecessários e ameniza os conflitos, contribuindo, assim, para a harmonia e a unidade no corpo de Cristo.

Ratifica-se, ainda, que a verdadeira mansidão está intrinsecamente interligada à humildade. Uma pessoa que é mansa também é humilde. Não obstante, assim como entre os pagãos da antiguidade, hodiernamente em determinados círculos, os que evidenciam essa virtude são classificados pejorativamente como “fracos”, “medrosos”, “inseguros”, “covardes”, “servis” e outros termos igualmente depreciativos. Contudo, mesmo diante de toda essa hostilidade, as Escrituras exortam o cristão a andar com “toda a mansidão” (Ef 4.1-2).

Assim, ser manso não significa ser fraco ou inferior, ou mesmo adquirir conduta de autodepreciação; pelo contrário, indica o perfeito controle das emoções e sentimentos (Rm 6.22; Gl 2.20). A virtude da mansidão trata da submissão do homem para com Deus e à sua Palavra (Tg 1.21). Trata-se da presença do Espírito Santo propiciando suavidade, bom trato com o próximo e domínio próprio (Rm 8.10).

3. O exemplo de Cristo e Moisés

As Sagradas Escrituras registram variados exemplos de pessoas com a virtude da mansidão. A própria Palavra, no entanto, arrazoa a respeito de dois exemplos dignos de reprodução e prática de fé, os quais são: o legislador Moisés, que “era um homem muito manso, mais do que qualquer outro sobre a terra” (Nm 12.3 – NAA), e do próprio Cristo: “Eis que o teu Rei aí te vem, manso, e assentado sobre uma jumenta” (Mt 21.5).

A reputação da mansidão de Moisés deu-se em virtude do legislador, entre outros aspectos, não revidar e nem guardar rancor quando foi atacado pessoalmente (Nm 12.1-2). Arão e Miriã, irmãos dele, murmuraram e discordaram de uma escolha que Moises fizera. Ele decidiu casar-se com a “mulher cuxita”, e a rebeldia, críticas, inveja e a competição afloraram na vida dos seus entes queridos. Não obstante, Moisés manteve a serenidade, permaneceu centrado, não revidou o ultraje e aguardou o agir de Deus com paciência. Por fim, requereu misericórdia a Deus pela vida dos seus acusadores (Nm 12.11-16).[263]

O outro exemplo de mansidão como virtude foi demonstrado pelo próprio Deus encarnado em forma humana. Jesus Cristo sofrera diversas calúnias, difamações e ameaças no seu ministério terreno; contudo, sempre manteve o seu infinito poder sobre controle enquanto era constante e injustamente atacado e perseguido. Ressalta-se que, dentre tantos exemplos de mansidão, em certa ocasião, o Messias passava por uma plantação em dia de sábado, e os seus discípulos, que estavam com fome, começaram a colher espigas e a comer (Mt 12.1). Os fariseus, baseados na interpretação que faziam da Lei, imediatamente o acusaram de profanar o dia do sábado e, por isso, hostilizaram a Jesus (Dt 23.25; Lv 23.14; Mt 12.2). A reação de Jesus não foi a de revidar o ataque, mas de mansamente lhes explicar as Escrituras (Mt 12.3-8)

Não bastasse essa controvérsia da colheita em dia de sábado, nesse mesmo dia, Jesus entrou na sinagoga dos judeus e curou um homem que tinha a mão atrofiada (Mt 12.10-13). Diante disso, enfurecidos por aquilo que consideravam ser a violação ao dia de sábado, os fariseus conspiraram com os herodianos para matarem

Jesus (Mc 3.6). Todavia, Cristo, que é manso de coração e rico em sabedoria, não contra-atacou os seus adversários, mas preferiu retirar-se pacificamente da localidade acompanhado de parte dos seus discípulos (Mt 12.15). Quando, finalmente, por permissão divina, os seus algozes levaram-no à cruz, a postura de Jesus foi de benevolência para com eles: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23.34). E, como o cordeiro mudo, evidenciou mansidão e não abriu a sua boca (At 8.32).

4. O verdadeiro conciliador

Nesse aspecto, sublinha-se que todo aquele que possui a virtude bíblica da mansidão tem um comportamento de conciliação. Assim, o comportamento conciliador é a demonstração prática da conduta daquele que detém a mansidão. Isso se refere à postura comedida e equilibrada diante de circunstâncias adversas (1 Pe 2.23) e transmite a ideia de pacificação, um meio harmonioso de administrar os conflitos (2 Co 2.10).

Desse modo, o ideal cristão é que todos os membros de uma igreja desenvolvam a virtude da mansidão. Ao alcançar tal propósito, os conflitos desapareceriam entre o povo de Deus. Em lugar de sentimento faccioso, os crentes seriam mansos e conciliadores (1 Co 1.10). Anseia-se, portanto, que os eleitos em Cristo, ao invés de revidarem a ofensa recebida e em lugar de instigarem ou partirem para o confronto, passem a comportar-se com mansidão, buscando o espírito conciliador.

As Escrituras registram a conduta de Abigail, esposa de Nabal, como exemplo de espírito conciliador (1 Sm 25.1-35). O texto bíblico informa que, após a morte do profeta Samuel, quando Davi fugia da face de Saul, Nabal, que tinha as suas possessões no Carmelo e era muito rico, recusou-se em ajudar com gêneros o filho de Jessé (1 Sm 25.1-9). Nabal tratou asperamente os mensageiros de Davi e ainda desdenhou do futuro rei de Israel, considerando-o como homem sem origem, um mero escravo fugitivo (1 Sm 25.10-11).

Diante dessa insolência, Davi convocou 400 homens fortemente armados e marchou contra a propriedade de Nabal para vingar o

insulto (1 Sm 25.13). Entretanto, ao tomar conhecimento do ocorrido, Abigail antecipou-se e dirigiu-se ao encontro de Davi levando consigo todo o gênero que tinha sido negado pelo seu marido (1 Sm 25.18). Abigail rogou a Davi que não fizesse justiça com as próprias mãos, porque Deus haveria de julgar os seus inimigos (1 Sm 25.25-31). Assim, a fúria de Davi contra um desafeto foi anulada pela sabedoria e pela força de uma mulher de caráter pacificador (1 Sm 25.32-35).

Nessa narrativa, é possível perceber dois cenários distintos: De um lado, Davi, que cavalgava ávido de vingança em direção à propriedade de Nabal; e, de outro, Abigail, em sentido contrário, que estava montada no seu jumento buscando proteger a sua família por meio do espírito conciliador. Nesse mesmo sentido, Paulo escreve aos Efésios, arrazoando que os cristãos devem exercitar a virtude da mansidão com espírito conciliador, a fim de que a unidade da Igreja seja verdadeira conforme os desígnios divinos previamente estabelecidos (Ef 4.31-32).

III. A LONGANIMIDADE COMO INSTRUMENTO DE PERDÃO

1. Longanimidade, fruto do Espírito

O apóstolo dos gentios finaliza essa orientação listando a virtude da longanimidade. Essa virtude é também imprescritível para o crente salvo em Cristo Jesus. A palavra utilizada por Paulo é o termo grego *makrothumia*, que tem o significado de paciência, clemência, indulgência e resignação.[264] Esse termo é composto por duas locuções gregas, sendo a primeira *makro*, que significa “longo” ou “grande”, e a segunda *thumos*, que traduz a ideia de “temperamento” ou “paciência”.[265] Outrossim, o termo utilizado por Paulo nesse versículo é o mesmo utilizado na lista dos aspectos do Fruto do Espírito Santo (Gl 5.22).

O uso da expressão tem o mesmo sentido tanto nos escritos de Paulo quanto nos do apóstolo Pedro. Ambos os escritores empregam o termo “longanimidade” como sinônimo de “paciência”,

“tolerância” e “constância” (1 Pe 3.20; 2 Pe 3.9; Cl 3.12,13). Ratifica-se que a longanimidade é outro dos atributos divinos que deve ser desenvolvido no crente como fruto do Espírito Santo (Gl 5.22). No Antigo Testamento, essa palavra era muito usada para descrever a natureza de Deus. O Senhor é apresentado como “longânimo” e “tardio em irar-se” (Sl 86.15; Na 1.3). Em termos gerais, essa virtude significa tolerar pacientemente a má conduta dos outros (2 Co 6.3-6).

Isso quer dizer que uma pessoa longânime possui uma grande paciência. Uma pessoa assim é tolerante, clemente e transigente com os erros alheios, não significando, porém, que é conivente ou complacente com o pecado ou que é insensível diante das injustiças, mazelas e iniquidades do mundo perdido. Literalmente sinaliza um longo fôlego, ou seja, uma grande capacidade de resistência para suportar uma pressão continuada.[266] Nessa direção, a Bíblia Sagrada ensina-nos a sermos “pacientes na tribulação” (Rm 12.12). Portanto, suportar os erros dos outros e as adversidades da vida é o lado prático da paciência.

Dessa forma, longanimidade é a ação que deriva tanto da humildade como da mansidão. Outrossim, a longanimidade é essencial em todos os relacionamentos, inclusive nas relações domésticas. É necessária uma “longa paciência” para um bom trato com o próximo na vida em sociedade, com o irmão no contexto da Igreja e com os integrantes do grupo familiar. O exercício da paciência, contudo, requer a virtude do amor, que é o princípio basilar de todas as ações do crente salvo por Cristo (1 Co 13.1-7).

2. Suportando uns aos outros

Para melhor compreensão da importância desse aspecto para preservar a unidade, é preciso ter ciência de que nos deparamos com múltiplas situações de hostilidade durante nossa jornada cristã (At 14.22). E é principalmente nesses momentos conflituosos na Igreja que Paulo exorta-nos a “suportar uns aos outros em amor” (Ef 4.2b). A expressão indica que, infelizmente, teremos de enfrentar abusos cometidos em nosso meio por parte de nossos irmãos da fé.

Isso lembra que o outro, normalmente fonte de bênção e de alegria, pode-se tornar fonte de sofrimentos e frustrações na vida de alguém.[267] Essa fragilidade do outro, as provocações alheias e as atitudes carnais são comparadas a um “fardo” que deve ser suportado por meio da prática do amor.

Mercê dessa orientação bíblica para andar de modo digno da vocação (4.1), com toda a humildade, mansidão e longanimidade (4.2a), o apóstolo também nos expõe o modo de fazer isso, ou seja, “suportando-vos uns aos outros em amor” (4.2b). Por conseguinte, concordes com as palavras de João Crisóstomo, endossamos: “Se não suportas o próximo, como Deus te suportará? Se não toleras o companheiro de serviço, como o Senhor haverá de te tolerar? Mas onde há amor, tudo é suportável”.[268]

250¹ HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário Bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 156.

251 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 168

252³ FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 594.

253⁴ RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário Bíblico do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 334.

254⁵ BRAY, G. L. **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 351.

255⁶ PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 940.

256 HENDRIKSEN, 2013, p. 168.

257 BRUCE, F. F. **João: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 2002, p. 244.

258 FRIBERG, 1987, p. 594.

259 VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 771.

260 HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio: CPAD, 1996, p. 431–432.

261 GILBERTO, Antonio. **O Fruto do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004, p. 191.

262 CRISÓSTOMO, João. **Comentário às Cartas de Paulo/1**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 762.

263 HARPER, 2006, vol. 1, p. 347.

[264] PFEIFFER, 2006, p. 758.

[265] GILBERTO, 2004, p. 115.

[266] MONTEIRO, A. L. Marcos. **Em Diálogo com a Bíblia: Efésios**. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994, p. 73.

[267] MONTEIRO, 1994, p. 73.

[268] CRISÓSTOMO, 2010, p. 762.

CAPÍTULO 12

A CONDUTA DO CRENTE EM RELAÇÃO À FAMÍLIA

“Por isso, deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher; e serão dois numa carne”
(Ef 5.31).

O relacionamento em família está incluso no projeto divino. Paulo assegura a existência de uma hierarquia instituída pelo próprio Deus desde a criação da humanidade (Gn 1.26-28). No contexto familiar, o apóstolo assevera que essa ordem deve ser observada no matrimônio cristão (Ef 5.23). O matrimônio bíblico, conforme o ensino de Cristo, deve ser monogâmico, heterossexual e indissolúvel (Mt 19.4-6). Todos os membros da família são iguais nesse modelo divino, porém os papéis que cada um desempenha são diferentes. Desse modo, a hierarquia é funcional, e não de superioridade ou inferioridade.

Essa premissa pode ser percebida no versículo de abertura dessa seção, onde Paulo aborda com profundidade a questão dos relacionamentos. No texto bíblico em apreço, antes de discorrer acerca dos papéis da família e das relações sociais, o apóstolo dos gentios exorta os crentes a sujeitarem-se “uns aos outros no temor de Deus” (Ef 5.21).

Nessa perspectiva, veremos nesse capítulo a conduta ideal requerida nas Escrituras Sagradas para os relacionamentos no âmbito da família cristã. A abordagem faz apontamentos em relação às particularidades da criação e às funções do homem, da mulher e dos filhos.

I. A CONDUTA DOS MARIDOS

1. O papel de líder da família

Inicialmente, acentua-se que um grupo social sem um líder é um convite ao caos. No mesmo sentido, salienta-se que é um desastre quando uma nação está sem governo e quando um exército está sem comando. Dessa forma, o apóstolo vaticina que “aprouve a Deus determinar ao esposo a tarefa de ser a cabeça da esposa, portanto também da família”.[269]

Essa ordem de autoridade deve ser observada do seguinte modo: Deus, a cabeça de Cristo; Cristo, a cabeça do homem; e o homem, a cabeça da mulher (1 Co 11.3). A subordinação dentro do lar é explicada na frase “o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja” (Ef 5.23). Esse versículo revela o modelo de relacionamento do casamento cristão, isto é, o marido deve liderar a sua casa do mesmo modo como Cristo lidera a Igreja — com amor altruísta — em prol do conforto, aconchego, segurança e felicidade da esposa (5.29).

O *Comentário Beacon* ressalta que, embora homens e mulheres sejam iguais diante de Deus, existe uma hierarquia no casamento em que o marido possui certas obrigações “divinamente ordenadas e a esposa tem que aceitar com alegria”.[270] Sabe-se, porém, que havia códigos domésticos nas culturas antigas que positivavam prerrogativas apenas aos maridos e que obrigavam as esposas à submissão silenciosa e, muitas vezes, com obediência absoluta.[271]

Em contrapartida, a mensagem de Efésios difere das normas dos povos antigos e assevera que essa submissão deriva da consideração e do amor incondicional. Hendriksen acentua essa submissão da seguinte forma:

> Por certo que ele tem tal autoridade [marido] e deve exercê-la, porém jamais de maneira dominante. A comparação com Cristo como cabeça da igreja (cf. 1.22; 4.15; Cl 1.18) revela em que sentido o esposo é a cabeça da esposa. **Ele é sua cabeça no sentido de estar vitalmente interessado no**

> **bem-estar dela. É o protetor dela. Seu padrão é Cristo que, como cabeça da igreja, é seu Salvador!**[272]

Destaca-se que o movimento feminista, com viés neomarxista, considera esse modelo da família patriarcal como um sistema opressor e abusivo do homem para com a mulher. Ao contrário desse falacioso discurso, nas Escrituras Sagradas, o papel do líder da família, o marido, está fundado no amor e respeito mútuos (Jo 13.34-35).

2. O amor como conduta primordial

Sob a ótica meramente humana, os deveres familiares descritos por Paulo aparentemente não são tarefas fáceis. Se, de um lado, as mulheres acham-se prejudicadas na tarefa de submeterem-se aos seus maridos, de outro lado, as obrigações dos homens também são vistas com contrariedade. Isso porque, além de liderar esposa e filhos, cabe ainda ao marido o dever de amar a sua esposa assim como também Cristo amou a Igreja (Ef 5.25).

A dificuldade enfrentada pelos maridos é que o amor de Cristo para com a Igreja é incondicional. Trata-se de um amor altruísta, isto é, aquele que não espera ser retribuído. Esse amor é imensurável ao ponto de Cristo morrer pelo bem da Igreja. Dessa mesma maneira, o marido deve amar a sua esposa. Esse é o dever supremo do marido crente em Jesus. Nesse ponto, João Crisóstomo faz uma clara e objetiva orientação aos cristãos casados:

> Queres que a mulher te obedeça, conforme a Igreja a Cristo? Tem solicitude por ela bem como Cristo pela Igreja. Mesmo se for preciso dar a vida, até mesmo ser mil vezes ferido, suportar e sofrer seja o que for, não recuses. Nada fizeste ainda à imitação de Cristo. Pois tu procedes após estar unido; Ele, porém, o fez em favor daquela que lhe tinha aversão e ódio. Ele, em sua grande solicitude, sujeitou a seus pés aquela que lhe tinha aversão, odiava, desprezava, enchia de escarros, e insultava pela lascívia, mas não conseguiu por meio de ameaças, injúria, medo ou coisa semelhante. De igual forma

> procede em relação a tua mulher. Mesmo se a vires com desprezo, injúria, com lascívia, menosprezo, poderás submetê-la a teus pés por meio de grande solicitude, amor e amizade [...]. É possível conter um servo pelo medo, ou melhor, talvez nem mesmo ele pode escapar e ir embora. Quanto à partícipe de tua vida, contudo, mãe de teus filhos, causa de toda alegria, não deves contê-la por medo e ameaças, mas por amor e afeição.[273]

Acerca dessa realidade, Hendriksen disserta que, quando um marido ama a esposa da supradita forma, a esposa tem prazer em obedecê-lo e submeter-se a ele.[274] Como observado, ressalta-se que esse amor implica notadamente até na prática de algum tipo de sacrifício, como diz as Escrituras: “Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela” (5.25b). Assim, ratifica-se que o amor de Cristo para com a Igreja é altruísta e incondicional (Rm 5.8).

Sublinha-se, ainda, que a Igreja foi atraída para Cristo por meio do amor e do perdão, e não por ameaças ou imposição autoritária (Jo 15.12-13). Da mesma maneira, os maridos também devem manter a união e a harmonia conjugal por meio do exercício do “amor”, e não do “autoritarismo”. Os que falham nesse quesito estão em desobediência ao preceito bíblico, e, por estarem em falta, até mesmo as suas orações estão impedidas diante de Deus (1 Pe 3.7). Por isso, o marido cristão depende da graça divina para desempenhar bem o seu papel de líder da família.

3. O cuidado devido à esposa

As Sagradas Escrituras enfatizam que a esposa é parte do marido ao declarar: “Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo” (Ef 5.28b). Acrescenta-se, ainda, que toda pessoa mentalmente saudável cuida do próprio corpo (5.29). Isso significa que o marido deve dar atenção à sua mulher do mesmo modo que se preocupa consigo mesmo.

Desse modo, acentua-se que essa afirmação paulina referente ao papel do marido “não significa que devem amar suas próprias esposas assim como amam a seus próprios corpos, mas devem

amar suas próprias esposas como sendo seus próprios corpos".[275] O perfeito entendimento dessa orientação altera profundamente a postura do marido em relação ao cuidado para com a sua esposa. Nesse sentido, destaca-se a assertiva do *Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento*:

> Assim como a Igreja é o corpo de Cristo sobre a terra, também a esposa é a extensão de seu esposo. Em conjunto, esposo e esposa são partes complementares de uma única personalidade. Portanto, quando um esposo cuida amorosamente de sua esposa, ama-se a si mesmo.[276]

Nesse aspecto, amar a esposa como sendo o mesmo corpo implica em proteger a esposa e prover uma vida digna a ela. Essas ações de cuidado não se limitam às provisões materiais como suprir-lhe as necessidades de vestuário, calçados, alimentação, moradia, saúde e segurança, etc., mas também estão incluídos o afeto, a atenção, o carinho, a consideração, o respeito e a honra, dentre outros. Tais demonstrações devem ser sinceras tanto em público como em ambiente particular e de modo permanente enquanto ambos viverem (Mt 19.6; Cl 3.19).

II. A CONDUTA DAS ESPOSAS

1. O conceito de submissão cristã

Em tempos pós-modernos, o termo "submissão" tornou-se pejorativo. Um dos aspectos que contribuem para a depreciação da submissão é a efusão equivocada dos direitos fundamentais, esculpidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos[277] e na Constituição Federal do Brasil.[278] A má interpretação ou o mau uso desses direitos induz muitas pessoas ao entendimento de que são detentoras de prerrogativas e que não devem submeter-se a ninguém.

No aspecto legal, essa postura é contraditória, haja vista que não há ninguém acima da lei no Estado Democrático de Direito, assim como não há ninguém que possui o direito de ab-rogar qualquer

norma. E, no aspecto teológico, ressalta-se que aquele que se coloca acima dos outros está na contramão das Escrituras. As orientações bíblicas balizam que os cristãos devem submeter-se a Deus (Tg 4.7; Rm 8.7), aos pastores (Hb 13.17), às autoridades constituídas (Rm 13.1; 1 Pe 2.13); as mulheres a seus maridos (Ef 5.22-23); os filhos aos pais (Ef 6.1) e os servos a seus senhores (Ef 6.5). Hendriksen, ao comentar a respeito do conceito da submissão cristã, especificadamente a submissão da esposa para com o seu marido, ressalta alguns aspectos de grande importância, tais como voluntariedade e adoração:

> Tal obediência deve ser uma submissão voluntária de sua parte, e isso acontece a seu próprio esposo, e não a qualquer homem. O que tomará esta obediência mais fácil, por outro lado, é que se lhe pede que faça como ao Senhor, ou seja, como parte de sua obediência a Ele, o mesmo que morreu por ela.[279]

A submissão cristã, portanto, não é uma sujeição irracional ao domínio arbitrário ou violento de alguém. No caso das esposas, refere-se a uma voluntária e grata aceitação do amor e cuidado do marido. Por isso, nada há de depreciativo nessa conduta, pois retrata o alto nível de relacionamento entre Cristo e a sua amada Igreja. Matthew Henry afirma com propriedade que “onde houver condescendência e submissão, os deveres de todos os que estão na casa serão mais bem efetuados”.[280]

2. A condição da mulher cristã

A História e as ciências sociais retratam que, nas culturas antigas, as mulheres eram vistas como um ser de segunda categoria e até mesmo como propriedade do seu marido, pai ou patrão (Gn 31.14-15). Na sociedade grega, elas eram tratadas como inferiores, e as esposas eram escravizadas pelos seus maridos. Na sociedade romana, elas desfrutavam de maior dignidade que na Grécia, mas eram oficialmente excluídas da vida política e da vida religiosa tanto pública como privada. Outrossim, registra-se que a ideia de que as

mulheres sequer possuíam alma era divulgada em algumas culturas. Monteiro descreve a condição social das mulheres no judaísmo nos seguintes termos:

> Na pirâmide social, do ponto de vista da valorização pessoal, a mulher estava junto com os escravos e as crianças [...]. Na sociedade judaica, a mulher não teria acesso à educação, não podendo ser instruída nos segredos da Torá. É muito mencionada a oração que o judeu ortodoxo recitava diariamente, agradecendo ao Senhor por não ter nascido nem gentio, nem escravo, nem mulher.[281]

Nesse aspecto, frisa-se que o conceito em relação às mulheres era preconceituoso e discriminatório entre as culturas existentes no contexto histórico de Efésios (cultura judaica e greco-romana). Dessa forma, ressalta-se que, nos aspectos abordados, a mulher era culturalmente tratada como objeto e como um ser inferior ao homem. Apesar de toda essa influência negativa, o cristianismo emerge com uma mensagem de igualdade e liberdade.

Nessa perspectiva, o evangelho de Cristo quebrou os paradigmas existentes e alçou as mulheres à posição de dignidade igual aos homens (Gl 3.28), notadamente com a ênfase de que não há acepção de pessoas em Cristo (Rm 2.11). O Senhor Jesus, por exemplo, ao conversar com a mulher samaritana, derribou parâmetros da época e opôs-se ao preconceito e à discriminação (Jo 4.9-10). Biblicamente, portanto, a mulher cristã desfruta de plena liberdade em Cristo e não está sujeita a nenhum sistema de escravidão (Gl 5.13).

3. A consideração devida ao marido

Como observado, o amor do marido para com a esposa deve ser altruísta (Ef 5.25). Esse amor serve ao propósito divino de capacitar as esposas a serem submissas aos maridos, como ao Senhor (5.22). O homem que ama a sua mulher de modo altruísta coopera para ser considerado como líder pela sua esposa (5.33). As esposas devem sujeitar-se aos maridos em obediência à autoridade divina,

que as ordenou a serem submissas “como ao Senhor”, ou seja, da mesma forma como são devotas ao Senhor, assim devem submeter-se aos seus maridos.[282]

Essa submissão consiste em consideração, estima e respeito da esposa para com o marido. Denota o sentimento que conduz a esposa a agir de modo a agradar e a corresponder ao amor do seu esposo. Essa postura é demonstrada quando há o apoio e a ajuda da parte da esposa na tarefa do marido de liderar a família. Significa que a esposa participa das decisões em família, porém não procede como opositora e nem desautoriza a autoridade do seu marido.

III. O COMPORTAMENTO DOS FILHOS

1. A conduta requerida dos filhos

No primeiro versículo do capítulo 6 dessa Epístola aos Efésios, o apóstolo inicia a sentença exortando a todos os filhos que obedeçam a seus pais no Senhor (6.1a). A elucidação do motivo para que os filhos cumpram a incumbência de obedecer aos pais está descrita na segunda parte do versículo: “[...] porque isto é justo” ou “[...] pois isso é certo” (6.1b, NTLH). Esequias Soares afirma que essa prescrição está intrinsecamente relacionada à cognação entre pai e filho e entre Deus e o seu povo, pois “não existe na vida alguém mais importante para o filho do que o pai e a mãe; eles são seus heróis. Esse relacionamento é análogo ao de Javé com o seu povo Israel (Dt 1.31)”.[283] Isso sinaliza que a conduta dos filhos em obedecer aos pais é algo tão correto quanto é a conduta dos salvos em obedecer a Deus.

Quanto à motivação exigida nessa obediência, Hendriksen destaca que “toda obediência egoísta, ou relutante, ou sob terror deve ser terminantemente descartada”.[284] Nesse aspecto, a prescrição divina não requer obediência aparente como mera observância da Lei. O apóstolo Paulo enfatiza que os filhos devem ser obedientes “no Senhor”, e isso significa “obedecer por amor ao Senhor”.[285] Foulkes considera que mesmo uma criança na sua simplicidade pode saber o que significa amar no Senhor e obedecer

por causa do Senhor.[286] O texto correlato em Colossenses corrobora com esse entendimento quando diz: “Vós, filhos, obedecei em tudo a vossos pais, porque isto é agradável ao Senhor” (Cl 3.20).

Nesse sentido, no versículo seguinte (Ef 6.2), Paulo assevera que somente a prática da obediência formal (6.1) não é suficiente na completude do dever cristão, mas que os filhos também devem cumprir o quinto mandamento do decálogo, qual seja, o de “honrar pai e mãe” (Êx 20.12; Ef 6.2*)*. O termo grego utilizado pelo apóstolo para honrar é *timao*,[287] que significa “alto respeito ou estima mostrada a uma outra pessoa”.[288] Dessa forma, os filhos que obedecem aos seus pais por amor ao Senhor irão naturalmente demonstrar reverência e apreço pelos seus genitores.

Assim, frisa-se que a ordem dos filhos em obedecer e honrar aos pais deriva de uma determinação divinamente estabelecida. Deus deseja que os filhos estejam sujeitos, que confiem na sabedoria, na experiência e na capacidade dos seus pais em educá-los, tal qual fez Jesus em relação aos seus pais terrenos (Lc 2.51). Obedecer, portanto, significa cumprir por amor aquilo que é ordenado. Honrar envolve respeito, consideração, ajuda e até sustento caso seja necessário.[289] A obediência é devida enquanto os filhos viverem sob a tutela dos pais, e a honra é um dever para a vida toda.

Paulo, por conseguinte, afirma que a obediência e a honra aos pais culminam em dupla promessa aos filhos: “[...] para que tudo corra bem com você, e você tenha uma longa vida sobre a terra” (6.3 NAA). Em suma, a promessa aos filhos engloba vida boa (prosperidade) e vida longa (longevidade). Hendriksen destaca a importância do cumprimento desse mandamento no seguinte teor:

> Em que sentido é verdade que este mandamento é de tão extraordinária importância, sendo de fato tão importante, que em Levítico 19.1ss a lista de mandamentos postos sob o título geral, “Serão santos, porque eu, Yahweh seu Deus, sou santo” inicia precisamente com este? A resposta se acha na promessa apensa a ele, ou seja: “para que se vá bem com você e que tenha longa vida sobre a terra”.[290]

Destaca-se que essas promessas não dizem respeito à vida eterna, embora seja verdade que nenhum desobediente herdará o Reino dos céus (Mt 7.21; Jo 5.24; 1 Co 6.9). Esse, porém, não é o enfoque do texto em discussão. Aqui, o apóstolo ressalta que a observância desses mandamentos concede aos filhos a bênção de desfrutar o melhor dessa terra. Salienta-se, portanto, que a ênfase recai sobre os benefícios materiais. Significa que, ao obedecerem e honrarem os seus pais, os filhos submetem-se à vontade de Deus, e o Senhor, segundo o beneplácito da sua vontade, recompensa aos filhos com benesses especiais.

2. A responsabilidade dos pais

Na sequência desse capítulo, após orientar a conduta dos filhos, o apóstolo delineia os deveres dos genitores. Inicialmente, Paulo arrazoa que os pais não devem provocar a ira dos filhos (Ef 6.4a). Essa orientação paulina está em marcante contraste com a norma adotada pela sociedade romana da sua época. Stott, ao citar William Barclay (1907–1978), revela que, na chefia da família romana, o chamado *pater famílias* era exercido com autoritarismo e vislumbres de crueldade e brutalidade:

> O pai romano tinha autoridade total sobre a sua família. Poderia vendê-la como escrava, ou fazer os membros trabalhar em seus campos, poderia tomar a lei nas suas próprias mãos, pois a lei assim lhe facultava, e podia castigar como queria, até mesmo aplicando a pena de morte ao seu filho, se quisesse.[291]

Em oposição a essa cultura opressora e desumana, os pais cristãos são exortados a agir de modo completamente diferente da prática usual dos seus dias. O apóstolo orienta-os a não provocarem a ira dos seus filhos (6.4a). Esse verbo exprime a ideia de que o ensino e o tratamento dispensado pelos pais não devem “excitar as paixões ruins dos filhos por severidade, injustiça, parcialidade ou exercício irracional de autoridade”.[292] Aos Colossenses, o apóstolo

faz orientação semelhante ao escrever: “Pais, não irritem os seus filhos, para que eles não fiquem desanimados” (Cl 3.21-NAA).

Na instrução cristã, a disciplina dos genitores deve ter o condão de ajudar os filhos a fazerem o correto, e não a de irritar ou de provocar sentimentos de raiva ou rebeldia. A disciplina que não instrui não cumpre o seu papel regularizador e, dessa forma, não torna os filhos em pessoas melhores e responsáveis, mas, sim, em pessoas rancorosas que contestam ordens e não as aceitam.[293] O propósito de Paulo é que o lar cristão seja harmonioso e pacífico, uma vez que a desobediência dos filhos pode acabar com a paz e a alegria de qualquer lar.[294]

Nesse parâmetro, sublinha-se que a desarmonia no lar provocada pelo conflito entre pais e filhos pode ser explicada pelos seguintes erros na educação: (1) excesso de proteção; (2) favoritismo (Gn 25.28); (3) desestímulo; (4) não reconhecer o fato de que o filho está crescendo; (5) negligência e (6) uso de palavras ásperas.[295] E, a fim de não incorrerem nessas faltas, os pais cristãos são orientados a não abusar da autoridade recebida. Eles devem educar com brandura e amor, sem rigor excessivo ou imposições injustas para não incitar a ira dos seus filhos e, assim, manter a unidade no ambiente familiar (Ef 6.4a).

Na segunda parte do versículo em comento, Paulo enfatiza que, em lugar de provocar os seus filhos à ira, os pais devem criá-los na “disciplina e admoestação do Senhor” (6.4b, ARA). Depreende-se do supradito texto a presença de dois métodos essenciais na educação de filhos cristãos, a saber: a disciplina e a admoestação. Nesses dois substantivos, encontra-se o resumo da maior responsabilidade dos pais, isto é, criar os filhos na disciplina da correção apropriada e compassiva e no conhecimento do dever que Deus requer deles.[296]

O vocábulo “disciplina” é a tradução do termo grego *paideía*, que significa orientação ou treinamento, que concorre para o desenvolvimento do caráter e pronta obediência das normas.[297] Stott assevera que aqui a ênfase da disciplina recai na correção. Trata-se da mesma palavra usada em Hebreus com respeito aos

pais terrestres e também ao nosso Pai celestial, que “nos disciplina para aproveitamento” (Hb 12.5-11).[298] Não se trata de espancamento, mas de instrução equilibrada, controlada por direitos e deveres com vistas ao aprendizado.

Nesse mesmo sentido, a palavra “admoestação”, do grego *nouthesia*, significa “uma instrução ou advertência que faculta a distinção entre o mal e o bem”.[299] Não se refere à severidade excessiva e nem à permissividade, mas, sim, ao equilíbrio necessário e indispensável na educação dos filhos. Mercê dessas exortações bíblicas, cabe aos pais a responsabilidade de estabelecer os parâmetros de conduta e reagir contra a desobediência dos seus filhos. O complemento paulino “disciplina e admoestação do Senhor” (6.4, ARA) significa que os critérios dessa educação é a Palavra de Deus (ver Pv 22.6).

---

269 HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 294.

270 HARPER, 2006, vol. 9, p. 182.

271 KEENER, Craig. **Comentário Histórico-Cultural da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 660–661.

272 Grifo nosso. HENDRIKSEN, 2013, p. 295.

273 CRISÓSTOMO, 2010, p. 860.

274 HENDRIKSEN, 2013, p. 295.

275 HENDRIKSEN, 2013, p. 301.

276 ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1.260.

277 A Declaração Universal dos Direitos Humanos contém 30 artigos e foi promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948.

278 A Constituição Federal do Brasil em vigor foi promulgada em 1988. Ela é conhecida como “Constituição Cidadã”. Os Direitos e Garantias Fundamentais estão subdivididos em cinco capítulos do Título II do documento.

279 HENDRIKSEN, 2013, p. 294.

280 HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 600.

[281] MONTEIRO, A. L. M.. **Em Diálogo com a Bíblia: Efésios**. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994, p. 114.

[282] HENRY, 2008, p. 600.

[283] SOARES, Esequias. **Os Dez Mandamentos: valores divinos para uma sociedade em constante mudança**. Rio de Janeiro: CPAD, 2014, p. 79.

[284] HENDRIKSEN, 2013, p. 308.

[285] HENRY, 2008, p. 602.

[286] FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 135.

[287] SOARES, 2014, p. 79.

[288] PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 936.

[289] HENRY, 2008, p. 602.

[290] HENDRIKSEN, 2013, p. 309.

[291] STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 185.

[292] HARPER, 2006, vol. 9, p. 188.

[293] RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 350.

[294] HARPER, vol. 9, p. 188.

[295] HENDRIKSEN, 2013, p. 311.

[296] HENRY, 2008, p. 603.

[297] HARPER, 2006, vol. 9, p. 189.

[298] STOTT, 2007, p. 187.

[299] HARPER, 2006, vol. 9, p. 189.

CAPÍTULO 13

A BATALHA ESPIRITUAL E AS ARMAS ESPIRITUAIS

"Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo"
(Ef 6.11).

Ao finalizar a epístola aos Efésios, o apóstolo convoca a Igreja para lutar e resistir os inevitáveis conflitos contra as forças espirituais da maldade. Nessa batalha, a fim de suportar os ataques e manter-se firme na marcha contra o mal, os soldados de Cristo precisam estar revestidos de toda a armadura de Deus (Ef 6.10-20). Essa passagem não é um apêndice da Epístola, mas uma clara advertência da necessidade do engajamento dos cristãos no combate espiritual.

Nessa concepção, as palavras de Paulo servem de alerta para a necessária vigilância da Igreja de Cristo. O apóstolo reconhece a existência de uma furiosa e renhida batalha espiritual, adverte-nos acerca da hostilidade dessas forças malignas e ensina-nos como combatê-las e vencê-las.

Em contrapartida, as Escrituras asseguram que o povo de Deus não está à mercê da fúria do inimigo. Deus não deixou a sua Igreja vulnerável diante das hostes do mal. Ao contrário, uma poderosa armadura espiritual está disponível a todos os cristãos (Ef 6.11,13). O poder de Deus que ressuscitou Cristo dos mortos é quem fortalece o povo de Deus; portanto, a Igreja não está desarmada e nem tampouco despreparada para a batalha.[300]

I. O PREPARO ESPIRITUAL PARA A BATALHA

1. Daqui por diante...

Até esse ponto da Epístola, Paulo apresenta a bênção do evangelho que elimina a hostilidade (2.14-22) e discorre acerca de orientações para dar fim à rivalidade nas relações domésticas e na vida em sociedade (5.22-6.9). O conjunto dessas instruções diz respeito às "coisas que eliminam divergências e produzem a unidade e a paz".[301] Nessa perspectiva, a ideia de guerra e batalha parece um assunto inadequado para abordar à primeira vista. Porém, se Paulo explicou a necessidade da unidade no corpo de Cristo nos primeiros capítulos, ele agora explicita mais profundamente essa necessidade em virtude dos conflitos inevitáveis com o mal. Desse modo, a Igreja deve estar prevenida e preparada para resistir e lutar.[302]

Paulo inicia essa exortação nos seguintes termos: "quanto ao mais, sejam fortalecidos no Senhor" (6.10a, NAA). No grego, temos aqui uma variante textual. Alguns manuscritos empregam a expressão *to loipon*, que quer dizer "ademais, quanto ao mais, resta, no demais, finalmente" (ver 2 Co 13.11; Fp 3.1; 4.8; 2 Ts 3.1), e também *tou loipou*, que significa "do restante, daqui para frente" (Gl 6.17).[303] Nessa obra, adotamos a última expressão que indica como deve ser a vida dos cristãos "daqui por diante".

Nesse sentido, ratifica-se a importância da exortação paulina: temos inimigos a combater, um capitão por quem pelejar, uma bandeira para defender e regras de guerra para obedecer.[304] E, para essa batalha espiritual, o cristão deve estar fortalecido no Senhor (Ef 6.10).

2. Fortalecidos no poder do Senhor

A exortação apostólica "fortalecei-vos no Senhor e na força do seu poder" (6.10) indica que esse poder que garante vitória contra o mal não provém do homem, mas emana do próprio Deus. Isso está claro no emprego do termo grego *endynamoo* (fortalecer em). O verbo está conjugado no presente e na voz passiva *endynamousthe*, que é

mais bem traduzido como “sede dotados de força em, sede fortalecidos”.[305] Essa versão ratifica que essa força e esse poder vêm do alto. Refere-se ao campo espiritual, e não acerca de força física (2 Co 10.4).[306]

Ratifica-se, desse modo, que a forma passiva do verbo significa que não temos poder em nós mesmos (Jo 15.1-5). Ninguém pode vencer as hostes da maldade com a própria força. O cristão é dependente do poder e da força de Deus. Elucida-se que um dos atributos incomunicáveis de Deus é a Onipotência, isto é, todo o poder vem do Senhor (Rm 13.1). Isso quer dizer que não há impossível para Ele; tudo Ele pode absolutamente fazer (Lc 1.57).

Nesse sentido, acentua-se que o poder divino é ilimitado e que jamais poderá ser resistido, impedido ou anulado, seja pelo ser humano, seja pela natureza, ou mesmo por seres angelicais. Deus é o El-Shadday (Todo-Poderoso), e esse excelso e imensurável poder é-nos conferido pela comunhão com Ele em Cristo, por meio do Espírito Santo (Jo 15.7; 1 Jo 1.3).

Por conseguinte, o apóstolo convoca os cristãos a estarem fortalecidos nesse poder. A combinação pleonástica “força do seu poder” denota a grandeza da capacidade divina que está à disposição do crente. Portanto, para pelejar e ser vitorioso nessa batalha, o cristão precisa buscar o revestimento de tal poder. O combate é intrépido, feroz e belicoso. Os inimigos são os seres espirituais da maldade (Ef 6.12). As Escrituras ensinam que tanto os seres espirituais bons quanto os maus possuem “poder extraordinário [...], estão acima dos seres humanos”.[307] Assim, somente um crente tolo e que não conhece as Sagradas Escrituras tenta vencer o Diabo e os seus demônios pela sua própria força.

De outro lado, salienta-se que todo o poder que os entes malignos possuem foi concedido por Deus antes da rebelião de Satanás e os seus demônios. Por essa razão, ressalta-se que o poder maligno é infinitamente menor que o poderio de Deus e que Satanás somente age até onde o Deus Todo-poderoso assim o permitir (Jó 1.9-12). Não obstante, Satanás está vivo e ativo no planeta Terra, mas o

poder de Deus também está disponível aos fiéis para “pisar serpentes e escorpiões, e toda a força do inimigo” (Lc 10.19).

Portanto, conforme se infere da orientação paulina nos versículos anteriores, os cristãos devem ser fortalecidos por meio da “renovação da mente” (Ef 4.23); da “vida em santidade” (4.24) e “ser cheio do Espírito” (5.18). A vitória não pode ser alcançada por outro meio. Conhecer as Escrituras sem a devida obediência e frequentar os cultos sem a genuína conversão não são suficientes. No conflito com os poderes demoníacos, os cristãos têm de utilizar, de forma imediata e contínua, o poder de Cristo para terem vitória.[308]

2. Vigilantes em toda a oração e súplica

No preparo espiritual para a batalha, Paulo enfatiza a necessidade de uma vida cristã plena por meio da oração e súplica. Não é possível entrar em combate sem a cobertura da oração (Lc 21.36). Satanás faz uso de variados ardis e toda sorte de sutilezas e, por isso, ataca de formas e de modos diferentes. O adversário é astuto, dissimulado, vingativo, covarde, depravado, caluniador, odioso e mentiroso. Por conseguinte, o apóstolo exorta os salvos a buscarem a Deus com toda a oração e súplica no Espírito, em todo o tempo (Ef 6.18).

Isso engloba toda forma de clamar pelo favor divino em qualquer circunstância e em todas as oportunidades. A oração faz parte do conflito contra Satanás, e deixar de orar é o equivalente a render-se ao inimigo.[309] A exortação inclui orar no Espírito. Indica que somos assistidos por Ele em nossa fraqueza para orar como convém (Rm 8.26). O *Comentário de Aplicação Pessoal* destaca que “o Espírito intercede por nós (Rm 8.27); o Espírito torna Deus acessível (Ef 2.18); o Espírito nos dá confiança quando oramos (Rm 8.15-16; Gl 4.6). Ele nos inspira e guia [...]. Ele nos ajuda a nos comunicarmos com Deus e também nos traz a resposta dEle”.[310]

O apóstolo ainda acrescenta à oração a necessidade da vigilância e da constância: “Orando em todo tempo com toda oração e súplica no Espírito e vigiando nisso com toda perseverança e súplica por todos os santos” (6.18). Isso sinaliza que o cristão não deve

subestimar as forças de Satanás em momento algum. A vigilância preserva o crente das astutas ciladas do inimigo (Sl 124.7). O clamor, portanto, deve estar acompanhado de alerta constante para que as orações não sejam impedidas (Is 59.1,2). A intercessão não pode ser egoísta, mas deve ser mútua em favor de todos os salvos (Tg 5.16). Se alguém insistir em lutar com as próprias forças, tombará no campo de batalha (2 Tm 2.4,5). A vitória contra o mal somente é possível por meio do fortalecimento do poder de Deus, resistência ao pecado, oração e vigilância constante.

II. CONHECENDO O CAMPO DE BATALHA

1. As astutas ciladas do Diabo

Paulo admoesta os seus leitores a oferecerem resistência "para estar firmes contra as astutas ciladas do diabo" (6.11b). A expressão "ficar firme ou oferecer resistência eram termos militares que significavam resistir ao inimigo, manter a posição, e não se render".[311] Para tanto, é indispensável ao crente em Jesus revestir-se de toda a armadura de Deus (6.11a). O conceito e as particularidades dessa armadura serão abordados no tópico III.

A palavra aqui traduzida por ciladas é do grego *methodeia*, que quer dizer "esquemas", "planos", "astúcias" e, na linguagem militar, "estratagemas". O termo indica o uso de "meios astutos" com a intenção de ludibriar e surpreender. A versão ARC traz o pleonasmo "astutas ciladas", e as versões ARA, NVI, TB e NAA traduzem simplesmente como "ciladas".

Não obstante, Foulkes alerta ser essa a primeira indicação da dificuldade da luta. Não se trata de uma luta contra as forças do homem, mas contra os estratagemas de um inimigo espiritual, contra os planos sutis do inimigo das almas.[312] O adversário é astuto, sagaz e ardiloso, isto é, "cheio de astúcias". Astúcia é um vocábulo derivado do grego *kubos*, que denota "dados que jogam" e significa metaforicamente "artifício ou truque". O substantivo astuto indica "conduta sem escrúpulos", sempre usado no Novo Testamento no sentido de algo ruim.[313]

Em consequência, as artimanhas malignas não vão ocorrer de forma perceptível a todas as pessoas. Somente os espirituais e amadurecidos na fé recebem capacidade para discernir os ardis de Satanás (Hb 5.13-14). Em vista disso, a sabedoria humana não é eficaz na batalha espiritual. A Escritura assevera que o homem natural (carnal) não compreende as coisas do Espírito, porque se discernem espiritualmente (1 Co 2.13-14).

Nesse seguimento, ratifica-se que o apóstolo dos gentios usa a expressão “ciladas do diabo” (Ef 6.11c) para esclarecer a ferocidade da batalha e manter os cristãos em permanente estado de alerta. As ciladas são constituídas de “armadilhas” perversamente articuladas pelo reino das trevas. Nelas estão inclusas as múltiplas tentações, a incredulidade, o pecado em geral e a conformidade com o relativismo moral.[314]

Certamente que a lista acima não é exaustiva; contudo, percebe-se em cada um desses estratagemas a presença de sutileza e sagacidade maligna. O engano, a mentira e o disfarce são especialidades do Diabo; ele é o pai da mentira (Jo 8.44). E, nesse propósito de engodar, ele está sempre à espreita “bramando como leão, buscando a quem possa tragar” (1 Pe 5.8)

Paulo identifica esse adversário de nossas almas com o termo grego *diábolos*, que significa “caluniador” e “acusador” (Mt 4.1; Jo 8.44; 1 Pe 5.8). E, conforme assevera o *Dicionário Vine*, “desse termo é derivada a palavra “diabo” em português, e só deveria ser aplicado a Satanás como nome próprio. Já o termo *daimõn* sempre deve ser traduzido por ‘demônio’. Desse modo, há um diabo, mas muitos demônios”.[315]

Consequentemente, o Diabo é apresentado como o maioral das hostes espirituais da maldade. Ele comanda o mundo das trevas, o reino do mal que se opõe a Deus. Por ser mestre do ludíbrio e do engodo, “o diabo não lutará honestamente; ele se vale de esquemas e truques ardilosos”.[316] Mercê dessa realidade, o texto sagrado ordena: “Revesti-vos de toda a armadura de Deus!” (Ef 6.11). Nossa habilidade em oferecer resistência às “astutas ciladas do diabo”

dependerá de nossa obediência no uso correto da armadura de Deus.

2. O conflito contra o reino das trevas

Paulo salienta que o conflito “não é contra carne e sangue” (6.12a). Não é contra a pessoa humana, mas contra o reino das trevas nas “regiões celestes”. Soares frisa que o termo “carne” tem significados distintos nas Escrituras, mas a combinação “carne e sangue” é um hebraísmo que diz respeito ao ser humano e, flexionadas dessa maneira, “carne e sangue” só aparecem mais duas vezes em todo o Novo Tratamento (Mt 16.17; 1 Co 15.50).[317]

Hendriksen arrazoa que o texto indica a desigualdade dessa batalha, uma vez que a luta não é natural, não é contra homens frágeis, mas contra uma hoste extraterrena inumerável de espíritos malignos, e o Diabo é quem controla pessoalmente todas essas legiões e procura atacar os cristãos.[318] Stott enfatiza que as forças organizadas contra nós não são de pessoas, mas de inteligências cósmicas; nossos inimigos não são humanos, mas demoníacos.[319]

Diante disso, fica explícito que a batalha não é física, e sim espiritual, travada no mundo espiritual. O conflito é contra as hostes do mal, que, debaixo da autoridade do Diabo, mantêm os homens na escuridão (1 Jo 5.19). Nessa mista metáfora, o cenário abrange o campo de batalha com a terminologia militar “estar firme contra as manobras do inimigo” (Ef 6.11) e também o contexto de um lutador na arena por meio da expressão “temos que lutar” (6.12). Isso ilustra a natureza pessoal do conflito “face a face” e também significa que a luta dá-se em todas as áreas, sendo tanto coletiva quanto individual (1 Pe 5.8-9).

3. As agências das potestades do ar

Na continuidade do versículo em comento, Paulo identifica as forças do mal que marcham contra a Igreja. O apóstolo menciona a existência de quatro categorias entre as hostes de Satanás que atuam no propósito do reino das trevas dispostas em ordem de batalha contra os crentes, a saber: principados, potestades,

príncipes do mundo destas trevas e hostes espirituais da iniquidade (Ef 6.12). Esses seres são caracterizados por três aspectos: (1) são poderosos: os títulos “principados e potestades” indicam poder, primazia e autoridade para agir; “príncipes das trevas” são líderes de anjos decaídos que exercem domínio sob o comando do Diabo; (2) são malignos: esses agentes formam “as hostes espirituais da iniquidade”. Refere-se a demônios que empregam o seu poder destrutivamente para o mal; (3) são astutos: cheios de sutilezas, eles maquinam a queda da Igreja. A ação desses poderes não pode ser subestimada pela Igreja de Cristo.

Embora esses poderes sejam limitados pela sobre-excelente grandeza do poder de nosso Deus, eles não devem ser desprezados ou ignorados pelos servos de Cristo Jesus. A batalha espiritual é uma realidade registrada nas Escrituras Sagradas e não pode ser negada. Também é necessário tomar cuidado com os extremismos e as extravagâncias nesse assunto. Assim, a crença ou a descrença na ação demoníaca não exime o homem da responsabilidade das suas ações. De um lado, os que vivem alienados das investidas de Satanás tornam-se presas fáceis do astuto tentador, e, de outro, aqueles que vivem o fascínio de “batalhas cósmicas” não bíblicas, muito próximas do esoterismo e do ocultismo, também estão fadados ao engano.

Por conseguinte, ratifica-se que os cristãos estão em constante combate contra as hostes comandadas por Satanás. Na classificação paulina, o termo “principados” é a forma plural do grego *arché*, com a ideia de primazia de poder ou domínio, e o termo “potestades” é plural de *exoussía*, que denota liberdade para agir e autoridade para presidir. A expressão refere-se a governos ou autoridades tanto na esfera terrestre quanto na espiritual.[320]

“Príncipes destas trevas” significam literalmente “governantes do mundo” que, ao lado de Satanás, governam sobre a atual Ordem Mundial, organizada em rebelião contra Deus.[321] Stott lembra que eles também são chamados de “os dominadores deste mundo tenebroso”, o que pode ser referência ao título de “príncipe deste mundo”, que Jesus atribuiu ao Diabo (Jo 16.11), bem como a

declaração de João de que “todo o mundo está no maligno” (1 Jo 5.19).[322] Quanto às “hostes espirituais da maldade”, compreende-se as vastas hostes de demônios que servem aos propósitos iníquos de Satanás para a destruição geral.[323]

Apesar desse imenso império do mal, a Igreja é exortada a não temer. O *Dicionário de Paulo e suas Cartas* salienta que, “em contraste com o poder do domínio sobrenatural hostil, Paulo enfatiza a superioridade do poder de Deus e a supremacia de Cristo (Ef 1.19-23; 4.8-10). Ele demonstra que os fiéis têm acesso a esse poder em virtude de sua união com Cristo”.[324] Doravante, somos incentivados a lutar e, sobretudo, vencer, pois o Senhor da Igreja está elevado ao nível “acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio” (1.21).

III. AS ARMAS ESPIRITUAIS INDISPENSÁVEIS

1. A armadura completa de Deus

Nesse ponto, o apóstolo arrazoa que Deus fortalece o seu povo; contudo, o seu povo não pode andar desarmado.[325] Assim, fazendo uso de linguagem retirada do contexto militar romano, Paulo exorta os cristãos a revestirem-se de “toda a armadura de Deus” (Ef 6.11). Essa expressão traduz o termo grego *panóplia*, que significa “a armadura completa de um soldado fortemente armado”. A orientação paulina não é para usar armas próprias, mas fazer uso do equipamento disponibilizado por Deus (6.12). A ordem é revestir-se dessas armas, resistir bravamente e marchar contra as potestades do ar. Conforme a exortação bíblica, é por meio do emprego dessas armas poderosas que o cristão pode oferecer resistência contra as astutas ciladas do Diabo e permanecer firme no dia mau (6.11,13).

Ressalta-se que a determinação de Paulo é textualmente “revestir-se” da armadura de Deus (6.11). O termo grego *endysasthe* quer dizer “estar vestido com”. O verbo é imperativo e está conjugado no plural e no tempo aoristo[326] e sinaliza que os eleitos devem vestir a armadura continuamente (em todo o tempo).

Por conseguinte, em vista disso, para que se possa resistir debaixo do ataque mais rigoroso e manter a posição no conflito sem ser abatido, o cristão deve tomar toda a armadura de Deus, ou seja, “a armadura inteira, que indica o equipamento completo, protegendo dos pés à cabeça, tanto ofensiva quanto defensivamente”.[327]

2. As armas indispensáveis de defesa

Dando continuidade às orientações em linguagem militar, Paulo apresenta metaforicamente uma lista de peças que compõem a armadura vestida pelo soldado romano e, em seguida, mostra a sua aplicação espiritual.[328] São todas essas partes descritas por Paulo que os crentes devem revestir-se no conflito contra as hostes do mal. Soares avalia que Paulo “não foi exaustivo ao elencar os instrumentos bélicos de sua geração. Ele mostra que Deus proveu os recursos necessários para a nossa proteção [...]. São armas espirituais à altura do inimigo que temos de enfrentar”.[329] As peças usadas como armas de defesa são as seguintes:

2.1 O “cinturão da verdade” (6.14a)

O cinto era um aparato de couro que garantia que a túnica do soldado permanecesse presa durante a luta, que ajudava a proteger o corpo e que mantinha a espada no seu lugar quando o soldado não estivesse lutando.[330] O cinto retrata a peça usada para dar mobilidade no combate e refere-se à verdade da doutrina de Cristo e à integridade do soldado (Is 11.5; 2 Co 13.8). Foulkes ressalta que a verdade é o que nos dá liberdade e que a falta de perfeita sinceridade embaraça-nos a cada movimento.[331]

2.2 A “couraça da justiça” (6.14b)

A couraça é concernente a uma malha impenetrável de proteção aos órgãos vitais (tais como o coração e os pulmões). Segundo Hendriksen, a couraça cobria o corpo do pescoço até as coxas e consistia de duas partes: uma cobrindo a frente, e a outra as costas (1 Sm 17.5,38; 1 Rs 22.34; 2 Cr 26.14).[332] Couraça refere-se à justiça de Cristo, à vida santa e à retidão moral do soldado (Rm 5.1;

6.13; 14.17; 2 Co 6.7). Sem essa proteção, não é possível defender-se das acusações de Satanás.

2.3 Os pés “calçados no evangelho” (6.15)

Segundo Stott, trata-se da *caliga*, a “meia-bota” do legionário romano. Confeccionada em couro, deixava os dedos dos pés livres, tinha solas cravejadas para dar estabilidade e era fixada nos calcanhares e nas canelas com tiras de couro.[333] Refere-se à firmeza que o evangelho proporciona e à prontidão do soldado em testemunhar de Cristo (Rm 1.16). Portanto, precisamos manter bem amarradas nossas botas do evangelho de Cristo — a palavra da cruz, que é o poder de Deus (Rm 1.16; 1 Co 1.18).

2.4 O “escudo da fé” (6.16)

Longo e retangular feito de madeira e couro e às vezes com uma armação de ferro. Ele media aproximadamente 1,30m de altura e 66 cm de largura[334] e protegia o corpo inteiro dos dardos incendiários. Refere-se à fé inabalável em Deus que extingue a eficácia das calúnias, dúvidas e rebeliões disparadas pelo Diabo (Pv 30.5). Matthew Henry considera que “a fé é tudo em todos em qualquer momento de tentação. A couraça protege os órgãos vitais; mas com o escudo revertemos qualquer ataque”.[335]

2.5 O “capacete da salvação” (6.17a)

Pesado e resistente, fabricado com bronze ou de ferro, servia de proteção para a cabeça, e apenas um machado ou um martelo poderia rachá-lo. Refere-se à certeza da salvação que já recebemos em Cristo e à convicção da plena salvação no derradeiro dia (1 Ts 5.8-9). Considera-se que a mente do crente é o maior campo de batalha da guerra espiritual.[336] Desse modo, a salvação protege nossa mente dos ataques inimigos.

3. A imprescindível arma ofensiva

Após descrever em detalhes as partes que compõem as armas de defesa da panóplia, provavelmente na ordem em que eram vestidas

pelo soldado romano, Paulo reserva “a espada como arma mais enfática, e obviamente ofensiva, para a culminação final”.[337] O *Comentário de Aplicação Pessoal* traz informação que o uso da espada curta e afiada era uma das maiores inovações militares de Roma. A lâmina dupla tornava-as ideais para a estratégia de “cortar e espetar”.[338] Nessa perspectiva, Paulo ilustra essa arma como “a espada do Espírito” (Ef 6.17b).

Na realidade, conforme a ilustração paulina, essa é a única arma que não é usada exclusivamente como defesa. Ela está disponível para ser empregada tanto para a defesa quanto para o ataque. O termo grego *machaira* identifica-a, como já observado, como a espada curta dos romanos, que media entre 30 e 35cm. Ela era usada no combate à curta distância, isto é, “corpo-a-corpo”. Isso sinaliza que o enfrentamento é inevitável e que o inimigo está à espreita — mais perto do que se imagina (ver 1 Pe 5.8).

A espada é identificada como a “Palavra de Deus”. Shedd avalia que se refere à “mensagem do Evangelho, quando ela vem sendo aplicada pelo Espírito de Deus, e quando isso acontece, verifica-se que a transformação de Cristo se manifesta”.[339] Stott considera que “ainda hoje é a espada divina porque o Espírito ainda a emprega para cortar as defesas das pessoas, ferir suas consciências e despertá-las espiritualmente com a sua ação penetrante”.[340]

Mercê desses fatos, ratifica-se que o Espírito dá à Palavra o seu poder, tornando-a efetiva, inspirada, cortante e penetrante (2 Tm 3.16; Hb 4.12). A espada do Espírito sonda a consciência e subjuga os impulsos do pecado.[341] Weslley comenta que “temos de atacar Satanás e também nos defender; o escudo numa mão e a espada na outra. Quem luta contra os poderes do inferno precisa de ambos”.[342] Portanto, ela deve ser usada tanto para resistir às ciladas do Diabo (Mt 4.1-10), como para derribar as fortalezas de Satanás (Mt 10.19-20; 2 Co 10.4).

---

300 RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2, p. 352.

301² HARPER, 2006, vol. 9, p. 192.

302[3] RIBAS, 2009, vol. 2, p. 352.

303[4] SOARES, Esequias. **Batalha Espiritual**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p. 29.

304 HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico Novo Testamento – Atos a Apocalipse**. Rio: CPAD, 2008, p. 60.

305 FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987, p. 599.

306 SOARES, 2018, p. 29.

307 SOARES, Esequias (Org.) **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 86.

308 HARPER, 2006, vol. 9, p. 194.

309 ARRINGTON, 2003, p. 1.268.

310 RIBAS, 2009, vol. 2, p. 355.

311 RIBAS, 2009, vol. 2, p. 352.

312 FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e Comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014, p. 142.

313 VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 421.

314 HARPER, 2006, vol. 9, p. 195.

315 VINE, 2002, p. 5621.

316 RIBAS, vol. 2, p. 353.

317 SOARES, 2018, p. 31.

318 HENDRIKSEN, 2013, p. 323.

319 STOTT, 2007, p. 200.

320 SOARES, 2018, p. 32.

321 ARRINGTON, 2003, p. 1.266.

322 STOTT, 2007, p. 201.

323 ARRINGTON, 2003, p. 1.266.

324 REID, Daniel G (Org.). **Dicionário de Paulo e suas cartas**. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 432.

325 RIBAS, 2009, vol. 2, p. 352.

326 FRIBERG, 1987, p. 600.

327 RIBAS, 2009, vol. 2, p. 352.

328 ARRINGTON, 2003, p. 1.266.

329 SOARES, 2018, p. 120.

330 ARRINGTON, 2003, p. 1266.

[331] FOULKES, 2014, p. 144.

[332] HENDRIKSEN, 2013, p. 328.

[333] STOTT, 2007, p. 214.

[334] RIBAS, 2009, vol. 2, p. 354.

[335] HENRY, 2008, p. 605.

[336] ARRINGTON, 2003, p. 1267.

[337] HENDRIKSEN, 2013, p. 327.

[338] RIBAS, 2009, vol. 2, p. 354.

[339] SHEDD, Russel. **Epístolas da Prisão: uma análise**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005, p. 74.

[340] STOTT, 2007, p. 217.

[341] VINE, 2002, p. 613.

[342] HARPER, 2006, vol. 9, p. 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMÍNIO, Jacó. **As obras de Armínio**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, vol. 1 e vol. 2.

ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário Bíblico Pentecostal do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

BERGSTÉN, Eurico. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

BORTOLINI, José. **Como ler a Carta aos Efésios**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRAY, G. L. **Comentário Bíblico da Reforma: Gálatas e Efésios.** São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

BRUCE, F. F. **João: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

CABRAL, Elienai. **Comentário Bíblico: Efésios.** Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

CALVINO, João. **A Instituição da Religião Cristã**. São Paulo: UNESP, 2009, Tomo 2.

CRISÓSTOMO, João. **Comentário as Cartas de Paulo/1**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____, João. **Patrística – Comentário as Cartas de São Paulo/1**. São Paulo: Paulus, 2002.

DANIEL, Silas. **Arminianismo: A Mecânica da Salvação**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FOULKES, Francis. **Efésios Introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2014.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et all. **Nem anjos nem demônios.**

Interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRIBERG, Barbara & Timothy. **O Novo Testamento Grego Analítico**. São Paulo: Vida Nova, 1987.

FRIDIN, Jairo. **Torá: a Lei de Moisés.** São Paulo: Editora Sêfer, 2001.

GEISLER, Norman. **Manual de dificuldades bíblicas: respostas para mais de 780 passagens polêmicas**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

_____, Norman. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, vol. 1.

GEORGE, Timothy (Org.). **Gálatas e Efésios**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.

GILBERTO, Antonio (Ed.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

_____, Antônio. **O fruto do Espírito Santo: a plenitude de Cristo na vida do crente**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

GINGRICH, Wilbur; DANKER, Frederick. **Léxico do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1993.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Vida Nova, 1999.

HAGNER, D. A. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Hebreus**. São Paulo: Vida, 1997.

HAMILTON, Victor P. **Manual do Pentateuco.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

HARPER, A. F. (Ed). **Comentário Bíblico Beacon.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, vol. 9.

HARRISON, Eveett (Ed.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2010.

HENDRIKSEN, William. **Efésios e Filipenses**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.

HENRY, Carl (Org). **Dicionário de Ética Cristã.** São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico. Novo Testamento. Atos a Apocalipse.** Rio: CPAD, 2008.

HORTON, Stanley. **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

JONES, Lloyd. **A unidade cristã: exposição sobre efésios 4.1-16.** São Paulo: PES, 1994.

_____, D. M. Lloyd. **O Supremo Propósito de Deus.** São Paulo: PES, 1996.

KEENER, Craig. **Comentário Histórico-Cultural da Bíblia.** São Paulo: Vida Nova, 2017.

LIMA, Elinaldo Renovato. **O Caráter do Cristão**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

LOPES, Hernandes D. **Filipenses: a alegria triunfante no meio das provas**. São Paulo: Hagnos, 2007.

MONTEIRO, A. L. Marcos. **Em Diálogo com a Bíblia: Efésios.** Belo Horizonte: Missão Editora, 1994.

OLIVEIRA, Jamierson. **Arminianismo puro & simples**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

OLSON, Roger. **História da Teologia Cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

_____, Roger. **Contra o Calvinismo.** São Paulo: Reflexão, 2011.

PFEIFFER, Charles. **Dicionário Bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

RAVASI, Gianfranco. **Disputa em torno do corpus paulino**. Itália: Milan, Jornal Il Sole 24 Ore, 25 jun. 17.

RIBAS, Degmar (Trad.). **Comentário do Novo Testamento – Aplicação Pessoal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, vol. 2.

_____, Degmar (Trad.). **Bíblia de Estudo Palavras-Chaves Hebraico e Grego.** 4ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

SHANK, Robert. **Eleitos no Filho: sobre a doutrina da eleição.** São Paulo: Reflexão, 2015.

SHEDD, Russel. **Epístolas da Prisão: uma análise.** São Paulo: Edições Vida Nova, 2005.

SLVA, Severino Pedro da. **A Doutrina da Predestinação**. Rio de Janeiro: CPAD, 1989.

SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de Fé das Assembleias de Deus.** Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

_____, Esequias. **Batalha Espiritual: o povo de Deus e a guerra contra as potestades do mal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

_____, Esequias. **Os Dez Mandamentos: valores divinos para uma sociedade em constante mudança**. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

STAMPS, Donald C. (Ed). **Bíblia de Estudo Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

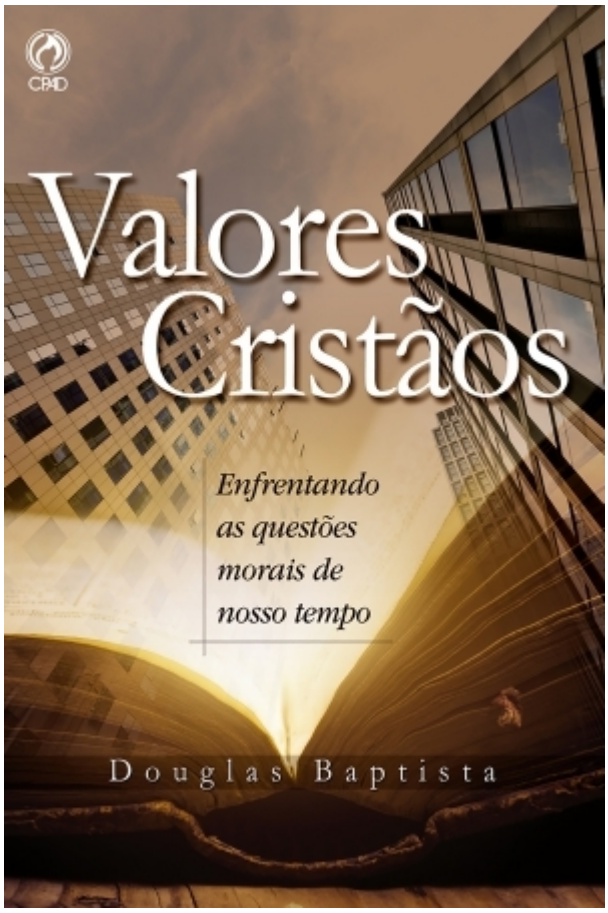
STOTT, John. **A Mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora, 2007.

TITILLO, Thiago. **Eleição Condicional.** São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

VAUX, R De. **Instituições de Israel no Antigo Testamento.** São Paulo: Editora Teológica, 2003.

VINE, W. E. **Dicionário Vine: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

WILLIAMS, D. J. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Atos**. São Paulo: Vida, 1996.


CPAD
Valores Cristãos
Enfrentando as questões morais de nosso tempo
Douglas Baptista

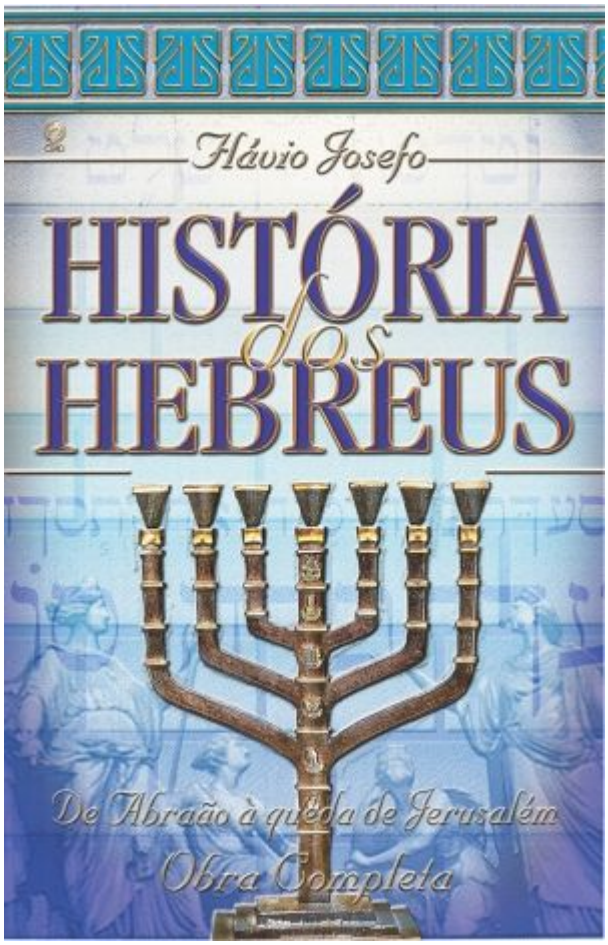
Valores Cristãos

Baptista, Douglas
9788526315754
160 páginas

Compre agora e leia

Neste novo século e milênio, os valores sólidos da moral e da ética judaico-cristã têm sido sistematicamente substituídos por um relativismo cultural cuja consequência é o esfacelamento das relações humanas. Venha nesta jornada com o pastor Douglas Baptista estudar e defender os valores cristãos nas questões dos Direitos Humanos, Aborto, Pena de Morte, Suicídio, Doação de Órgãos, sexualidade, finanças, etc., e juntos, enfrentar as questões morais de nosso tempo. Um Produto CPAD.

Compre agora e leia


Flávio Josefo
HISTÓRIA DOS HEBREUS
De Abraão à queda de Jerusalém
Obra Completa

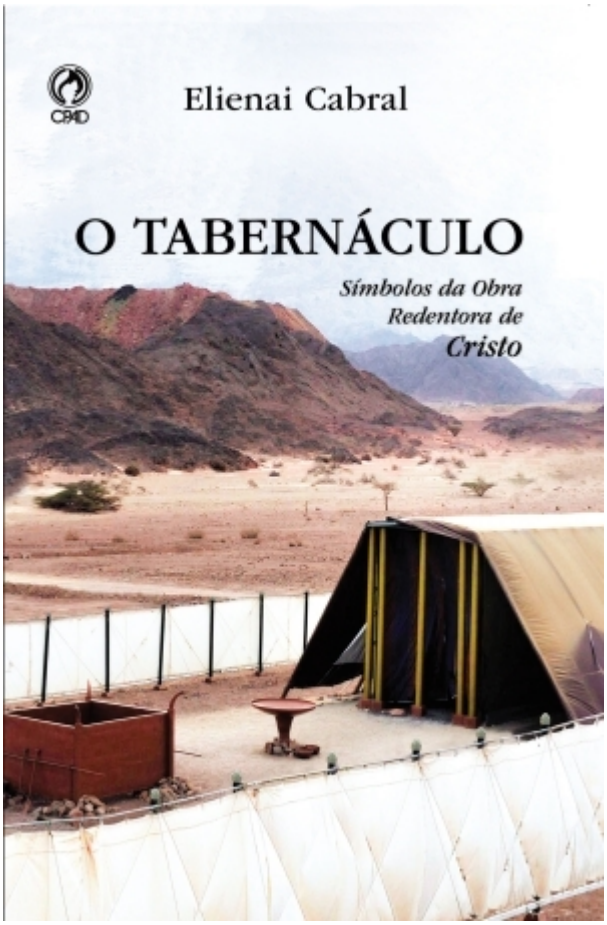
História dos Hebreus

Josefo, Flávio
9788526313491
1568 páginas

Compre agora e leia

Em História dos Hebreus o autor escreve com detalhes os grandes movimentos históricos judaicos e romanos. Qualquer estudante da Bíblia terá em Flávio Josefo descrições minuciosas de personagens do Novo Testamento (Evangelhos e Atos), tais como: Pilatos, os Agripas, os Herodes e inúmeros outros pormenores do mundo greco-romano, tornando esta obra, depois da Bíblia, a maior fonte de informação sobre o povo Judeu. Um produto CPAD.

Compre agora e leia


Elienai Cabral
O TABERNÁCULO
Símbolos da Obra
Redentora de
Cristo

O Tabernáculo

Cabral, Elienai
9788526318687
160 páginas

Compre agora e leia

Estudar o Tabernáculo leva a um profundo conhecimento bíblico que revela verdades espirituais para a vida e a uma reflexão sobre o tipo de relacionamento que Deus sempre procurou com Seu povo. E ainda hoje Ele busca habitar em nosso meio, rompendo as barreiras do pecado que insistem em nos separar. O Tabernáculo era a presença física de Deus na terra para que os homens pudessem ver a manifestação da presença divina através de objetos que foram cuidadosamente escolhidos por Deus, entre eles a Arca da Aliança. Nesta obra estudaremos sobre o Tabernáculo e entenderemos que ele era um tipo perfeito de Jesus Cristo, pois Ele também foi a manifestação visível de Deus e habitou no meio do povo. Livro escrito como texto de apoio à revista Lições Bíblicas de Adultos do 2º trimestre de 2019 da Escola Dominical, comentadas também pelo autor do livro, pastor Elienai Cabral.

Compre agora e leia


CPAD
HERÓIS
DA
FÉ
VINTE HOMENS
EXTRAORDINÁRIOS
QUE INCENDIARAM
O MUNDO
ORLANDO BOYER

Heróis da fé

Boyer, Orlando
9788526311954
272 páginas

Compre agora e leia

Mais de 300.000 livros vendidos! Um dos maiores clássicos da literatura evangélica. Homens extraordinários que incendiaram o mundo. A cada capítulo uma história diferente, uma nova biografia. As verdadeiras histórias de alguns dos maiores vultos da Igreja de Cristo. Heróis como: Lutero, Finney, Wesley e Moody, dentre outros que resolveram viver uma vida de plenitude do evangelho. "O soluço de um bilhão de almas na terra me soa aos ouvidos e comove o coração: esforço-me, pelo auxílio de Deus, para avaliar, ao menos em parte, as densas trevas, a extrema miséria e o indescritível desespero desses mil milhões de almas sem Cristo. Medita, irmão, sobre o amor do Mestre, amor profundo como o mar, contempla o horripilante espetáculo do desespero dos povos perdidos, até não poderes censurar, até não poderes descansar, até não poderes dormir." (Carlos Inwood). Esta obra contém as biografias de grandes servos de Jesus. Conheça a vida de pessoas verdadeiramente transformadas por Deus e que, por isso, servem-nos como exemplos de vida. Um estímulo para também buscarmos ser reconhecidos como verdadeiros Heróis da Fé. Um produto CPAD.

Compre agora e leia


CPAD
O GOVERNO
DIVINO EM
MÃOS HUMANAS
Liderança do Povo de Deus
em 1º e 2º Samuel
Osiel Gomes

O Governo divino em mãos humanas

Gomes, Osiel
9788526319073
160 páginas

Compre agora e leia

A liderança de Davi e de Salomão, como descrito em 1 e 2 Samuel contrasta com a conflituosa e instável vivência no livro de Juízes e ressalta a significância de bons e verdadeiros líderes, que tenham compromisso com Deus e queiram, de fato, fazer a Sua vontade. Nesta obra, faremos um passeio pelos livros de 1 e 2 Samuel que compreendem 130 ou 140 anos, envolvendo os seguintes personagens: Samuel, Saul e Davi, cada um apresentando algo positivo e algo negativo.

Compre agora e leia